

OSVALDO DOS SANTOS

**ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E PASTORAIS DA
PARÓQUIA NOSSA SENHORA AUXILIADORA DE
INDÁPOLIS - MS COMO POTENCIALIDADES PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2009**

OSVALDO DOS SANTOS

**ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E PASTORAIS DA
PARÓQUIA NOSSA SENHORA AUXILIADORA DE
INDÁPOLIS - MS COMO POTENCIALIDADES PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria Augusta de Castilho.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2009**

Ficha catalográfica

Santos, Osvaldo dos
S237o Organizações comunitárias e pastorais da paróquia Nossa Senhora
Auxiliadora de Indapólis - MS como potencialidades para o
desenvolvimento local / Osvaldo dos Santos ; orientação Maria
Augusta de Castilho, 2009
154 f.:

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento local) -
Universidade Católica dom Bosco. Campo Grande, 2009

1. Desenvolvimento local 2. Paróquias 3. Comunidades
Religiosas I. Castilho, Maria Augusta de II. Título

CDD -262.22

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Organizações comunitárias e pastorais da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora de Indápolis - MS como potencialidades para o desenvolvimento local.

Área de concentração: Desenvolvimento local em contexto de territorialidades.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento local em dimensões sociocomunitárias com atenção em comunidades tradicionais.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico - Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Dissertação aprovada em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora - Prof^ª Dr^a Maria Augusta de Castilho
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Prof^ª Dr^a Arlinda Cantero Dorsa
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Prof^ª Dr^a Maria Lucia de Souza Rangel Ricci
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Dedico este trabalho aos paroquianos,
que desenvolvem atividades na Matriz
Nossa Senhora Auxiliadora.

Projetando e direcionando, como se fosse moldando as margens de um rio para que as águas pudessem discorrer mais facilmente, os trabalhos pastorais desenvolvidos em âmbito paroquial pode ser o limiar palmilhado da caminhada para que a comunidade comece a dar os passos rumo ao desabrochamento de suas potencialidades.

Osvaldo dos Santos (2009)

RESUMO

A presente dissertação enfoca o cenário da Paróquia de Nossa Senhora Auxiliadora - Indápolis, MS - dentro da perspectiva do desenvolvimento local. Para isso, fez-se necessário trazer à tona todo o processo de construção do território em questão, sua territorialização, expresso no emergir de cada comunidade e consequentemente o sentido do sentimento de pertença manifesto no cotidiano vivido na realidade das ações sociais e religiosas dos paroquianos. Optou-se na metodologia, pela pesquisa qualitativo-descritiva. Os diálogos-entrevistas, questionários, observações, documentos e depoimentos foram ferramentas balizadoras *ad hoc*, para asseverar, compreender e diagnosticar as performances da comunidade/paróquia com enfoque fenomenológico. Os referenciais conceituais que embasaram as análises foram: desenvolvimento local, espaço, território, comunidade, participação, solidariedade e potencialidade. Em termos de conclusões, sobressaem-se as potencialidades de participação inerentes às ações sociais e religiosas que se bem canalizadas podem elevar os pontos de convergências, tornando a comunidade/paróquia no sentido estrito endógena, visando a uma melhor qualidade de vida para todos.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Comunidade. Religião.

ABSTRACT

The dissertation in hand focuses on the scenario in the Parish of Our Lady Auxiliadora - Indápolis, South Mato Grosso - within the perspective of local development. For this it was necessary to bring to the surface the whole process of the construction of the territory in question, how it was expressed as each community emerged and consequently the meaning of the sentiment of belonging, manifested in the daily life lived out in the reality of the social and religious actions of the parishioners. The methodology preferred was that of qualitative-descriptive research. The dialogue-interviews, questionnaires, observations, documents and statements were the ad hoc guiding tools for claiming, understanding and diagnosing the performances of the parish/community with a phenomenological focus. The conceptual references on which the analyses are based were: local development, space, territory, community, participation, solidarity and potentiality. As to conclusions, what stood out were the potentialities for participation inherent in the social and religious actions which, when well directed, can increase the points of convergence rendering the parish/community, in the strict sense of the word, endogenous, aiming at a better quality of life for all.

Key words: Local Development. Community. Religion.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Filhos do Sol Collado brincando com as toras de madeira (1964)	39
Foto 2 - Extração da madeira nos inícios da Serraria (1964)	39
Foto 3 - Sol Collado, esposa e filhos na Serraria (1965)	39
Foto 4 - Padre Azélio Capelli (padre André)	40
Foto 5 - Ir. Ângela Cavalcante, 50 anos de vocação (1989)	40
Foto 6 - Sol Collado na inauguração da Igreja Nossa Senhora Auxiliadora (1978)	41
Foto 7 - Padre Felipe Zentner (1983)	42
Foto 8 - Padre Fortunato Favaro, em 1987	43
Foto 9 - Padre Palmério Talliani, em 1993	43
Foto 10 - Padre Slawomiro Bronakowski, em 1997	44
Foto 11 - Padre Eduardo Ambrósio	45
Foto 12 - Padre Osvaldo dos Santos	46
Foto 13 - Matriz Paroquial Nossa Senhora Auxiliadora (2007)	48
Foto 14 - Comunidade Senhor Bom Jesus	50
Foto 15 - Professor Lourival Barbosa em frente à Capela Imaculada Conceição, em 2008	55
Foto 16 - Capela de Santo Antônio (Colônia Zanatta)	56
Foto 17 - Capela Dom Bosco	58
Foto 18 - Capela São José	61
Foto 19 - Capela de São João Batista	63
Foto 20 - Capela de Nossa Senhora Aparecida	64
Foto 21 - Comunidade de Nossa Senhora de Fátima	67
Foto 22 - Capela de São Domingos Sávio	69
Foto 23 - Capela de Santa Terezinha	71
Foto 24 - Comunidade de Santo Isidoro	74
Foto 25 - Capela de Santa Izabel	76
Foto 26 - Capela Madre Paulina	79

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Nossa Senhora Auxiliadora	49
Imagem 2 - Bom Jesus da Lapa	53
Imagem 3 - Nossa Senhora da Imaculada Conceição	56
Imagem 4 - Santo Antônio	57
Imagem 5 - São João Bosco	60
Imagem 6 - São José Padroeiro	62
Imagem 7 - São João Batista	64
Imagem 8 - Nossa Senhora da Conceição Aparecida	66
Imagem 9 - Nossa Senhora de Fátima	68
Imagem 10 - São Domingos Sávio	70
Imagem 11 - Santa Terezinha do Menino Jesus	73
Imagem 12 - Santo Isidoro Lavrador	75
Imagem 13 - Santa Isabel	78
Imagem 14 - Madre Paulina	80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade	105
Gráfico 2 - Tempo de residência na localidade	106
Gráfico 3 - Residência própria	106
Gráfico 4 - Formação profissional	108
Gráfico 5 - Tempo de participação na pastoral	109
Gráfico 6 - Dirigentes da pastoral da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora que residem na comunidade local	113
Gráfico 7 - Residência das famílias católicas atendidas pela Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora	113
Gráfico 8 - A solidariedade na visão dos dirigentes ¹ da pastoral da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora	114

¹ Entrevistas realizadas com dirigentes da pastoral da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Colônias Agrícolas Nacionais - CAN	126
ANEXO B - Criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND - sob o Decreto Lei n. 5.941, de 1943	129
ANEXO C - Escritura de doação	130
ANEXO D - Mapa INDA - Instituto Nacional de Imigração e Colonização - INIC	136
ANEXO E - Modelo de Termo de Entrega de lotes para as famílias, feito pela Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND	137
ANEXO F - Lei Municipal nº 1103, de 7 de janeiro de 1981, Delimita o perímetro urbano do Distrito de Indápolis	139
ANEXO G - Ereção Canônica da Paróquia São Pedro, 15 de junho de 1979	140
ANEXO H - Termo de posse do primeiro pároco - padre. Felipe Zentner, de 11 de fevereiro de 1979	141
ANEXO I - Limites da Paróquia São Pedro	143
ANEXO J - Termo de Posse do padre Fortunato Favaro, 17 de fevereiro de 1985	144
ANEXO K - Termo de posse do padre Palmério Talliani, 15 de fevereiro de 1987	146
ANEXO L - Termo de posse do padre Slawomiro Bronakowski, 29 de janeiro de 1995	148
ANEXO M - Termo de posse do padre Eduardo Ambrósio, 14 de fevereiro de 1999	149
ANEXO N - Termo de posse do padre Osvaldo dos Santos, 26 de fevereiro de 2006	150
ANEXO O - Criação da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, em Indápolis, 11 de fevereiro de 2005	151
ANEXO P - Termo de doação do terreno para a construção da Igreja Nossa Senhora Auxiliadora	152

LISTA DE ABREVIATURAS

ADMA	- Associação dos Devotos de Maria Auxiliadora
C.F.	- Campanha da Fraternidade
CAE	- Conselho Administrativo e Econômico
CAN	- Colônia Agrícola Nacional
CAND	- Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CLC	- Cursilho de Leigos Cristãos
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CT	- Catechesi Tradendae
D.	- Dom - Refere-se bispos
INIC	- Instituto Nacional de Imigração e Colonização
MSMT	- Missão Salesiana de Mato Grosso
Padre	- Pe. - Refere-se a padre
PJ	- Pastoral Juvenil
RCC	- Renovação Carismática Católica
RMi	- Carta Encíclica Redemptoris Missio
SAV	- Serviço de Animação Missionária
SDB	- Salesiano de Dom Bosco
UCDB	- Universidade Católica Dom Bosco
Ir.	- Irmã

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 REFERENCIAL TEÓRICO	18
1.1 PARÓQUIA	22
1.2 ESPAÇO	25
1.3 TERRITÓRIO	26
1.4 COMUNIDADE	29
1.5 SOLIDARIEDADE	31
2 A INSERÇÃO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA AUXILIADORA NO CONTEXTO LOCAL	35
2.1 MARCHA PARA O OESTE, ASSENTAMENTO E PARÓQUIA DE INDÁPOLIS	35
2.2 TERRITORIALIZAÇÃO E SENTIMENTO DE PERTENÇA DA PARÓQUIA	46
2.2.1 Comunidade da Matriz Paroquial	48
2.2.2 Comunidades da paróquia	50
2.2.2.1 Comunidade Senhor Bom Jesus	50
2.2.2.2 Comunidade Imaculada Conceição	54
2.2.2.3 Comunidade Santo Antônio	56
2.2.2.4 Comunidade Dom Bosco	58
2.2.2.5 Comunidade São José	61
2.2.2.6 Comunidade São João Batista - Colônia dos Italianos	63
2.2.2.7 Comunidade Nossa Senhora Aparecida	64
2.2.2.8 Comunidade Nossa Senhora de Fátima	67
2.2.2.9 Comunidade São Domingos Sávio	69
2.2.2.10 Comunidade Santa Terezinha	71
2.2.2.11 Comunidade Santo Isidoro	74
2.2.2.12 Comunidade Santa Isabel	76
2.2.2.13 Comunidade Madre Paulina	79

3 AÇÕES SOCIAIS E RELIGIOSAS DA PARÓQUIA	82
3.1 APOSTOLADO DA ORAÇÃO	83
3.2 PASTORAL DA CATEQUESE	85
3.3 MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DA COMUNHÃO	86
3.4 PASTORAL DA CRIANÇA	89
3.5 A ASSOCIAÇÃO DOS DEVOTOS DE MARIA AUXILIADORA - ADMA	91
3.6 INFÂNCIA MISSIONÁRIA	92
3.7 LEGIÃO DE MARIA	93
3.8 COROINHAS	95
3.9 PASTORAL DO DÍZIMO	96
3.10 PASTORAL DO IDOSO	97
3.11 PASTORAL DA ESPERANÇA	99
3.12 PASTORAL DO BATISMO	99
3.13 COOPERADORES SALESIANOS	101
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE	122
ANEXOS	125

INTRODUÇÃO

A Igreja vem se questionando, desde os tempos de Jesus sobre como tornar mais plausível a presença e a efetiva participação dela na sociedade. A pergunta que se fez nesses vinte séculos foi: qual o caminho que os fiéis precisam percorrer para desenvolver suas ações na sociedade?

Uma das primeiras respostas encontradas pela Igreja foi a paróquia. Nascida no final do século IV, cabia-lhe a tarefa de acolher e recolher em sua casa - como o próprio termo indica: do grego “*paroikia*”² - os fiéis que residissem nas proximidades.

Toda ação da Igreja, para ser válida e eficaz, precisa, antes de tudo, ser uma resposta aos apelos e às necessidades da realidade em que está inserida. Era assim que Jesus agia e fazia. Suas atitudes eram sempre um serviço concreto e direcionado, fruto do amor que o ligava a quem quer que o procurasse: “Então Jesus lhe perguntou: O que você quer que eu lhe faça?” (Mc 10,51). Não terá sido por isso que o Papa João Paulo II iniciou o terceiro milênio do cristianismo, almejando que a paróquia voltasse a ser “casa e escola de comunhão”?

Antes dele, em 1992, os Bispos da América Latina, reunidos em Santo Domingo, haviam expressado o desejo de que a paróquia se transformasse numa rede de comunidades, vista como célula viva de uma Igreja em constante renovação e crescimento. As pastorais atuantes na realidade da paróquia, são o viés por onde acontecem a renovação e o crescimento, pois está subliminarmente dando respostas às necessidades prementes da comunidade em suas multifacetadas dimensões: religiosa, política, econômica, social e cultural.

² Nesse sentido, é oportuno lembrar que a palavra “*paróquia*” é composta de duas palavras gregas: “*pará*” + “*oikia*”, que significa uma “*casa fora*”, ou seja, fora dos antigos mosteiros, para onde iam os monges se reunir e celebrar com o povo do campo. Era uma maneira de ir ao povo (às pequenas comunidades), em vez de pretender trazê-lo todo para a matriz.

O autoconhecimento é de fundamental importância para que uma comunidade tome em suas próprias mãos o seu processo de desenvolvimento. Nessa perspectiva, o desenvolvimento local leva em consideração o conjunto das necessidades humanas. Martins (2002) menciona que o lugar só adquire real sentido na medida em que se leva em conta a abrangência espacial dos problemas da comunidade que o compõem. Com isso, existe a identidade, pois os indivíduos interferem e criam um sentimento de pertença entre a comunidade.

As ações pastorais e sociais, exercidas exclusivamente por voluntários, definiram o lugar como um constante, simultâneo e histórico processo de transformação, no qual estão envolvidos os projetos individuais e sociais, constituindo a prática, as relações de poder (a estrutura), a reprodução social, a transformação da natureza e a socialização. Percebe-se que nessas ações a elucidação da territorialidade local está em constante modificação. Santos (1978) menciona que a territorialidade supõe o vivido territorial em todas as suas abrangências. As ações pastorais e sociais na sua singularidade denotam o sentimento de pertença à comunidade.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar as ações pastorais e sociais no prisma do desenvolvimento local na paróquia de Nossa Senhora Auxiliadora - Indápolis - MS, e como objetivos específicos: identificar os trabalhos realizados pela pastoral que possam apresentar características de desenvolvimento local; potencializar as ações endógenas da pastoral no processo de conscientização das comunidades; averiguar as estruturas de convergências e divergências que existem na comunidade, atestando a construção da territorialidade, do sentimento de pertença e o empoderamento do local.

Marques e Martín (2003, p. 35) mostram que o “el verdadero desarrollo local sólo es posible mediante una postura de clara posición sobre la idea de que el ser humano es su clave central”. Em todas as ações das pastorais, há a pessoa humana como centro das atenções, objetivando a melhoria de vida dela, como assinala Ávila (2001 et al., p. 66), que o “desenvolvimento local se refere apenas à melhoria de vida de uma comunidade localizada desde que a mesma participe do respectivo processo”. Logo, a teoria e a práxis justapõem o que evidencia mais claramente as nuances do Desenvolvimento Local imersas nas ações pastorais e sociais.

O estudo analisou a coesão dos trabalhos pastorais da comunidade e suas contribuições à paróquia no âmbito interno e externo. A pesquisa reforça uma maior

incidência das ações, levantando problemas atinentes ao cotidiano vivido em cada pastoral e conseqüentemente uma maior clarividência nas relações de rede que fazem jus para a coesão da comunidade potencialmente endógena.

A metodologia de análise é de natureza qualitativo-descritiva. Cavalcanti (1995) expressa que o método de pesquisa qualitativa propõe que o investigador veja o mundo por meio dos olhos dos atores que o interagem, e dos significados que estes atribuem às situações sobre as quais agem. A análise baseia-se na cosmovisão do investigador sobre a realidade, pois ele presencia o cotidiano da comunidade, sendo co-participante dos fenômenos. No aporte de Masini (1999), o enfoque fenomenológico constitui-se, pois, como etapas de compreensão e interpretação do fenômeno, que pode ser retomado e visto sob nova interpretação.

No aspecto da coleta de dados, a pesquisa caminhou em dois patamares: a revisão bibliográfica e a de campo. A primeira, pertinente ao tema, foi feita por meio de consultas em obras impressas: livros, revistas, jornais e artigos encontrados na internet. A pesquisa de campo realizada por meio de questionários, entrevistas e observações *in loco* foi realizada com as pastorais e demais pessoas que integram a comunidade.

Esta dissertação está composta de quatro capítulos:

No primeiro capítulo, está a fundamentação teórica sobre desenvolvimento local, bem como algumas referências que o balizam, tais como: espaço, território, comunidade, participação, solidariedade e potencialidade que subsidiaram a análise e a formulação desta dissertação.

No segundo capítulo, está a descrição de todos os elementos que corroboram para a afirmação da identidade, territorialidade e sentimento de pertença na Paróquia de Nossa Senhora Auxiliadora, em Indápolis, em Mato Grosso do Sul, expressa no emergir de cada comunidade que a compõe com suas ações, potencialidades e divergências.

O terceiro capítulo faz referência às ações sociais e religiosas desenvolvidas na paróquia, confirmando o sentimento de pertença da comunidade.

Por fim, no quarto capítulo, há a explanação dos dados coletados na pesquisa de campo e o referencial teórico, objetivando projetar o resultado final do estudo. Logo após,

situam-se as considerações finais da pesquisa, as referências bibliográficas utilizadas para o substrato teórico e os anexos complementares à compreensão do trabalho.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

A missão da Igreja³ é evangelizar, isto é, levar seus seguidores a conhecerem e a vivenciarem o projeto de Jesus. Deve ser uma evangelização que possa contemplar o cotidiano das pessoas com seus matizes e tons próprios a qual caracteriza como *lux mundi*⁴, contextualizando o mundo pluralista de hoje, à luz de Cristo.

A Igreja, por intermédio do processo deve chamar a pessoa respeitando sua radicalidade açambarcar a pessoa na sua complexidade de vida e todos os estigmas que assolam o seu dia a dia para que estabeleça a força da fé.

Azevedo (1995, p. 13-27) destaca que a inculturação “[...] é uma qualificação específica da relação fé e cultura e do consequente modo de evangelizar”. Seu elemento característico reside no fato de se desenvolver a partir de dentro da cultura que se deseja evangelizar. A inculturação constitui um processo de evangelização pelo qual a vida e a mensagem cristã são assimiladas, por uma cultura de modo que elas não somente se expressem por meio das categorias próprias dessa cultura, mas venham a se constituir também como princípio de inspiração, ao mesmo tempo em que norma e força de unificação transformam, recriam e relançam essa cultura.

O conceito teológico de inculturação é bastante recente. Ele vem sendo moldado e aprofundado desde o Vaticano II (1962-1965), especialmente, nos textos da *Gaudium et Spes*, *Ad Gentes e Nostra Aetate*, passando pelo Sínodo sobre a evangelização (1974), a exortação apostólica que lhe seguiu (Evangelii Nuntiandi, de Paulo VI, 1975) e acompanha o desenvolvimento da sensibilidade da relação entre a evangelização e as culturas.

³ Igreja (grego *ekklesia* e latim *ecclesia*: “Eclésia”). Esta palavra de origem grega foi a escolhida pelos autores da Septuaginta (a tradução grega da Bíblia Hebraica) para traduzir o termo hebraico *qahal* Yahveh, usado entre os judeus para designar a assembleia geral do “povo do deserto”, reunida ao apelo de Moisés.

⁴ Luz do mundo, termo muito usado no Concílio Vaticano II - 1962-1965.

João Paulo II, absorvendo o ensinamento da Igreja, assim se refere à inculturação: o processo de inserção da Igreja, nas culturas dos povos, requer um tempo longo: é que não se trata de uma mera adaptação exterior, já que a inculturação

significa a íntima transformação dos valores culturais autênticos, pela sua integração no cristianismo e o enraizamento do cristianismo nas várias culturas. [...] Pela inculturação a Igreja encarna o Evangelho nas diversas culturas e, simultaneamente, introduz os povos, com suas culturas na sua própria comunidade (RMi 52)⁵.

Graças a essa ação das Igrejas locais, a própria Igreja universal se enriquece com novas expressões e valores nos diversos setores da vida cristã. Por ela, a Igreja torna-se um sinal mais transparente e um instrumento mais apto para anunciar o evangelho, não como uma alternativa às culturas, mas como sua realização profunda (RMi 52). Assim, pode-se ter uma visão evangelizadora sistêmica (CAPRA, 1982)⁶.

O ser humano é o ponto central das atividades humanas e, nesse contexto, Marques (2003, p. 39) assinala que “el verdadero deserrallo⁷ local sólo es posible mediante una postura de clara posición sobre a idea de que el ser humano es su clave central”. Pois é ela a responsável pelo sucesso ou fracasso que contagiará com o seu modo de ser o seu entorno social primário ou secundário, forçando as mudanças cultural, tecnológica e mesmo eco-ambiental.

No processo de desenvolvimento percebe-se que

o alvo central é o ser humano como artesão de seu êxito e de seu fracasso, pois se requer que cada um, ao se tornar responsável pelo seu próprio progresso, de toda ordem e direção, influencie seu entorno como fonte irradiadora de mudanças [...] não se obtém desenvolvimento sem que se visualize o homem [...] com membro construtivo de sua comunidade e agente de equilíbrio em seu meio geofísico (ÁVILA et al., 2001, p. 23).

Le Bourlegat (2000, p. 2) afirma que o desenvolvimento local emerge como um processo de aprimoramento das condições gerais do viver, proporcionando bem-estar, segundo os conteúdos de cada cultura.

⁵ Carta Encíclica Redemptoris missio.

⁶ A visão sistêmica baseia-se na consciência do estado de inter-relação e interdependência essencial de todos os fenômenos.

⁷ Desenvolvimento: [Lat. *Des* = tirar/inverter] + [Gr. *En* = In Latino = Em/No/Dentro de Português] + [Lat. *Volvere* = Voltar-se Português]: a) Consiste, pois, em inverter a ação de se volver para dentro ou de se fechar/não se interagir na direção oposta à de dentro; b) É processo de se abrir para fora de modo interativo, enriquecedor e contaminativo (ÁVILA et al., 2001, p. 19-25).

No contexto local, percebe-se que as pessoas precisam se socializar. Dowbor (2005, p. 1) afirma que, apesar das limitações da administração municipal, é possível a implementação de ações que rompam os círculos fechados de acumulação de riquezas e gerem emprego e renda, dimensionando, ainda, que se deve

colocar o ser humano e os interesses coletivos e das maiorias como ponto central, convergindo para a possibilidade de potencialização das capacidades de todos os indivíduos. Dessa forma, não é possível deixar de considerar fatores como qualidade de vida, socialização do poder, distribuição da renda e democratização do acesso aos serviços públicos e aos bens culturais e aos benefícios da tecnologia. Ou seja, não é aceitável um desenvolvimento que não esteja na consolidação e extensão de direitos iguais para todos os grupos da sociedade.

Max-Neef (1994) discutiu inúmeros aspectos referentes ao “desenvolvimento” como sendo um processo capaz de satisfazer as necessidades humanas, tidas por ele não somente como metas a serem atingidas, mas também como a razão de existência desse processo. Esse autor (1994, p. 51) afirmou que:

El desarrollo a Escala Humana no excluye metas convencionales como crecimiento económico para que todas las personas puedan tener un acceso digno a bienes y servicios. Sin embargo, la diferencia respecto de los estilos dominantes radica en concentrar las metas del desarrollo en el proceso mismo del desarrollo. En otras palabras, que las necesidades humanas fundamentales pueden comenzar a realizarse desde el comienzo y durante todo el proceso de desarrollo; o sea, que la realización de las necesidades no sea la meta, sino el motor del desarrollo. Ello se logra en la medida en que la estrategia de desarrollo sea capaz de estimular permanentemente la generación de satisfactores sinérgicos.

A comunidade pode ser considerada endógena, sendo a única proposta de progresso integral, capaz de despertar e impulsionar a própria comunidade localizada (ÁVILA et al., 2001, p. 71).

Este mesmo autor evidencia que:

O autêntico desenvolvimento local só se efetivará se no âmbito da respectiva localidade, a evolução das potencialidades-condições (concernentes a meios e recursos, naturais ou artificiais) se posicionar estrategicamente como subsídio mediador-reator da evolução das potencialidades⁸ de desenvolvimento

⁸ ÁVILA et al (2001, p. 44-63), faz alguns esclarecimentos a respeito de potência e ato: “a) *Potência* é a real capacidade, porém em estado virtual, de todos e quaisquer entes concretos, que compõem a natureza do

da comunidade localizada como alvo e razão de ser centrais, dado que a transformação de potenciais naturais (ou artificiais) em pontos turísticos, fontes de energias, etc., não significam em si mesmos desenvolvimento local: o conceito de local implica o de comunidade localizada, a qual, em verdade, é que deve assumir progressivamente os rumos, as rédeas, os compromissos e as responsabilidades concernentes ao desenvolvimento de toda a localidade, com a ajuda de condições-meios tanto internas quanto externas, aí incluídos os chamados agentes de desenvolvimento (ÁVILA, et al., 2001, p. 63).

Em outro aporte, Martín (2000, p. 80) menciona que quanto mais endógeno mais se consolida com eficiência o desenvolvimento local, pois há mais convívio levando a uma maior integração, como:

[...] El Desarrollo Local está en un espacio entre simplificaciones e idealizaciones. Cada vez más, se sabe que el Desarrollo Local es el resultado de la acción articulada del conjunto de los diversos actores (o agentes) sociales, culturales, políticos y económicos, públicos y privados, existentes en el espacio local (municipio o comarca) en la construcción de un proyecto estratégico que orienta sus acciones a largo plazo y que a promoción del Desarrollo Local depende principalmente de la capacidad de organización de los Actores Locales para la gestión de los recursos locales y su capacidad de afrontar los factores externos. De tal manera, que el Desarrollo Local debe entenderse como un proceso de movilización que tiene como base la participación de la población para la conquista de un desarrollo sustentable que armoniza los cambios, la elevación de las oportunidades de las personas y las poblaciones, el crecimiento económico, la conservación de los recursos naturales y igualdad social.

O fator endógeno torna-se imprescindível para que haja os passos para o DL (desenvolvimento local), pois assim ressalta Ávila (2001 et al., p. 68):

[...] o núcleo conceitual do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento - a partir do rompimento das amarras que prendem as pessoas em seus *status quo* de vida - das capacidades, competências e habilidades de uma comunidade definida (portanto com interesses comuns e

universo, de poderem ser -no todo, em parte ou de alguma forma- algo que ainda não o são de fato; b) *Potencial* é a ideia, mais ou menos explícita, que se tem a respeito do cabedal dimensional de *potências* concernentes a elementos concretos que compõem o universo, individualizada ou agrupadamente de acordo com as naturezas e os tipos dos mesmos. Segundo MICHAELIS (1998), o sufixo *-al* “Forma adjetivos que exprimem ideia de pertença ou relação (virginal), natureza (mortal), tirante a (negral) [...]”; “c) *Potencialidade* é o termo que expressa a ideia de precisão, mais ou menos aprimorada, de cada capacidade de ser, que integra o *dimensionamento potencial* acima referido, em termos de características, essência, qualidade, estado, situação e/ou quantidade da mesma. Isto, em decorrência de que a significação que o sufixo *-dade* (do *-tas -tatis* latino) ou *-idade* (do *-itas -itatis*) confere ao adjetivo a que se acopla, no caso *potencial* (daí a expressão *dimensionamento potencial* acima), é -na inter-pretação de MICHAELIS (1998)- a de que “Forma substantivos femininos abstratos que indicam características, essência, quali-dade [...]” e -na de Almeida (1999, p. 394)- a de “[...] for-mar substantivo indicativo de estado, situação, quantidade [...]” e d) Ato é o real estado no qual os seres são o que são. Ou, em relação inversa à potência, é o resultante e real estado da efetiva concretização da capacidade de cada ente constituinte do universo ser o que de fato é”.

situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica) no sentido de ela mesma - mediante ativa colaboração de agentes externos e internos - incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentam mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, avaliar, controlar, etc) o aproveitamento dos potenciais próprios - ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade - assim como a metabolização comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

Do conceito abrupto de desenvolvimento local mencionado e do conceito de evangelização, percebe-se que há uma consorância muito próxima, pois ambos colocam o ser humano no centro de tudo e, a partir do ser humano, projetam o futuro, vislumbrando melhoria humana, social, econômica, política, ecológica e também religiosa.

Ora, se os pontos de partida são os mesmos e os pontos finais por analogia se equivalem, a comunidade (paróquia) pode se tornar um agente de desenvolvimento local nos trabalhos pastorais via evangelização. A comunidade pastoral pode desenvolver ações que possibilitem o desenvolvimento local de forma consciente e eficiente.

O trabalho pastoral desenvolvido em âmbito paroquial pode ser o início da caminhada para que a comunidade comece a dar os passos no rumo do desabrochamento de suas potencialidades.

1.1 PARÓQUIA⁹

Para atender as necessidades pastorais e sociais de mútua ajuda, a igreja católica está conectada (no sentido estrito da palavra) em redes, que são de âmbito mundial (Vaticano), nacional (CNBB), regional (Diocese), local (Paróquia) e grupos (Comunidades).

A igreja sempre viveu e ultrapassou os séculos porque se constituiu num amálgama de redes que deve ser apreendida e entendida de acordo com o suceder dos fatos ao longo do tempo cronológico distinto, sendo presenciada em determinado período de forma vertical em outros de forma horizontal.

⁹ Segundo Eliade (1992) é a menor subdivisão de uma diocese, confiada a um pároco (cura ou sacerdote), cercada por diferentes conselhos.

No cotidiano, as redes sociais estão se tornando mais globais. Fukuyama (2000, p. 209) delineia que:

As redes são definidas por relações étnicas com suas normas e valores comuns informais. São tão antigas como as próprias comunidades humanas. Uma rede é um grupo de agentes individuais que tem em comum, normas ou valores além daqueles necessários às transações habituais de mercado.

A mútua ajuda ou a categoria da solidariedade, também no contexto social-religioso, pode extrapolar os limites locais, como evidencia Mance (2000, p. 40).

A agregação de redes locais em redes regionais, redes internacionais e, por fim, em uma rede mundial, passará a fortalecer a democracia em todas as esferas; as redes e colaboração solidária terão um poder de alcance cada vez maior, podendo interferir democraticamente nas políticas públicas nesses diversos níveis.

O fluxograma funciona no sentido duplo, indo e vindo, isto é, as bases dependem do topo¹⁰ e o topo, das bases. Um não existe sem a participação do outro, pois, no entender da Igreja, o poder só tem sentido se estiver diretamente ligado ao serviço de modo oblato.

O Código de Direito Canônico (CIC)¹¹ no canôn 515 § 1 atesta que: Paróquia é uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular¹², e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco como o seu pastor próprio, sob a autoridade do Bispo diocesano.

Esclarecendo melhor o sentido de paróquia, faz-se necessário destacar o significado de comunidade de fiéis, que de acordo com o cânon 204 - § 1:

São todos os que, incorporados a Cristo pelo batismo, foram constituídos como povo de Deus e assim, feitos participantes, a seu modo, do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo, são chamados a exercer, segundo a condição própria de cada um, a missão que Deus confiou para a Igreja cumprir no mundo.

No território específico geográfico de uma paróquia, a comunidade paroquial pode assumir dois sentidos, se vista simultaneamente pelo prisma eclesialístico e do Desenvolvimento Local:

¹⁰ Topo aqui se refere diretamente ao conceito de hierarquia que deriva do Grego hieros = sagrado + Arkhia = regra.

¹¹ CIC do latim significa codex iuris canonici que quer dizer código de direito canônico. No sentido do senso comum se diz que são as normas que regem a Igreja Católica.

¹² Igreja particular é a compreensão de Diocese.

- a) comunidade estrita: eclesiástica-religiosa-católica.
- b) comunidade lata (*latu sensu*): ecumênica, a partir do segundo mandamento cristão: amar ao próximo como a si mesmo (Mt 22,39), refere-se a todas as pessoas que residem na paróquia, independente de credo (MT 25,31ss).

Quando se afirma que a missão da Igreja é evangelizar, está se fazendo a referência a todas as pessoas que residem naquele determinado território, pois evangelizar significa conhecer e viver o evangelho como espécie de código doutrinário de condutas, ou quer dizer, cultivar e expandir o amor tanto ao próximo quanto entre os próximos. Logo, pode-se mesclar o trabalho pastoral que a paróquia realiza, por meio dos grupos específicos, para que esse trabalho seja o agente-agenciador de desenvolvimento local.

O cuidado das pastorais é fazer a ligação do sentido oblato do ato da pastoral para o sentido do despertar endógeno das pessoas, pois “[...] o desenvolvimento tem significado de qualidade, capacidade de crescer, estando diretamente ligado ou dependente do capital social e humano das comunidades, implicando transformações” (BASTOS FILHO, 1999, p. 232).

Melucci (2005, p. 85), em sua reflexão, assinala:

Pienso, entonces, en un futuro donde desaparecen los movimientos como los hemos conocido en la época moderna, y en cambio nos encontraremos con un crecimiento de la capacidad de producir conflictos y de constituir identidades colectivas más transitorias y más móviles que tendrán como interlocutor el sistema político transnacional.

Infer-se que à vinculação do indivíduo com a sociedade coincide com a vinculação do indivíduo com a comunidade quando a mais alta integração social assume um caráter comunitário (HELLER, 1992) e sendo tais comunidades unidades estruturadas, organizadas, formadas por grupos, dispendo de uma hierarquia homogênea de valores religiosos, morais, éticos, à qual o indivíduo pertence necessariamente, poderão mais tarde fluir para a organização de um espaço mais oficial - **a paróquia**.

A tomada de consciência das pastorais, no alargamento do sentido da visão da mensagem evangélica é imprescindível, pois mostra que não é suficiente o fazer de modo oblato, mas que este tenha ressonância de transformação do território e que evidencie o crescimento da consciência da globalização, e a globalização (sociedade, economia, política,

ecologia) gerando a mundialização do espaço geográfico, trazendo à tona novos significados, conceitos e valores.

De acordo com Kliksberg (2003) junto com o crescimento econômico surge a necessidade de alcançar o desenvolvimento social, melhorar a equidade, fortalecer a democracia e preservar os equilíbrios do meio ambiente. O ser humano não é um meio para o crescimento, mas sim um fim último. O desenvolvimento, por sua vez, tem que ir além do simplesmente gerar riquezas, mas gerar qualidade de vida.

Percebe-se que, sem um esforço de compreensão global, não se pode solucionar os problemas que se encontram evidentes no local. Em outro aporte, pode-se dimensionar que, do local para o global ou do global para o local, são realidades análogas, pois melhorando o local é mais que evidente que o global também vai melhorar. Nessa afirmativa esboça-se a necessidade de dar continuidade ao trabalho, orientando para que as pessoas passem a ser conscientes de que também todos são responsáveis pela melhoria do local.

1.2 ESPAÇO¹³

A palavra espaço abre-se a um leque muito abrangente e vital de leitura da realidade de modo incisivo na geografia local. Por sua amplitude, pode ser utilizado de modo distinto, pois esse espaço deduz uma compreensão de vida, um lugar habitado. Dentro do espaço é possível encontrar relações entre as formas de objetos, bem como as relações desses movimentos dos objetos, que se movem infinitamente.

Imprescindível trazer à tona que o espaço, tomado em sua fragmentação é uma representação, construída a partir de uma determinação interagida pela receptividade, constituída por uma relação social.

Pode-se afirmar que o espaço é sem dúvida um conjunto de coisas e relações que se apresentam de modo singular indissociável, sendo as coisas expressas como objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e as relações do viver humano, simultaneamente, permeando todas as coisas. Coisas e relações possuem unicidade, uma não existe sem a

¹³ Segundo Brunet (apud MACHADO, 2005, p. 179) a etimologia latina *spatiu* inclui a ideia de passo, o que é possível ser mensurado com os passos; também se aproxima com o significado do termo grego *topos* que indica uma ideia de vida, de lugar, para existir o lugar como uma página em branco onde se colocam a ação humana e o trabalho do geógrafo.

presença da outra. É a sociedade em contínuo movimento de inter-relações, nós e redes, que se pode fazer a referência a esse movimento de cotidianidade do território. Menciona-se aqui a expressão de Marx e Engels (1947, p. 18-19), na ideologia alemã, que é a conexão materialística de um homem com o outro.

Santos (1999, p. 51) esclarece que:

A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima [...] O espaço é formado por um conjunto e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá [...] O espaço é hoje um sistema e objetos cada vez mais artificiais, povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade [...].

O francês Lefebvre (1994, p. 93) define o espaço como o percebido, o vivido e o concebido.

Pode-se completar que em todos os momentos, o *start*¹⁴ é a sociedade humana realizando-se.

1.3 TERRITÓRIO

Território, num primeiro olhar, é um campo de ação e de poder constituído por uma teia ou rede de relações sociais em que se manifesta quem domina, como domina e como exerce a influência, e o cotidiano revela a dialeticidade do território.

Neves (1998, p.271) define território como:

[...] espaços de ação e de poderes, dentro de uma ideia de globalidade e vivência da fragmentação. O exercício do poder se daria sobre o 'conteúdo do espaço', transformando os territórios através das forças econômicas, mas em especial, através das raízes culturais, onde as imagens e os mitos não podem ser negligenciados.

A noção de território pode ser utilizada em todas as escalas de análise, pois no entender de Machado (2005, p. 7),

[...] analisar o território significa entendê-lo como produto da história da sociedade e que, portanto, está em constante modificação. Ele é o resultado

¹⁴ Ponto inicial.

de um processo de apropriação de um grupo social e do quadro de funcionamento da sociedade, assim ao mesmo tempo, uma dimensão material e cultural dadas historicamente.

Raffestin (1993, p. 144) elucida que território é um espaço que tem relações marcadas pelo poder:

[...] praticamente reduz espaço ao espaço natural, enquanto que território de fato torna-se automaticamente, quase que sinônimo de espaço social. [...] não chega a romper com a velha identificação do território com o seu substrato material. [...] o território não é substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder, especialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial.

No aporte de Santos (1999, p.19) confirma-se que:

É preciso ver o território como um campo de forças (guerra contínua), como o lugar de exercícios, onde residem as dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos.

Lembra esse autor que o território em si não é um conceito, ele se torna um conceito utilizável para a análise social, quando se considera o momento em que se pensa juntamente com aqueles atores que dele se utilizam.

Desse ângulo, aborda-se a questão do poder, a partir das contribuições de Foucault (1999, p. 21), que o compreende como prática social: “[...] o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação [...] o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força [...]”.

O território, de fato, é muito mais que base para a existência humana. No cotidiano, as pessoas se relacionam e se inter-relacionam, constroem suas moradas (raiz), transitam, perambulam e sonham, e nenhuma dessas atividades deixa de envolver o território, direta ou indiretamente. Ao longo do tempo, fatos marcantes envolveram objetos e conferiram novo significado, novo valor. Uma árvore, um banco de praça, uma esquina, um muro, um estabelecimento comercial, podem não passar de coisas banais para uns, mas pode ter grande importância para outros. Para estes últimos, aqueles objetos certamente estão relacionados a boas (ou más) lembranças, por isso mesmo não são meros objetos, coisas, são fatos espaciais significativos. Assim é o território, fonte de significados e, por conseguinte, de identidade, em

que cada um, ao seu modo demarca seu espaço, além de ser indispensável ao atendimento de inúmeras necessidades humanas de todos que por ali residem ou transitam.

Nesse contexto, o cotidiano deve permear a vivência humana. Heller (1992, p. 17) enfatiza que:

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humana genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais ‘insubstancial’ que seja, que viva tão-somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente.

A vida cotidiana está carregada de alternativas e de escolhas, tanto que o filósofo Gadamer (1996) expressava que a vida é um conjunto de possibilidades. O cotidiano, na essência dos acontecimentos é a instância em que as pessoas produzem os objetos, as coisas, as ideias, os valores, as normas, os símbolos, entre outros. É o palco onde diuturnamente se encena todas as dimensões do *ic et nunc*¹⁵ da vida. Portanto, deve ser visto também como uma instância pluridimensional e metamorfótica, seja na pessoa humana seja no espaço.

O geógrafo Milton Santos salientou que:

Na produção de suas vidas cotidianas, os homens concomitantemente transformam tanto a natureza como também a si mesmos, criando em cada localização espacial um determinado lugar, região, território. [...] os fenômenos particulares espaciais não encontram significação e explicação senão em sua imersão e articulação à totalidade social (SANTOS, 1985, p. 49).

Na atitude de produzir os objetos, as coisas, as ideias, os valores, as normas, símbolos e outros, o indivíduo constrói uma ideia de pertencimento ao lugar em que se insere, por atribuir a ele um sentimento de valor, que dá significado para a sua vida. Pode-se assinalar que a territorialidade é isso, essa troca de relações entre as pessoas e as coisas gerando sentimento de pertencimento, ou no expressar do dito popular estabelecendo raízes.

Tuan (1980) atribui o termo “topofilia”¹⁶ ao elo afetivo entre a pessoa e o lugar. As relações estabelecidas pelo indivíduo com os objetos (coisas e pessoas) são das mais diferentes ordens: sociais, afetivas e de localização. Portanto, para Tuan (1983) a experiência

¹⁵ A expressão latina que designa o aqui e agora.

¹⁶ Significado de topofilia: topo = lugar + filia = sentimento.

é constituída de sentimento e pensamento, por isso que o espaço local é um espaço em plena revalorização e em plena transformação, pois está em jogo o suceder dos fatos do aqui e agora.

1.4 COMUNIDADE

Quando se fala sobre desenvolvimento local, logo vem à tona a objetivação do desenvolvimento, ou seja, a comunidade que constitui o palco do desenvolvimento. Portanto, o território, considerado como lugar, é parte intrínseca à existência da comunidade. Sentir-se pertencente a uma comunidade é sentir-se pertencente a um lugar. No tempo das primeiras comunidades cristãs, ficava fácil entender o sentido de pertencimento, pois se chamavam as pessoas pelo nome: Jesus de Nazaré, Paulo de Tarso. Entre território e comunidade há como que uma recíproca oferta de sentido e significado, de tal forma que se fundem e se complementam em um único dado espacial. A comunidade não é sem o lugar que vive, de onde extrai o que se faz necessário para sua existência; o lugar não existe sem as pessoas que o reconhecem e o valorizam.

Há que conhecer a comunidade, delinear seus pontos de convergências e divergências, para captar de modo estrito suas potencialidades e deficiências para aplanar os caminhos, fazendo destes interesses individuais em interesse coletivo.

Vários autores, ao versarem atenção sobre a comunidade, a analisam sob uma tipologia social marcada em geral por grupos de pequena escala, que estabelecem relações solidárias, coesas, pessoais, espontâneas, primárias, secundárias, cotidianas e permanentes, em que se configuram certas identidades comuns com a consciência ou sentimentos, que são propícios à prática da convivência em comum. Assim, o desenvolvimento local se apresenta como consequência de combinação favorável de projetos individuais que se reencontram subliminarmente por meio de interesses comuns.

Para Melver (1968 apud ÁVILA et al. 2001, p. 31):

A comunidade consiste num círculo de pessoas que vivem juntas, que permanecem juntas de sorte que buscam não este ou aquele interesse particular, mas um conjunto inteiro de interesses, suficientemente amplo e completo de modo a abranger suas vidas.

Na compreensão de Pierson (1968 apud ÁVILA et al., 2001, p. 31), a característica mais acentuada da comunidade é o relacionamento primário, espontâneo e informal que se sobressai na comunidade:

[...] organização espacial e funcional de seres vivos (vegetais, animais ou humanos) biótica ou economicamente interdependentes; é produto de competição e acomodação; a interação nela existente é inconsciente e assim impessoal; tratam-se os indivíduos uns aos outros como simples utilidades; define-se a partir de simbiose, ordem econômica, divisão do trabalho, localização no espaço (ordenadas todas as partes tendo relações orgânicas com as outras); função: maior eficiência na luta pela existência [...].

Como a ótica da pesquisa na comunidade de Indápolis, parte de um pressuposto do religioso, faz-se necessário mencionar o pensamento de Nisbert (1978, p. 47), pois para ele, a comunidade:

[...] abrange todas as formas de relacionamentos caracterizados por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral, coersão social e continuidade no tempo. A comunidade encontra seu fundamento no homem visto em sua totalidade e não neste ou naquele papel que possa desempenhar a ordem social, encarada separadamente. Sua força psicológica deriva de uma motivação mais profunda que a da volição ou do interesse e realiza-se na fusão de vontades individuais que seria impossível numa união que se fundasse na mera conveniência ou em elementos de racionalidade. A comunidade é a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da volição. Pode ser identificada, ou encontrar sua expressão simbólica na religião, na nação, na raça, na profissão, nas cruzadas. Seu protótipo, tanto histórico como simbólico, é a família, cuja nomenclatura ocupa lugar predominante em quase todos os tipos autênticos de comunidade. [...]. Face ao seu caráter relativamente impessoal e anônimo, essas relações evidenciam a estreita ligação pessoal que prevalece na comunidade.

De acordo com Castilho (2006), a paróquia é a **comunidade** confiada a um pastor local - o vigário, que governa fazendo às vezes de bispo: pois de algum modo representa a Igreja visível estabelecida por toda a terra (SC. 42). Como comunidade local, nela está presente a Igreja de Cristo, o Povo de Deus, o mistério da Ceia do Senhor (LG. 63).

Conforme a autora acima citada, dentro da comunidade da Igreja, a sua ação é tão necessária que na realidade os leigos podem suprir o que falta aos seus irmãos e dão acento tanto aos pastores como aos fiéis. Alimentados pela participação ativa na vida da comunidade, torna-se parte integrante das obras apostólicas, auxiliando na transmissão da palavra de Deus,

oferecendo seus serviços, tornando-se mais eficazes na cura das almas e ainda servindo a administração dos bens da Igreja (AA, capítulo III, p. 383).

A paróquia, inserida na universalidade da Igreja, oferece um exemplo claro de apostolado comunitário.

Assim, cada coletividade integra-se em torno dos mesmos valores, crenças, símbolos, mitos e ritos, impregnando de espírito e comportamento religioso as relações sociais e consagrando espaços.

Ávila et al. (2001, p. 70-73) acentua o equilíbrio entre as duas categorias de relacionamentos para que possa ser comunidade média ideal:

[...] a comunidade média ideal para efeito do desenvolvimento local é aquela *stricto sensu* em que haja certa (não exagerada) preponderância dos relacionamentos primários sobre os secundários ou no máximo se constate o equilíbrio entre essas duas categorias: a localidade demasiadamente primarizada é muito conservadora e fechada, tendendo a se manter no isolamento; e a muito secundarizada já se encontra esfacelada em termos de seus comuns sentimentos, interesses, objetivos, perfis de identidade e outros laços de coesão espontânea, sem os quais o desenvolvimento não emergirá de dentro para fora da própria comunidade, mesmo que à semelhança de nascimento por parto induzido, no qual os agentes e fatores externos não extrapolem os papéis de apenas indutores.

No interregno dos relacionamentos, a comunidade vai encontrando caminhos para solucionar os emaranhados com suas próprias iniciativas e perspectivas de buscar melhorias no sentido de desenvolvimento local. É preciso que ela mesma dê os passos para elucidar as potencialidades e, assim, enfrentar as dificuldades com soluções vindas de dentro ou de fora, dependendo dos interlocutores.

1.5 SOLIDARIEDADE

Solidariedade é a ferramenta que redimensiona o ser humano perante o universo, é a oportunidade de se colocar na posição do outrem. Mostra o privilégio do outro ser social, promovendo a justiça e se solidarizando em comunidade. Tal solidariedade não é pontual, não cabe em medidas tampouco podem ser aferidas e o seu produto final é imensurável: o bem estar e a alegria alheia.

Dufourmantelle (2003, p. 72) enfatiza que “[...] o futuro está dado como sendo o que nos vem do outro”¹⁷. Ao versar sobre a solidariedade numa comunidade cristã, supõe-se que esta permeie toda a prática do cotidiano, pois está se vivenciando a máxima de Jesus, resumida nos dois mandamentos de acordo com o Evangelho de Mateus (22, 37-40) que, por sinal, o primeiro é tirado do livro do Deuteronômio (6,4) “[...] amarás o senhor teu Deus de todo o coração, com toda a tua alma e com toda a tua mente”. A relevância de Jesus está acentuada no segundo mandamento “[...] amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mt 22,39). Na concepção do evangelista Lucas (10, 25-28), a articulação dos dois mandamentos tem ainda uma tonalidade mais incisiva, pois se requer a prática contínua de ambos.

Nas frases de João (13, 24), encontra-se a fusão dos dois mandamentos num só: “[...] amai-vos uns aos outros como eu vos amei”.

O primeiro mandamento é a base de tudo, o fundamento; e o segundo é como a regra prática que indica em síntese o que fazer: “[...] tudo o que desejais que os outros vos façam, fazei-o vós mesmos a eles” (Mt 7, 12). Com isso, percebe-se que todo o ser humano pode ser o meu próximo, eu posso tornar-me próximo de qualquer um inclusive do meu inimigo. Assim fica que a base do amor a Deus é ineliminável ao diuturno amor aos irmãos. Que significa na expressão de Lévinas (1993), “[...] o encontro com outrem é já minha responsabilidade por ele”.

Na acepção de Lévinas (1993), compreende-se então que há estreita relação entre fé cristã e a transformação social, na qual as noções de cidadania e compromisso cívico passam quase sistematicamente pela relação com a Igreja no âmbito paroquial. Afirmar que a Igreja é importante parceira da disseminação das práticas de transformação social, por intermédio das pastorais e dos valores relacionados com a solidariedade e a cooperação, é afirmar que ela é ou pode tornar-se ponto de convergência de poder de incidência no viés do desenvolvimento local, pois ela estimula a construção do sentido do comunitário e do coletivo, fazendo emergir o senso crítico e a consciência de liberdade, responsabilidade e os direitos dos cidadãos.

Mas o que vem a ser essa solidariedade, ou como defini-la em termos mais verossímeis?

¹⁷ Dufourmantelle (2003, p. 72), essa autora faz um questionamento por meio de uma analogia comentando que, em hebraico, “fabricar tempo” é equivalente a “convidar”, ela enfatiza, portanto, a “estranha inteligência da língua que pressupõe que, para se produzir tempo, é preciso ser dois, ou antes, que é preciso que exista o outro”.

Bauman (2004, p. 94), de modo indireto, argumenta sobre a necessidade do viver para os outros:

A sobrevivência e o bem-estar da *communitas* (e também, indiretamente, da *societas*) dependem da imaginação, inventividade e coragem humanas de quebrar a rotina e tentar caminhos não-experimentados. Dependem, em outras palavras, da capacidade humana de viver com riscos e de aceitar a responsabilidade pelas consequências. São essas capacidades que constituem os esteios da 'economia moral' - cuidado e auxílio mútuos, viver para os outros, urdir o tecido dos compromissos humanos, estreitar e manter os vínculos inter-humanos, traduzir direitos em obrigações, compartilhar a responsabilidade pela sorte e o bem-estar de todos - indispensável para tapar os buracos escavados e conter os fluxos liberados pelo empreendimento, eternamente inconcluso, da estruturação.

Pierson (1968, p. 331) ressalta que:

[...] é a condição do grupo, que resulta em compartilhar de atitudes e sentimentos, de modo a construir o grupo em apreço, unidade sólida, capaz de resistir às forças exteriores e mesmo tornar-se mais firme em face às oposições vindas de fora.

Na perspectiva de Ávila et al. (2001, p. 38-44), pode-se perceber com maior clarividência, que:

A *solidariedade* representa o estado de ânimo (impressões, crenças e convicções) que gera volitivos, afetivos e efetivos laços de mobilização e cooperação (nos âmbitos de uma pessoa para com outra, de um grupo para com outro, dos membros de um grupo para com todo o grupo ou de membros para com membros do mesmo grupo) visando solução ou equacionamento de problemas, necessidades ou aspirações coletivas e/ou individuais de qualquer tipo e natureza, referentes tanto às pessoas quanto ao meio em que elas vivem ou com o qual se preocupam. Na *solidariedade*, a vontade, a afetividade e a efetividade andam sempre juntas, intrinsecamente inseparáveis, dado que a formação do estado de ânimo supra referido implica além da igualdade ou afinidade de sentimentos, interesses e finalidades também *boa dose de ideal altruísta* da parte de quem ou de quantos se disponham a se envolver no processo de mobilização e cooperação.

A solidariedade perpassa pela condição de abertura ao outro em sua alteridade, o vínculo de união que não pressupõe intimidade, mas sim o querer o bem ao outro, possibilitando que o imprevisto irrompa, configurando um vínculo de proximidade e transformações mútuas.

A dimensão de solidariedade inter-humana proporciona a ajuda entre pessoas e grupos, estabelecendo vínculos comprometidos com o(s) outro(s) num movimento de recusa

do individualismo e práxis excludentes, estas próprias do neoliberalismo, em que o partilhamento dá o tom de união de forças, ou seja, de coesão.

As relações solidárias entre pessoas ou grupos, além de proporcionarem acolhida que instaura crescimento, também podem acarretar vínculos de maior união e engajamento, nos quais força e apoio entre elas permitem a formação de comunidade politicamente organizada, possibilitando transformações em todos os níveis.

Os fiéis mostram-se solícitos, amando o próximo com o mesmo afeto que levou Deus a procurar o homem. À imitação de Cristo que percorria todas as cidades e aldeias, curando toda doença e enfermidade em sinal da vinda do Reino de Deus (cf. 9, 35 ss; At 10, 38), a Igreja, por seus filhos, se liga aos homens de qualquer condição, particularmente, dedicando-se a eles prazerosamente (Cor .12, 15).

2 A INSERÇÃO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA AUXILIADORA NO CONTEXTO LOCAL

Compreende-se território, num primeiro olhar, como um campo de ação e de poder constituído por uma teia ou rede de relações sociais na qual se manifesta quem domina, como domina e como exerce a influência, em que o cotidiano revela a dialeticidade do território. Neves (1998) aponta território como espaços de ação e de poderes, nos quais o exercício do poder se daria sobre o 'conteúdo do espaço', transformando os territórios.

Machado (2005, p. 7) assinala que territorialização é o resultado de um processo de apropriação de um grupo social e do quadro de funcionamento da sociedade, assim, ao mesmo tempo, caracteriza-se uma dimensão material e cultural dada historicamente.

O território, de fato, é muito mais que base para a existência humana. É fonte de significados e, por conseguinte, de identidade, em que cada um, ao seu modo, demarca seu espaço, transformando-o. Portanto, a territorialização é vista como formação de um novo território, a partir de um território preexistente concebido como dominação e apropriação.

2.1 MARCHA PARA O OESTE, ASSENTAMENTO E PARÓQUIA DE INDÁPOLIS

Ao assumir o governo na crise do café, nos anos de 1930, Getúlio Vargas¹⁸ viu-se obrigado a redimensionar toda a estrutura para o crescimento do país. Lenharo (1986) aponta que o Estado Novo estabeleceu uma política de colonização ideológica no momento em que o povo estava unido e marchava sob o comando do Estado, em busca de novas fronteiras para a expansão das frentes econômicas da sociedade nacional. No slogan Marcha para o Oeste,

¹⁸ O governo de Getúlio Vargas - Presidente do Brasil - começou em 1930 e foi até 1945.

expressava-se que a conquista do oeste significava para o regime a integração territorial como substrato simbólico da união de todos os brasileiros.

Em agosto de 1933, Lenharo (1986) afirma que Getúlio Vargas referia-se à necessidade de incentivar o retorno ao campo. A Marcha para o Oeste foi traçada de mecanismos para que os objetivos almejados fossem atingidos, com a criação e a implantação de núcleos de colônias militares e de fronteiras, granjas modelos e núcleos agroindustriais.

No discurso proferido em Goiás, em 1940, Vargas assinalou a importância da cruzada rumo ao oeste e com vistas à ocupação dos espaços vazios, a qual tinha o objetivo de construir a nacionalidade, retomando o movimento bandeirante. Na época, com um discurso acalorado, enfatizou que:

Após a reforma de 10 de novembro de 1937, incluímos essa cruzada no programa do Estado Novo, e que o verdadeiro sentido de brasilidade é rumo ao oeste. Por bem estabelecer a ideia, devo dizer-vos que o Brasil, politicamente, é uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se crucificar pela defesa de seu território. Considerando-a uma unidade indivisível, nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo desta terra, que é o sangue e a carne de seu corpo. Mas, se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. Sob este aspecto assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas entre meados de espaços vazios. As ilhas atingiram um alto grau de desenvolvimento econômico e industrial e as suas fronteiras políticas coincidem com as fronteiras econômicas. Continuam, entretanto, despovoados que não atingiram o necessário clima renovador, pela falta de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes. No dia em que dispuserem todos esses elementos, os espaços vazios se povoarão. Teremos densidade demográfica industrial. Desse modo, o programa de 'Rumo ao Oeste' é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um plano de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o crescermos dentro das nossas próprias fronteiras (VARGAS, 1938, p. 31-32).

Percebe-se que a política de colonização teve seu fio condutor na ocupação dos espaços vazios¹⁹, que existiam entre os núcleos desenvolvidos, o que ocorreu com a

¹⁹ O governo entendia como espaços sem ocupação humana e sem desenvolvimento das atividades tecnológicas agropastoris em grande extensão; mas na verdade os indígenas povoavam esses espaços.

mobilização de trabalhadores rurais, incentivados e provocados pela possibilidade de se tornarem proprietários autênticos das terras que fossem concedidas.

O sonho do governo começou a se tornar realidade e dos inflamados discursos à práxis, pois no início da década de 1940, o Decreto-Lei n. 3.059, de 11 de fevereiro de 1941, criou as Colônias Agrícolas Nacionais (CAN) (ver anexo A), exclusivamente para assentamentos de colonos. No Centro-Oeste do país, foram criadas duas colônias, uma em Goiás e outra em Mato Grosso. Com a divisão do Estado de Mato Grosso, ficou pertencendo ao atual Estado de Mato Grosso do Sul.

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) foi fundada por meio o Decreto Lei n. 5.941, de 1943, um mês depois da criação do território de Ponta Porã, mais exatamente em janeiro de 1944. Com área inicial de 300 mil hectares, sendo a escritura de doação dos 300 mil hectares de terras do Estado de Mato Grosso ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização - INIC - lavrada no dia 12 de dezembro novembro de 1959 (ver anexos B, C e D).

Costa (1988, p. 81) esclarece que o relatório do Departamento de Terras e Colonização da Secretaria de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul registra que a implantação, em termos legais, somente aconteceu em 20 de julho de 1948, quando foram demarcados, pelo governo federal, a área e seus limites no Decreto Lei n. 87/1948.

Apesar de a maioria das terras devolutas estarem no norte do Estado, a CAND, desempenhou um papel de ímã econômico, atraindo desenfreada especulação, devido à grande propaganda que se fazia. O primeiro número do Jornal “O Progresso”, de 21 de abril de 1951, assim se referiu: “Vertiginosa! Marcha para o progresso”. Regina Targa Moreira (MOREIRA, 1990, p. 89), no livro sob o título “Memória Fotográfica de Dourados”, reproduz textos e anúncios de jornais de Dourados impressos na época de 1950. A autora chama a atenção para a boa qualidade da terra do município e, como exemplo, destaca que no jornal *O Rolo* aparecia a seguinte frase: “As terras de Dourados são idênticas às da Ucrânia, que são as mais férteis do mundo. Adquira já o seu terreno”.

É claro que, com tamanha propaganda, o sonho de possuir um pedaço próprio de terra estava aguçado nos corações dos “desbravadores”. Foweraker (1982) explica que a busca desenfreada de terras na região de Dourados, por parte de migrantes, fez com que, durante a década de 1950, a população crescesse 611%²⁰, afirmando que o crescimento populacional

²⁰ População local, com exceção da indígena.

expressivo que o Estado de Mato Grosso teve, entre os respectivos anos de 40 e 70, deveu-se principalmente à área da colônia, tendo a cidade de Dourados como principal centro de cultivo.

A busca pelos espaços vazios, no intuito de melhorar a qualidade de vida da família, provocou uma avalanche de migrantes para a região de Dourados, que ocuparam as terras pertencentes aos índios e rapidamente as desmataram (Anexo E).

Pode-se entender o alvorecer e a sustentabilidade das Colônias Agrícolas, pois era a menina dos olhos da política vigente de colonização e do Estado Novo. A CAND funcionou apenas simbolicamente, pois era a garota propaganda do Estado Novo, dado que, na prática, não era averiguável o que se dizia com propaganda.

O jornal “O Estado de São Paulo” (3 de dezembro de 1995), destaca que a iniciativa da colonização ainda provoca polêmica pois na concepção de Eduardo Machado Metello (1980-2000), ex-professor da UCDB, especializado em direito agrário, a colonização foi um fracasso, pois o desenvolvimento da região só ocorreu depois da década de 70, quando houve a expansão da soja e consequente mecanização do campo. Mas, no expressar do ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (1983-1987 / 1991-1994), a colonização foi uma boa iniciativa, pois quando era governador do Rio Grande do Sul, em 1962, instalou parte de um projeto de colonização na região do banhado do colégio, município de Camapuã e que tal colonização deu certo.

Assim, que nesse rincão, num clímax de euforia de expansão e conquista, chegaram às primeiras famílias no intuito de fazer a vida. O jornal “O Estado de São Paulo” (3 de dezembro de 1995), afirma que foram cerca de 150.000 pessoas.

A mata fazia parte do ambiente natural, mas os desbravadores tinham de derrubá-la para construir suas casas e começarem suas roças. Pode-se perceber nas fotos 1 e 2 as dimensões das toras de grande porte extraídas da mata.

Foto 1 - Filhos do Sol Collado brincando com as toras de madeira (1964).



Fonte: Acervo Sol Collado, 2008.

Foto 2 - Extração da madeira nos inícios da Serraria (1964).



Fonte: Acervo Sol Collado, 2008.

O projeto original da Colônia resguardava áreas de concentrações urbanas²¹, daí o próprio núcleo colonial ter montado uma serraria para beneficiar as madeiras para as construções de que necessitava, ou seja, o colono também recebia uma quantidade de madeira para fazer sua casa. Como o lugarejo foi crescendo, a serraria tornou-se referência. Assim, o lugar ficou popularmente reconhecido como Serraria e, mais tarde, como Indápolis²², distrito de Dourados (ver anexo F).

Foto 3 - Sol Collado, esposa e filhos na Serraria (1965).



Fonte: Acervo Sol Collado, 2008.

No ano de 1957, o núcleo colonial estava encerrando suas atividades de beneficiamento de madeiras. As famílias Collado e Mello adquiriram o imóvel e continuaram no manejo das toras.

Quanto à assistência religiosa a essas famílias, um dos primeiros padres a aparecer por esse rincão foi Frei Gino. Mais tarde Frei Francisco Ricardo Brugger (Frei

²¹ Nesses núcleos de concentrações urbanas surgiram as cidades de Fátima do Sul, Jateí, Glória de Dourados, Deodápolis, Angélica e Dourados.

²² Indápolis é a junção da sigla INDA + polis. INDA significa Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola e polis vem do latim, significando cidade.

Chico) continuou a percorrer esses lugarejos, ministrando os sacramentos de tempos em tempos. Vinha no lombo de burros, passava uns dias e depois seguia viagem. No pé do cruzeiro antigo rezava-se missa.

No ano de 1955, as Irmãs Vicentinas chegaram assumindo o trabalho precioso de evangelização, com professores e dirigentes de um hospital.

Foto 4 - Padre Azélio Capelli (padre André)



Fonte: Arquivo do Noviciado São João Bosco, 1989

Em 16 de maio de 1956, chegou à Serraria o padre Azélio Capelli, popularmente conhecido como padre André. A Missão Salesiana de Mato Grosso - MSMT - ganhou um lote para dar início a um internato²³ (Escola Agrícola), e o padre Capelli, com espírito inquieto e empreendedor, causou transformações na Serraria. Não apenas físicas, mas também, e principalmente, morais e éticas para colocar o projeto a funcionar. Com muita labuta e audácia, foi capaz de instaurar uma escola, começando assim a receber os primeiros internos no ano de 1957.

Padre Capelli também ajudava na assistência religiosa do hospital que, na época, tinha à frente os trabalhos da Irmã Ângela Cavalcante.

Foto 5 - Ir. Ângela Cavalcante, 50 anos de vocação (1989).



Fonte: Arquivo Noviciado São João Bosco, 1989.

A partir dos anos 70, houve a necessidade de iniciar uma nova construção da Igreja, da atual comunidade de Nossa Senhora Auxiliadora.

²³ Os primeiros missionários salesianos que chegaram ao Brasil, no final do século XIX, tinham a missão de evangelizar os autóctones e também dar assistência aos colonos que aqui vieram. Para isso, iniciaram os internatos no afimco de cuidar dos filhos dos colonos.

Para que a construção se tornasse realidade, o casal paulista Antonio Francisco da Rocha e Maria Francisca Ribeiro da Rocha, que residiam na Serraria desde 1953, preocupado com a formação religiosa de seus seis filhos, resolveram doar o terreno para a comunidade por meio de escritura (28/08/1973), fazendo assim a grande alegria das Irmãs Vicentinas, do padre André e dos moradores locais (ver anexo P).

“Padre André foi uma pessoa de muita importância na construção da Igreja, com seu jeito simples, batalhador e perspicaz fez com que o povo se mobilizasse e assumisse com garra e persistência a obra”. Asseverou o Senhor Sol Collado.

O padre André e o senhor Sol Collado foram até o bispo Diocesano Dom Teodardo Leitz, para pedir orientação sobre a dimensão da construção da Igreja. “Que seja uma construção que caiba o povo, seja alta e bem arejada”, concluiu o epíscopo. Logo então com a ajuda do povo, conseguiu-se, em pouco tempo, erguer a igreja, cuja inauguração ocorreu em 1978.

Foto 6 - Sol Collado na inauguração da Igreja
Nossa Senhora Auxiliadora (1978).



Fonte: Arquivo pessoal - Sol Collado, 2008.

Toda a região pertencia à Paróquia Imaculada Conceição de Dourados. Isso foi até o ano de 1979, quando foi oficialmente erguida a Paróquia de São Pedro (anexo G), sendo esta entregue aos cuidados dos Salesianos, com a matriz localizada na vila São Pedro. A comunidade de Indápolis passou então a pertencer a essa nova paróquia, mas os padres salesianos sempre moraram na Vila Indápolis, desde quando chegaram na região.

Foto 7 - Padre Felipe Zentner (1983)



Fonte: Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, 2007.

O padre Felipe Zentner foi o primeiro pároco (1979 -1985), conforme o termo de posse (ver anexo H), delimitando o espaço territorial da nova paróquia (ver anexo I). Tinha como vigário coadjutor padre Pedro Alves Ferreira. Esses começam a conhecer as comunidades, elaborando um plano de atendimento regular para a celebração das missas e dos Sacramentos, valendo-se da experiência e pistas deixadas pelo padre Mário.

Para garantir um atendimento regular e contínuo e satisfazer as necessidades prementes de uma ação pastoral mais eficiente, padre Felipe Zentner assumiu o atendimento nas comunidades, enquanto padre Pedro Alves Ferreira dedicou-se ao apostolado específico por meio de cursos de formação de leigos (CLC), encontros de jovens, dia de formação para casais, dias de amizade e outros e ainda celebra missa nas comunidades.

Nesse ínterim, em 1980, as mães que fizeram o Cursilho ou CLC, criaram a Conferência Vicentina e o Clube de Mães Maria Auxiliadora pelas mães que fizeram Cursilho ou CLC. As reuniões são semanais, com corte e costura, artesanato, confecção de enxovais para mães carentes, curso de crochê, palestras, bazares, dentre outras atividades. Tudo isso funciona no salão da Igreja.

De 1980 a 1985, os cursos de conscientização CLC, dias de formação, Escola da Fé levaram muita gente a assumir responsabilidades na comunidade e maior participação nas celebrações litúrgicas. Criou-se uma equipe volante de preparação ao Sacramento do Batismo.

Segundo Sol Collado (2008), padre Felipe Zentner era muito esforçado e acompanhava os trabalhos com muito incentivo, informou que: “o padre era um homem generoso e calmo, muito bom estar trabalhando com ele. Sempre respeitava a participação dos leigos nas decisões comunitárias”.

Foto 8 - Padre Fortunato Favaro, em 1987.



Fonte: Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, 2007.

Padre Fortunato Favaro assumiu a Paróquia em 1985 (ver anexo J), conduzindo-a até 1988. Com sua aparência robusta e bem apresentada, de fala grossa e alta, agitado, impunha-se para empurrar as ordens, a fim que o povo pudesse participar.

Com padre Fortunato Favaro, as comunidades começaram a se expandir. As pastorais foram muito mais presenciais, graças ao movimento de CLC que tinha grande dinamismo. As pessoas que conviviam com ele diziam que ele não podia ver ninguém parado, pois logo arrumava o que fazer, no sentido pastoral ou na dinâmica de vivência da fé.

De 1987 até 1994, assumiu a paróquia o padre Palmério Talliani (ver anexo K), dando ênfase aos Cursilhos e outras práticas como devoções marianas e ao Santíssimo Sacramento. Os retiros paroquiais foram de grande espiritualidade e engajamento dos leigos nos diversos campos pastorais. Nessa época, iniciou-se o recrutamento dos Ministros Extraordinários da Eucaristia, dando mais assistência aos doentes e suas famílias. O dízimo era a parte essencial de sustentação da comunidade, tornando possível reformar a igreja.

Foto 9 - Padre Palmério Talliani, em 1993.



Fonte: Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, 2007.

Com o padre Palmério Talliani, realizou-se nas dependências do CLC em Indápolis, o primeiro encontro de Catequistas da Paróquia São Pedro. O encontro foi ministrado pelo padre Osmar Bezutte. Foi tão intenso o encontro que receberam a visita do Bispo Dom Teodardo Leitz.

No mês de outubro de 1990, foi realizada a Assembleia Comunitária em preparação à Assembleia Paroquial, quando foram colocadas como prioridades para o próximo ano: 1) catequese para adultos; 2) pastoral familiar; 3) Pastoral da juventude; 4) pastoral do dízimo.

Com as prioridades assumidas pelas comunidades, foram suprimidas as festas com bailes, pois o pároco impôs que, se o dízimo fosse assumido com responsabilidade, não haveria motivo para profanar²⁴ mais a igreja com bailes.

Sol Collado Caparroz Filho e Cleide dos Santos Caparroz, que foram coordenadores da comunidade em Indápolis na época do padre Talliani expressam que: “o padre Palmério Talliani é uma pessoa de Deus, que como a chuva fina sobre a terra árida penetra o solo, assim conseguiu paulatinamente abrandar o coração do povo, com os retiros, terços e devoções”.

Foto 10 - Padre Slawomiro Bronakowski, em 1997.



Fonte: Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, 2007.

Padre Slawomiro Bronakowski, em 1995, tomou posse (ver anexo L) e caminhou com o povo até 1998. Deu grande ênfase à parte comunicação. Com ele, a própria diocese motivou-se a iniciar o jornal *Elo*²⁵, um meio de comunicação, conhecimento e divulgação dos acontecimentos, propagando o que se faz difundindo o evangelho, dizia o padre Slawomiro, que organizou muito bem as equipes litúrgicas de cada comunidade onde, semanalmente, se reuniam para preparar as liturgias.

A catequese foi muito bem reanimada e reformulada, pois foram grandes os investimentos, nas pessoas dos leigos, em cursos e formação de agentes. Ainda em tempo, conseguiu organizar e funcionar a secretaria paroquial, em Indápolis, transferindo a sede da paróquia para essa comunidade.

Com os adolescentes e jovens, fez-se um trabalho pastoral para despertá-los para a vivência comunitária da fé.

²⁴ No entender do padre Palmério, o baile no ambiente da igreja, no salão, não leva as pessoas a viverem o aspecto do sagrado. Por isso, usou a expressão profanar. Para melhor entender o sentido profano conferir: ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*: a essência das religiões. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

²⁵ O jornal “Elo” é o meio de comunicação escrita formulado pela Diocese para comunicar, informar e divulgar os eventos e acontecimentos no âmbito da Diocese. Todas as paróquias recebem o jornal a um custo de R\$ 0,40, a unidade.

Divulgou bastante a devoção ao Sagrado Coração de Jesus e logo foi formado o grupo do Apostolado da Oração. Como expressão dessa vivência, as ruas, na procissão de Corpus Christi, começaram a ser enfeitadas.

A presença do padre Slawomiro Bronakowski foi de grande valia para a comunidade, pois o sentido da missão foi despertado nos corações dos fiéis.

As pastorais estavam bem entrosadas, principalmente, entre as comunidades de Vila Vargas e Indápolis, e sempre estavam em “aggiornamento” (reciclagem).

Foto 11 - Padre Eduardo Ambrósio.



Em 1999, o padre Eduardo Ambrósio tomou posse (ver anexo M), animando os trabalhos pastorais da Paróquia de São Pedro, até janeiro de 2005. Dele, os paroquianos se lembram como excelente pessoa, com seu jeito calmo, tranquilo e simples. “Foi um grande pároco, pois no sentido espiritual, a comunidade foi muito bem acompanhada” disse o senhor João Ferreira dos Santos, que chegou à Serraria em 1946.

Fonte: Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, 2007.

A partir de 11 de fevereiro de 2005, a Paróquia de São Pedro foi dividida (ver anexo O). Surgiu, então, a nova Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, com matriz na Vila Indápolis, sendo o primeiro pároco empossado em 14 fevereiro de 2005.

Foto 12 - Padre Osvaldo dos Santos



Fonte: Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, 2007.

Em janeiro de 2006, o padre Osvaldo dos Santos substituiu o padre Eduardo Ambrósio e se apresentou à comunidade, sendo sua posse no dia 26 de fevereiro (ver anexo N), permanecendo até dezembro de 2008. Deu grande ênfase à posse dos novos conselhos, fazendo com que cada membro tomasse consciência das suas responsabilidades.

A partir de então, catequistas, coroinhas, ministros extraordinários da Eucaristia, equipe de música e outras lideranças participaram de encontros e dias de formação em âmbito foranial²⁶ e diocesano para melhor servir a todos.

Na parte administrativa, conseguiu colocar o ritmo das comunidades de acordo com as normas exigidas no Diretório Diocesano. Cada comunidade passou a ter autonomia financeira.

Quanto ao sentido de pertença à Diocese, na comemoração dos 50 anos, o triênio de preparação foi vivido intensamente junto com as santas missões populares. As comunidades então em tempo de aprofundamento do novo modo de dinamizar a fé, isto é, em pequenas comunidades de acordo com o Documento de Aparecida²⁷.

2.2 TERRITORIALIZAÇÃO E SENTIMENTO DE PERTENÇA DA PARÓQUIA

Tendo como substrato conceitual os autores mencionados no primeiro capítulo, que delineiam o sentido de território, projetando um campo de ação onde há rede de relações, concentração de poder, forças subliminares, produto da história, fonte de significados e vivência humana, percebe-se que a territorialização é consequentemente a formação de um

²⁶ Forania é uma unidade da Igreja Particular, composta por um conjunto de paróquias, que podem ser cinco, seis ou mais, dependendo da realidade de cada Diocese. Em algumas dioceses, ela é chamada comarca, decanato. É liderada por um vigário forâneo e conta com certa organização pastoral. A Diocese de Dourados possui sete foranias: Dourados, Fátima do Sul, Ponta Porã, Nova Andradina, Rio Brillhante, Amambai e Naviraí. A paróquia Nossa Senhora Auxiliadora faz parte da Forania de Fátima do Sul.

²⁷ Este Documento é o texto conclusivo da V Conferência do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, que aconteceu em Aparecida, São Paulo, em maio de 2007.

novo território, a partir de um território preexistente concebido como dominação e apropriação.

No processo de territorialização, os atores modificam a natureza e todo seu entorno, gerando um sentimento de valor, de outro modo um sentimento de pertença. Demarcam assim o relacionamento com o lugar que Tuan (1980) considera como sendo a topofilia.

Veja-se, então, como o processo de territorialização ou topofilia aconteceu no limiar da Paróquia de Nossa Senhora Auxiliadora.

A Paróquia conta com quatorze comunidades, com localização própria. Em cada uma acontecem os encontros de formação litúrgica e pastoral. Pode-se afirmar que cada comunidade tem seu jeito de viver a dinâmica da fé, com especificidade própria nos rituais e encontros.

As comunidades maiores têm o Conselho Pastoral como centro vital de todas as atividades pastorais (Pastoral do Dízimo, do Idoso, da Criança, da Esperança, do Apostolado da Oração e dos Coroinhas). Em todas as comunidades, há equipe de liturgia que prepara com zelo as diversas celebrações e executa os seus papéis com dedicação.

Os papéis são definidos como:

- As catequistas assumem com amor a preparação das crianças para a 1ª Comunhão por meio de encontros periódicos e a Crisma, pela catequese que acontece em grupos jovens.
- O grupo de jovens, vencendo época de crise, faz encontros regulares e participa com dedicação das atividades de suas comunidades.
- As Irmãs Vicentinas, encabeçando a catequese, orientam grupos de reflexão, zelam pela formação de catequistas e animam as iniciativas de promoção humana.
- Quatro comunidades têm suas equipes para curso de batismo. Uma equipe volante (Indápolis) atende as comunidades pequenas e distantes.
- Vários leigos engajados e chefes de famílias iniciaram sua formação e exercem o ministério de Ministros Extraordinários da Eucaristia, assumindo mais a fé.

Nesse contexto, grandes impulsos estão tomando nas celebrações populares: Novena de Natal em família, as Campanhas da Fraternidade em família e as Santas Missões que são altos períodos de evangelização.

A seguir, será apresentada a realidade de cada comunidade e seus respectivos padroeiros pertencentes à paróquia Nossa Senhora Auxiliadora

2.2.1 Comunidades da Matriz Paroquial

Foto 13 - Matriz Paroquial Nossa Senhora Auxiliadora (2007).



Foto: Arquivo pessoal/2007.

Data de Fundação da comunidade: 1975

Localização: Rua sete de setembro s/n - Indápolis -

Distrito de Dourados - MS

Festa de Nossa Senhora Auxiliadora: 24 de maio

Histórico da comunidade

“Reuniam-se e punham tudo em comum” (Atos Dos Apóstolos 2,44). Colocando em prática o exemplo dos apóstolos, é que surge a Comunidade de Nossa Senhora Auxiliadora, de Indápolis, desde 1955, com a chegada das Irmãs Vicentinas e com a vinda do padre Capelli, em 1956.

Imagem 1 - Nossa Senhora Auxiliadora²⁸

Nossa Senhora Auxiliadora

O título de Auxiliadora dos Cristãos indica a intervenção de Nossa Senhora num período difícil da história da igreja. Afastado violentamente de sua sede em Roma, mantido na prisão por cinco anos, o Papa Pio VII, tinha implorado o auxílio de Nossa Senhora e convidado o povo cristão a dirigir-se a Ela. Contra toda a expectativa, ele voltou livre para sua cidade no dia 24 de maio de 1814. A devoção de Maria Auxiliadora, que recebeu grande impulso por obra de São João Bosco, continua a ser propagada no mundo pela Família Salesiana, que reconhece e invoca Maria, Auxiliadora dos Cristãos, como sua principal padroeira. A festa de Nossa Senhora Auxiliadora foi instituída em 1816, quando o Papa Pio VII livrou-se da prisão em que esteve por cinco anos, por ter excomungado o então imperador Napoleão I, que desejava dominar os estados pontifícios. Durante o tempo em que esteve cativo, Pio VII sofreu humilhações e sempre pedia a proteção de Nossa Senhora Auxiliadora. Napoleão I libertou o Papa que retornou a Roma no dia 24 de maio de 1814, recuperando seu poder pastoral. Para firmar seu agradecimento à Virgem Santa, o Santo Padre criou a festa, fixando-a no dia de sua volta a Roma. Dom Bosco iniciou em Turim um santuário dedicado a Nossa Senhora, Auxílio dos Cristãos, fundando mais tarde a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora. Tão grande era a devoção de Dom Bosco a Nossa Senhora Auxiliadora, que é conhecida também como a Virgem de Dom Bosco.

²⁸ As imagens dos santos(as) e suas respectivas hagiografias foram extraídas do livro “O Sagrado da Fé Católica no Contexto da Territorialidade Urbana de Campo Grande”. Organizadora Maria Augusta de Castilho. Campo Grande: UCDB, 2006.

2.2.2 Comunidades da paróquia

2.2.2.1 Comunidade Senhor Bom Jesus

Foto 14 - Comunidade Senhor Bom Jesus.



Data de Fundação: 1952

Localização: Vila Vargas - Distrito de Dourados - MS

Festa do Senhor Bom Jesus: celebrada no mês de agosto.

Foto: Arquivo pessoal/2008.

Histórico da comunidade

Com a criação da Colônia Agrícola de Dourados, pelo então Presidente Getúlio Vargas, famílias de vários estados do Brasil imigraram em busca de uma vida melhor. Entre elas, a família de dona Maria Francisca Teixeira e de dona Maria de Lourdes Moreira de Andrade. Católicas fervorosas, sentiram a necessidade de providenciar um local onde pudessem se reunir para rezar e louvar a Deus.

No início dos anos 50, dona Maria Francisca Teixeira e dona Maria de Lourdes Moreira de Andrade uniram-se e tomaram a frente para erguer a primeira capela, na propriedade do Sr. João Leite, no Travessão do Triunfo - 5º linha²⁹. Com a ajuda de amigos e vizinhos, montaram uma barraca de lona, onde, com grande alegria e fervor, foi celebrada a 1ª Missa, pelo Frei Teodardo Leitz, reunindo colonos de toda a região.

Mais tarde, foi construída uma capela de madeira, conhecida como Capela do Triunfo. Por serem as fundadoras, muito devotas do Senhor Bom Jesus da Lapa, conseguiram uma pequena imagem, o santo passou a ser o padroeiro da comunidade.

²⁹ De acordo com o anexo D, sobre a divisão dos lotes é possível averiguar as linhas da divisão que, em vez de colocar nomes próprios, ficou sendo chamada de linha seguida de número.

A primeira procissão do Senhor Bom Jesus foi realizada em agosto de 1954. As celebrações continuaram na Capela do Triunfo até início dos anos 60, quando foi transferida para Vila Vargas, devido ao crescimento do vilarejo e construída uma nova capela de madeira.

O padre Vicente Hilário, vigário na época, motivou o povo a formar a primeira diretoria que foi escolhida em 1963, tendo como presidente o senhor João Domingos. Em agosto desse mesmo ano foi realizada a festa do Padroeiro com a participação de muitos festeiros.

No dia 26 de fevereiro de 1968, a comissão da capela visitou o Bispo Dom Carlos Shmitt, tendo em vista a construção de uma nova igreja, dessa vez de alvenaria e maior que a anterior. A construção foi iniciada no dia 4 de novembro, no mesmo local em que se encontra hoje (rua Fradique Correia, esquina com a rua Barão do Rio Branco), pelo pedreiro Waldemar Espolidor. Frei Ernesto foi ajudante de pedreiro na construção da igreja e para facilitar passou a residir em Vila Vargas por vários meses.

Em 18 de maio de 1969 os fiéis entraram na nova igreja solenemente em procissão, que se iniciou na fazenda do Sr. Fradique Correia, com a atual imagem do Senhor Bom Jesus, doada por esse devoto. Naquela época, a participação ativa dos Congregados Marianos e Filhas de Maria faziam a diferença e todos eram muito fervorosos.

Em setembro de 1970, frei Francisco Ricardo Brugger (frei Chico) inicia a catequese na comunidade, todas às quartas-feiras, nos períodos matutino e vespertino. Às vezes celebrava a Missa, à noite, com projeção Catequética - bíblica.

Em junho de 1971, pela primeira vez, é celebrada Missa de Corpus Christi, na Capela Senhor Bom Jesus; já em 1973, como consequência da caminhada do povo de Deus, a comunidade envia duas participantes para a Assembleia Anual Diocesana.

No Advento de 1975, frei Chico doou as imagens do presépio da paróquia para a comunidade, sendo assim, o Natal é celebrado com muito entusiasmo.

No ano de 1976, frei Chico visitou os padres Salesianos, em Indápolis e recebeu ajuda no atendimento às comunidades, na pessoa do padre Mario Panziera. Com a morte do frei Chico, ocorrida um ano depois, os padres Salesianos assumiram os trabalhos pastorais nas capelas. Padre Mário Panziera, muito animado e dinâmico, implantou a Novena de Natal

em Família nas comunidades. Formou-se, então, uma equipe de novena e a coordenação ficou a cargo da Comunidade Senhor Bom Jesus. Essa equipe percorreu as capelas, divulgando, incentivando e formando grupos. As novenas são celebradas com alegria, mesmo nos dias de chuvarada e atoleiros nas estradas. Assim, a participação nas missas aumenta.

A Comunidade Senhor Bom Jesus conta com os seguintes movimentos e pastorais: Vicentinos, Legião de Maria, Apostolado da Oração, Oratório Salesiano, Coroinhas, Ministros Extraordinários da Eucaristia, Cenáculo com Maria, Salesianos, Cooperadores, ADMA, Pastoral da Criança, Pastoral da Esperança e Pastoral do Dízimo.

O Oratório Salesiano foi implantado na comunidade pelo padre Luiz Marconeti, no ano de 1986³⁰. Funciona todos os domingos com a presença marcante de crianças e jovens, sob a responsabilidade de noviços e monitores da própria comunidade.

Durante todos esses anos de caminhada na fé e de crescimento no amor a Jesus, foram presidentes ou coordenadores de Comunidade os fiéis: Sebastião Pascoal de Carvalho, José Valdo Cavalcante, Francisco Cândido Pereira, Ronaldo de Almeida Xavier, Adão Ferreira de Souza (por duas vezes), Pedro Neres Garcia, Sebastião José dos Santos (três vezes), Joaquim Alves de Lima, Madsom Roberto Pereira Valente (duas vezes), Valdir Ramos Benites, Maria das Dores Carneiro Souza. O primeiro presidente foi o senhor João Domingos e o atual é o senhor Antonio de Almeida.

Atualmente, a comunidade conta com a celebração das missas todos os domingos e com a Novena Perpétua de Nossa Senhora Auxiliadora, com missa, todas às quintas-feiras, e a cada dia essa comunidade tem consciência de que é parte essencial de evangelização, por isso, está sempre pronta a dizer: “Eis-me aqui Senhor”.

³⁰ No ano de 1986, começou a funcionar o noviciado em Indápolis. O noviciado é um tempo de formação específica de um ano para os candidatos à vida religiosa salesiana. Os noviços assumem aos domingos, junto com os leigos das comunidades, o oratório.

Imagem 2 - Bom Jesus da Lapa.**Senhor Bom Jesus**

O devoto Francisco de Mendonça Mar, nascido em Portugal, em 1657, com vinte e poucos anos de idade, em 1679, chegou a Bahia (Salvador), onde se instalou, tendo sua própria oficina e serventes - escravos seus.

No ano de 1688, foi encarregado de pintar o palácio do Governador Geral do Brasil, na Bahia. Em vez de receber o pagamento, foi levado à cadeia, com dois de seus escravos, e cruelmente açoitado.

Tocado pela divina graça, aprendeu Francisco que a única coisa que vale é a salvação eterna. Resolveu então deixar tudo e buscar o deserto mais remoto para sacrificar sua vida por Deus. Distribuindo os seus bens, fez-se pobre e, acompanhado de uma imagem de Cristo Crucificado, enveredou-se pelo sertão adentro.

Depois de vários meses de incessante caminhada, avistou um morro, subiu uma áspera ladeira e por uma abertura na pedra penetrou numa gruta. Lá dentro, encontrou uma prodigiosa cavidade, tão proporcional à cruz que levava, que ali a colocou. Era exatamente aquilo que procurava! Um perfeito Monte Calvário. Era um sinal de Deus de que deveria ficar!

À margem do rio São Francisco, começou uma vida de eremita, na solidão e oração, venerando o Senhor Bom Jesus, que morreu na cruz pela nossa salvação e louvando a Maria, Sua Mãe, a Virgem da Soledade.

Dedicado à oração e à penitência, “o monge” Francisco percebeu logo que o amor a Deus não pode ser isolado da vida, mas inserido nela, então começou o trabalho em favor dos mais necessitados. Trazia-o para junto de si pobres, doentes, infelizes e aleijados, a fim de servi-los com amor, desenvolvendo seu apostolado também entre os índios da redondeza.

O rio São Francisco era na época o melhor e único caminho de penetrar no interior do Brasil. Daí começou o movimento. Levas intermináveis de aventureiros, caçadores de ouro, mascates e vaqueiros subiam o rio São Francisco, fazendo pouso naquela Lapa, para

rezar, fazer promessas, dar graças a Deus perante as imagens do Bom Jesus e de Nossa Senhora da Soledade, colocadas pelo Monge num altar da capela-mor da Gruta.

Assim, nasceu a Romaria, que até hoje continua sendo uma expressão de fé e amor ao Bom Jesus.

Pelo seu exemplo e pelas suas palavras, o padre Francisco da Soledade, “O Monge da Gruta”, conseguiu fazer brotar nos corações de muita gente o amor ao Bom Jesus e à Sua Santa Mãe.

Sua morte ocorreu provavelmente depois de 1722, quando ele contava com mais ou menos 65 anos de idade.

2.2.2.2 Comunidade Imaculada Conceição

Foto 15 - Professor Lourival Barbosa em frente à Capela Imaculada Conceição (2008).



Foto: Arquivo pessoal/2008.

Data de Fundação: 1952

Localização: linha do Barreirinho - Indápolis - Distrito de Dourados - MS

Festa da Imaculada Conceição: 8 de dezembro

Histórico da comunidade

A comunidade foi fundada em 1952, pelo padre Amadeu Amadori e o professor Lourival Felix Barbosa que ali se estabeleceram em 1950, encontrando as matas virgens.

No ano de 1949, já existia uma escolinha que era da colônia. Até a década de 70 chegou a ter um número de 350 alunos. Com isso, pode-se dizer que havia muita gente na região.

O professor Lourival foi quem iniciou, na escola, a catequese com as crianças, pois era aí mesmo que se reuniam as famílias para a celebração da missa. Pelo trabalho realizado com as crianças, aos poucos os pais foram se achegando e conhecendo mais o professor.

Em 1957, o padre Amadeu e o professor acharam que já estava na hora de construir uma capela. Muitos não compreendiam o sentido de se ter uma capela, pois diziam que já tinham a escola e não precisavam mais de nada. Mas com o entusiasmo e a audácia do padre e do professor, começaram a motivar as pessoas, visitando as casas para conquistar o povo.

No diálogo com as famílias, ganharam o terreno da senhora Dolores, irmã de criação do professor Lourival e “com doações e ajudas das famílias conseguiram construir uma capela bem singela, mas aconchegante”, afirma o professor. Os padres vinham a cavalo fazer as desobrigas³¹. Ficavam hospedados na casa do professor e percorriam as casas, convidando o povo.

Assim, a comunidade foi se desenvolvendo ao longo dos anos, tendo o professor como animador, coordenador, catequista, sacristão, até o local se tornar território da Paróquia de São Pedro em 1979. Muitas famílias que ali residiam preferiram a comodidade da cidade e foram embora, ficando poucas famílias, mas mesmo assim a comunidade, paulatinamente, foi percebendo que precisaria construir outra igreja.

A nova capela foi construída nos inícios dos anos 90, e concluída em 2003.

O nome Imaculada Conceição foi o próprio professor quem sugeriu, pois, sempre rezava o ofício de Nossa Senhora, no interior de São Paulo, de onde veio.

A imagem da Imaculada, que está na capela, quem a trouxe do Rio de Janeiro, atendendo um pedido do professor, foi a Ir. Ângela Cavalcante no ano de 1958.

³¹ A desobriga expressava as viagens dos padres que antigamente percorriam os lugarejos e fazendas, ministrando os sacramentos, permitindo que os fiéis cumprissem a obrigação de comungar no mínimo uma vez por ano. Devido às longas distâncias e às dificuldades de locomoção ou acesso eram realizadas em muares, sendo estes mais resistentes ao trabalho.

Imagem 3 - Nossa Senhora da Imaculada Conceição.



Nossa Senhora da Imaculada Conceição

Em 8 de dezembro de 1854, o Papa Pio IX decretou solenemente o “Dogma da Imaculada Conceição de Maria”, resultado da interpretação de sinais sobrenaturais, assim como das pesquisas e estudos realizados por autoridades do Vaticano, num volumoso processo que foi instaurado por ordem do Sumo Pontífice. O Papa, em reconhecimento à magnífica prerrogativa concedida pelo Criador a Nossa Senhora, instituiu o “dogma”, para que a humanidade cristã também participasse de sua alegria. O “Dogma da Imaculada Conceição”, afirma que “Maria desde o primeiro instante de sua concepção (no ventre de sua mãe), por privilégio singular do Criador e, atendendo aos merecimentos de Nosso Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus e seu Divino Filho, foi preservada do pecado original”.

2.2.2.3 Comunidade Santo Antônio

Foto 16 - Capela de Santo Antônio (Colônia Zanatta).



Foto: Arquivo pessoal/2008.

Data de Fundação: 1957

Localização: Estrada Indápolis Lagoa Bonita - Km 10 - Colônia do Zanatta

Festa de Santo Antônio: 13 de junho

Histórico da comunidade

Os fundadores da capela Santo Antônio foram Fernando Zanatta e Maria Francisca Donati Zanatta. Fernando Zanata veio de Treviso, Itália, com dois anos de idade. Desembarcou no porto de Santos, no dia 12 de janeiro de 1897. Com o passar dos anos,

conheceu Maria Donatti, com quem se casou. Viveram alguns anos na cidade de Guatimi, onde tiveram os primeiros filhos.

Após alguns anos, deixaram Guatimi e fixaram residência nesse local, entre as matas virgens, abrindo estradas, formando pastagens e campos para plantações. Aos poucos, as matas foram dando lugar aos campos e às casas, surgindo a colônia.

Antes do levantamento da primeira capela, as celebrações eram realizadas nas casas das famílias e os padres vinham a cavalo ou de bicicleta nas chamadas desobrigas. Chegou-se a realizar até casamentos.

As famílias sempre se faziam presentes nas celebrações. Assim, em pouco tempo, os próprios moradores ergueram a primeira capela da comunidade, muito singela e humilde. Estavam presentes: Fernando, Maria e os filhos e outras famílias que já residiam no local, como o Senhor Ângelo Fagnanni, Antônia Fagnani e filhos e também o Senhor Salustiano de Lima, Aparecida de Lima e filhos.

A devoção por Santo Antônio já existia na família de Fernando Zanata, desde os tempos remotos de Guatimi, então se justifica o nome do padroeiro, sugerido por eles. Anos mais tarde, foi construída a capela que existe hoje. Algumas pessoas já faleceram, mas seus herdeiros dão continuidade ao que, um dia, receberam de seus pais e agora passam aos seus descendentes.

Imagem 4 - Santo Antônio.



Santo Antônio

Nasceu em Lisboa, no ano de 1195. Foi cônego regular em Portugal até os vinte e cinco anos. Entrou para a ordem dos frades franciscanos para evangelizar os muçulmanos de Marrocos, retornando mais tarde a Europa, onde permaneceu em eremitério na Itália.

Em 1231, foi acometido por uma doença inesperada e veio a falecer em Arcella, no dia 13 de junho, aos 36 anos de. Santo Antônio foi canonizado por Gregório IX em 30 de maio de 1232, sendo um santo de

grande popularidade, invocado pelo povo para encontrar objetos perdidos e auxiliar moças solteiras a encontrar noivos.

2.2.2.4 Comunidade Dom Bosco

Foto 17 - Capela Dom Bosco.



Data de Fundação: 1986

Localização: Br 364, km

Festa de São João Bosco: 31 de janeiro

Foto: Arquivo pessoal/2008.

Histórico da comunidade

Até o ano de mil novecentos e noventa e nove, a comunidade da quarta linha³² não tinha um local apropriado para realizar suas celebrações. Eram feitas na antiga escola “Aristeu de Carvalho”, porém, nesse período, a estrutura da escola não dava segurança, porque por muito antiga apresentava rachaduras, colocando em risco a vida das pessoas que precisavam realizar algumas atividades, como a catequese e as celebrações.

Ângela Maria Leite Marques, juntamente com Jair Garcia e o padre Eduardo Ambrósio, foram à Secretaria de Educação solicitar a doação do terreno da escola para a Paróquia de São Pedro, pois a escola encontrava-se desativada desde mil novecentos e noventa e cinco. O pedido de doação foi atendido e começaram a buscar recursos para construir a capela.

Conseguiram doação em dinheiro de pessoas da comunidade e das demais comunidades vizinhas, e realizaram festas e bingos no distrito de vila Vargas.

³² De acordo com o anexo D, sobre a divisão dos lotes é possível averiguar as linhas da divisão que, em vez de colocar nomes próprios, ficou sendo chamada de linha seguida de número.

Em 2000, foi iniciada a construção, onde tiveram apoio do mestre Inácio Enaureu Martins da Silva e das irmãs que pertencem à congregação Filhas da Caridade de São Vivente de Paulo, sendo elas Maria de Lurdes Trabach e Iraci Nere Serejo. O nome “Dom Bosco” foi sugerido pelo padre Eduardo Ambrósio, pároco da época, cuja sugestão foi aceita por todos da comunidade. Surgiu, então, oficialmente, o nome da capela Dom Bosco.

Os padres que celebravam os sacramentos eram padre Eduardo, padre Antônio Segundino de Castro e padre Benito Porto Gonzalez. Sempre se faziam presentes o mestre Inácio Enaureu Martins da Silva e as irmãs Maria de Lurdes e Iraci, e alguns ministros da Eucaristia de Indápolis.

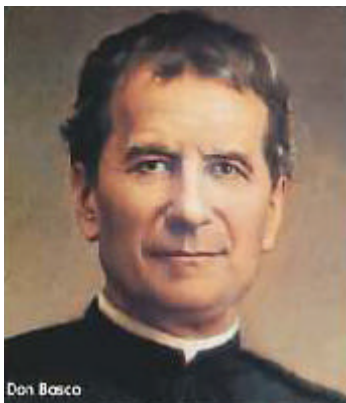
A comunidade Dom Bosco possuía aproximadamente vinte famílias que participavam frequentemente de todas as celebrações.

Paulatinamente, as famílias foram se afastando da igreja devido à ausência de padres, nos dias destinados às celebrações, pois quase sempre a comunidade era avisada na ultima hora que o celebrante não poderia comparecer. As pessoas voltavam para suas casas sem terem participado da missa. Havia outras celebrações que, na maioria das vezes, não eram celebradas pelos padres, e sim pelas irmãs, ministros ou pelo mestre Inácio.

Apesar da boa vontade de tais representantes da igreja, a comunidade sentia falta de um padre mais presente, pois para a comunidade a presença de um padre atuante era muito significativa para os membros da capela recém-construída que necessitava de cuidados especiais para o seu crescimento.

A comunidade ficou totalmente dizimada, muitos se afastaram e outros foram para outras igrejas.

Atualmente, a comunidade se encontra em fase de reestruturação, pois o padre Osvaldo dos Santos, há dois anos vem tentando conquistar o povo para voltar a formar a comunidade, mas muitos já não moram mais no local e os poucos que ficaram participam de outras religiões.

Imagem 5 - São João Bosco.

São João Bosco

Nasceu em Castelnuova d'Asti, Itália, no ano de 1815, em meio a uma família de humildes camponeses. Órfão de pai aos dois anos, foi educado na fé e na prática coerente da mensagem evangélica por sua mãe, que era analfabeta, porém rica de sabedoria cristã. Tinha apenas nove anos quando um sonho revelador lhe fez intuir que deveria dedicar-se à educação da juventude. Em 1835, entrou para o seminário de Chieri e, em 5 de junho de 1841, foi ordenado sacerdote.

No dia 8 de dezembro desse mesmo ano, iniciou o seu apostolado juvenil em Turim. Escolheu como programa de vida, “dá-me as pessoas e toma o resto”, fundando o Oratório e pondo-o sob a proteção de São Francisco de Sales. Começou a recolher e a educar os jovens abandonados e a convidar os que estavam na prisão para que, quando saíssem, se dirigissem ao Oratório.

Era nesse lugar que Dom Bosco reunia, divertia, educava e ensinava os jovens a redescobrir a dignidade da própria vida como filhos de Deus. O Oratório era uma realidade onde podiam encontrar campos para jogar, salas de aula, oficinas, dormitório e refeitório para os internos e, claro, uma Igreja para as orações, o canto e a catequese. Em 1859, fundou a Sociedade ou Congregação Salesiana, cuja missão era desenvolvida em três direções específicas: a missão juvenil, por meio das obras educativas dirigidas aos jovens, sobretudo pobres e abandonados, a missão popular, por intermédio da obra pastoral em ambientes populares; a missão propriamente “missionária”, em vista do anúncio do Evangelho nos países onde Cristo não é conhecido. Com a ajuda de Santa Maria D. Mazzarello fundou, em 1872, o instituto das Filhas de Maria Auxiliadora para a educação da juventude feminina. Em 1875, enviou a primeira turma de seus missionários à América de Sul. Foi ele quem mandou os salesianos para fundar o Colégio Santa Rosa, em Niterói, primeira casa salesiana do Brasil. Consumido pelo trabalho, fechou o ciclo de sua vida terrena aos 72 anos de idade, em 31 de janeiro de 1888. Foi canonizado em 1934, pelo Papa Pio XI e, no centenário da sua morte, João Paulo II proclamou-o Pai e Mestre da Juventude.

2.2.2.5 Comunidade São José

Foto 18 - Capela São José (2007).



Foto: Arquivo pessoal/2007.

Data de Fundação: 1955

Localização: Linha do Barreirão Km 13- Distrito de Indápolis - Dourados - MS

Festa de São José: 19 de março

Histórico da comunidade

O primeiro padre a chegar à colônia, veio de lombo de burro, nos anos de 1950, foi o frei João Damasceno. *“Era um alemão que tinha um cabelo como de Jesus”*, é assim que a senhora Ivone Vasconcelos, esposa do senhor Eronides Vasconcelos, relembra o frei.

As famílias dos colonos eram bastante unidas, logo foram capazes de colocar em pé as paredes da capela, feita toda de madeira, trabalhada por eles mesmos.

A assistência religiosa junto aos colonos era por conta do padre André e Irmã Ângela Cavalcante, que deram um impulso no modo de presenciar a fé.

Com o início do Cursilho de Leigos Cristãos (CLC), na década de 80, a capela ganhou um vigor especial, ficando muito pequena para reunir muitos fiéis, surgindo então, a necessidade de se ampliar a igreja.

O grupo de jovem, na década de 80, foi bem incentivado, a participação das famílias hoje na comunidade, ou seja, dos jovens de outrora que participavam, hoje são as famílias que compõem a comunidade.

Porque o nome São José a essa comunidade? A escolha do nome deve-se ao fato de que o senhor José Ferreira de Vasconcelos era muito devoto de São José, e sugeriu o nome do santo de sua devoção e como era atuante na comunidade foi atacada a sua sugestão. Ele mesmo trouxe de São Paulo, em 1955, a imagem que está na capela.

Imagem 6 - São José padroeiro.



São José

Patrono da Igreja Universal. Ele é também o santo padroeiro dos carpinteiros, marceneiros, operários, dos pais e da família. “O Anjo do senhor manifestou-se a ele em sonho, dizendo: José, filho de Davi, não temas receber Maria como tua mulher, pois o que nela foi gerado vem do Espírito Santo” (Mateus, 1,20). Conta a tradição popular que a mão de Maria era cobiçada por diversos pretendentes. O carpinteiro José, da Galiléia, sem fazer a menor ideia dos árduos tempos que viriam pela frente, acabou se tornando o marido da futura mãe de Jesus. Quando ainda eram noivos, o anjo Gabriel anunciou a Maria que ela daria à luz um menino. José vacilou.

Aquela criança que era gerada no ventre de sua mulher não era fruto de um amor carnal. Bastante confuso e angustiado, mas confiando na fidelidade de Maria, o humilde carpinteiro decidiu deixá-la secretamente, sem contar nada a ninguém. Um sonho, entretanto, mudaria tudo. Em uma noite que marcou o fim do Antigo Testamento e o começo do Novo, um anjo lhe revelou que aquela criança era o filho de Deus, aconselhando-o a retomar o casamento, acolher sua mulher e filho, protegendo-os acima de tudo.

A Bíblia pouco aborda a vida de José, mas é certo que ele sempre esteve ao lado de Maria e Jesus nas maiores provações. Como guardião do filho adotivo, precisou fugir duas vezes com a mulher e o pequeno messias.

A primeira fuga foi para o Egito, tentando escapar de Herodes e sua ordem de exterminar todas as crianças do sexo masculino, e a segunda para Nazaré, temendo um sucessor do tirano assassino. Pouco se sabe sobre a morte de José. Ele, provavelmente, não acompanhou o calvário do filho de Deus até a morte na cruz. Teria deixado esse mundo quando Cristo tinha trinta anos. Por toda sua fé, dedicação, humildade e proteção, São José é o patriarca, o grande pai, o provedor. É o amigo do povo, dos pobres, dos perseguidos e dos sofredores.

2.2.2.6 Comunidade São João Batista - Colônia dos Italianos

Foto 19 - Capela de São João Batista (2007).



Foto: Arquivo pessoal/2007.

Data de Fundação: 1975

Localização: Estrada Indápolis/lagoa bonita - KM
10 - Indápolis - Distrito de Dourados - MS

Festa de São João Batista: 24 de junho

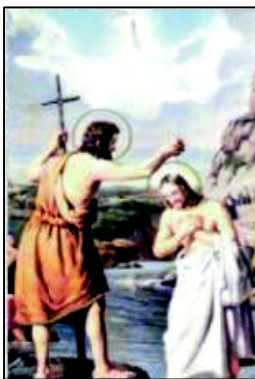
Histórico da comunidade

Por volta dos anos 60, não existia nessa comunidade, uma capela para ser rezada a Santa Missa, que era celebrada na escola municipal Coronel José Luiz da Silva, por padres vindos da Paróquia da Vila São Pedro, uma vez por mês.

Alguns anos se passaram para que a comunidade pudesse organizar e buscar meios para erguer a sonhada capela. Somente no ano de 1975, o senhor João Garlindo doou uma parte de suas terras para que fosse construída a capela. Ele possuía um bar nesse mesmo local e, com a ajuda de toda a comunidade eram realizadas festas que com a arrecadação foi possível construir uma capela de madeira, um salão e um coreto para que fossem feito leilões.

As festas foram mantidas e, aos poucos, com a renda começaram a construir uma nova capela, que se encontra às margens da Rodovia Indápolis/Lagoa Bonita.

Por três anos, as atividades da capela ficaram paradas, por questões particulares e por falta de liderança, mas com a vinda do padre Osvaldo dos Santos, novo pároco, as atividades foram retomadas, sendo motivo de alegria e regozijo para toda a comunidade, principalmente, para os antigos que vivem a relembrar o passado árduo para se construir a capela.

Imagem 7 - São João Batista.**São João Batista**

João Batista, chamado o “homem enviado por Deus”, era um profeta eremita e mártir. Filho de Zacarias e Isabel, primo de Jesus. Nasceu em Ain-Karim, perto de Jerusalém, e seu nascimento foi anunciado a sua mãe pelo anjo Gabriel. Ele viveu recluso em um deserto da Judeia e depois começou a pregar às margens do rio Jordão, batizando grande número de penitentes. Finalmente, Jesus Cristo veio para ser batizado por ele antes de ir a Galileia para iniciar sua pregação. João continuou perto do rio Jordão e foi preso a mando do Rei Herodes Antipas (4a.C.-39d.C.), Rei da Perea e Galileia. João pregava com veemência contra a relação de Herodes com sua amante e rainha Herodias. Salomé, filha de Herodias, uma bela mulher, conseguiu seduzir Herodes e exigiu dele a cabeça de João em uma bandeja em troca de seus favores. João Batista foi então decapitado. A tradição destaca ainda que ele nasceu livre do pecado original e foi santificado ainda no útero de sua mãe.

2.2.2.7 Comunidade Nossa Senhora Aparecida

Foto 20 - Capela de Nossa Senhora Aparecida, em 2007.



Foto: Arquivo pessoal/2007.

Data de Fundação: 1980

Localização: Guanandi/Guassu - Estrada Indápolis/
Lagoa Bonita - Km 40 Dourados - MS

Festa de Nossa da Conceição Aparecida: 12 de
outubro

Histórico da comunidade

O padre Felipe Zentner foi quem iniciou e incentivou a criação dessa comunidade, nos anos de 1980 que, por falta de um lugar próprio, as missas, a reza do terço e outros eventos eram realizados na escolinha.

Com a chegada do padre Fortunato Favaro, incentivando e motivando a fé do povo, formou-se a primeira diretoria tendo como presidente Aparecido Pedro da Silva, com a colaboração de Ronaldo Pedroso da Silva e outros. Essa diretoria se mobilizou conseguindo o terreno doado pelo senhor Laerte Ferreira. Com a participação e presença de toda a comunidade conseguiram erguer a capela de sapé, fixando-se assim, um lugar sagrado.

Quando iniciaram as primeiras festas, decidiram que, com as arrecadações e com todo o esforço da comunidade, haveriam de construir uma outra capela. Pode-se dizer que houve grandes avanços, pois foram realizadas festas, casamentos, batizados e três turmas de catequese da primeira eucaristia e duas turmas de crisma, no pequeno lugarejo.

A catequese, mola propulsora da fé, inicialmente, foi animada e levada à frente pelas senhoras Deolinda Gonzaga Ribeiro, Maria Santa Terra, Neuza Braga e Ângela Saldanha, graças ao apoio e incentivo dos padres que passaram pela comunidade e foram capazes de acreditar e levar avante os trabalhos, com persistência e audácia.

A capela, por oito anos, teve como coordenador Aparecido Pedro da Silva, sem ter festas e qualquer outro evento, devido à linha pastoral que o pároco daquela época adotou. Mas com a chegada do padre Osvaldo dos Santos, no dia 27 de janeiro de 2006, em quatro meses, foi empossada a nova coordenação composta por: Roseniltom Pereira de Assis, Lídio Pereira de Assis, César Ribeiro da Silva, Walter Verão Pedroso, Diomar Ribeiro Pedroso, Ronaldo da Silva Ribeiro e José Marques.

O sentido de ser e viver para a comunidade foram resgatados. Foram realizadas duas grandes festas no dia do padroeiro, uma em 2007 e outra em 2008, para arrecadar fundos para a capela. O sentido de pertencimento está sendo retomado com as festas e outros encontros. Os encontros para a Celebração da Eucaristia acontecem, mensalmente, no primeiro sábado do mês. No dia 16 de cada mês, há também a reza do terço e nos momentos mais fortes da vivência da fé, na paróquia, acontecem as novenas.

Percebe-se que há um esforço de querer aprender e aprofundar muito mais o sentido de ser cristão, assim, a comunidade vive a dimensão da consciência da necessidade de entregar o dízimo para que a fé seja mais expressiva.

Imagem 8 - Nossa Senhora da Conceição Aparecida.



Nossa Senhora Aparecida

Os pescadores Domingos Garcia, Filipe Pedroso e João Alves saíram à procura de peixes no rio Paraíba. Desceram o rio e nada conseguiram. Depois de muitas tentativas sem sucesso, chegaram ao Porto Itaguaçu. João Alves lançou a rede nas águas e apanhou o corpo de uma imagem de Nossa Senhora da Conceição sem a cabeça. Lançou novamente a rede e apanhou a cabeça da mesma imagem. Daí em diante, os peixes chegaram em abundância para os três humildes pescadores.

A devoção foi crescendo no meio do povo e muitas graças foram alcançadas por aqueles que rezavam diante da imagem. Em 8 de setembro de 1904, a imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida foi coroada, solenemente, por D. José Camargo Barros, na capela dedicada ao seu culto. Em 1929, Nossa Senhora foi proclamada rainha do Brasil e sua padroeira oficial, por determinação do Papa Pio XI. Era necessária a construção de outro templo, bem maior, que pudesse acomodar tantos romeiros. Por iniciativa dos missionários Redentoristas e dos Senhores Bispos, teve início em 11 de novembro de 1955 a construção de outra igreja, atual Basílica Nova. Em 1980, ainda em construção, foi consagrada pelo Papa João Paulo II e recebeu o título de Basílica Menor. Em 1984, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) declarou oficialmente a Basílica de Aparecida: Santuário Nacional; “maior Santuário Mariano do mundo”.

2.2.2.8 Comunidade Nossa Senhora de Fátima

Foto 21 - Comunidade de Nossa Senhora de Fátima (2007).



Data de Fundação: 1981

Localização: Linha do Iguassu - primeira zona distrito de Indápolis - Dourados - MS

Festa de Nossa Senhora de Fátima: 13 de maio

Foto: Arquivo pessoal/2007.

Histórico da comunidade

Começou a crescer na fé, a Comunidade do Iguassu, quando dona Ermelinda Pereira Ribeiro e o senhor Emanuel Freire Santos chegaram de sua terra natal, Portugal, em 1954, trazendo na bagagem uma imagem de Nossa Senhora de Fátima e um livro com cânticos e orações da Santa. Pode-se dizer que é um casal privilegiado na fé, pois, em Portugal, eles moravam perto do Santuário de Fátima, aprendendo desde a infância a devoção à Santa.

Vindo de um lugar onde se respirava toda a história das aparições, dona Ermelinda começou, paulatinamente, a visitar as famílias, levando a imagem e o livrinho de orações. Rezava o terço e discorria sobre a história das aparições para as famílias, percorrendo uma distância de até cinco quilômetros em busca de famílias para divulgar a devoção a Nossa Senhora de Fátima. Nos meses de maio e outubro, meses de comemoração, os momentos dos encontros eram muito mais participativos, muito mais presenciados no sentido de expressão da fé.

Vendo as dificuldades que as pessoas tinham para participarem da Eucaristia, por seu um lugar distante, o padre resolveu celebrar a missa duas vezes por mês, no segundo e no quarto domingo, na casa de quem desejasse.

O senhor José Rosa aceitou realizar a missa em sua residência por vários meses, no segundo domingo. Com a crise do campo e, consequente diminuição das famílias, o sacerdote passou a rezar somente no quarto domingo de cada mês.

Atualmente, continua-se a celebrar, com o padre Osvaldo dos Santos, que anima e incentiva a comunidade com seu estilo simples e presente. As Santas Missões Populares foi uma bênção para as famílias. Conseguiu-se perceber e entender o sentido de ser e pertencer a uma comunidade, formando a primeira coordenação, para organizar e caminhar com a paróquia, como comunidade de Nossa Senhora de Fátima.

Quanto à escolha do nome, chegou-se a um consenso de que, como a comunidade começou com a reza do terço, em homenagem a Nossa Senhora de Fátima, escolheu-se esta para ser a Padroeira.

Não há uma capela de material, pois compreenderam que o sentido de ser igreja não está no templo, mas, nos corações das famílias. A missa acontece todos os meses, sendo celebrada, a cada vez, em uma família. A reza do terço também se reveza entre as famílias, todos os meses, sempre no dia 24.

Imagem 9 - Nossa Senhora de Fátima.



Nossa Senhora de Fátima

Venerada com fervor no mundo inteiro, Nossa Senhora de Fátima é oficialmente a padroeira de dois pequenos países da América do Sul: Guiana e Suriname. A história de sua aparição aos três pastores na aldeia de Leiria, região de Fátima, Portugal, espalhou a sua devoção pelo mundo. Primeiro houve três aparições de um anjo que se identificou como Anjo da Paz, e preparou as crianças para as grandes revelações.

No dia 13 de maio de 1917, em um dia claro, as três crianças, Lúcia, Jacinto e Francisca, estavam pastoreando nas colinas, quando sobre uma pequena azinheira, surgiu um clarão após um relâmpago e a figura “de uma Senhora vestida de branco, mais brilhante que o sol, reluzindo mais clara e intensa que um copo de cristal cheio de água cristalina, atravessado pelos raios de sol mais ardente”. Ela dirigiu-se às crianças e lhes pediu que rezassem o terço todos os dias pela paz do mundo, que pedissem pela conversão dos pecadores e pelo fim da

guerra. As aparições continuaram e sempre a Virgem repetia que se orasse pela paz e pela conversão dos pecadores e que se rezasse o terço diariamente.

A Virgem voltou muitas vezes, falou muito e revelou terríveis acontecimentos, que poderiam acontecer se o povo não se convertesse e rezasse o terço. Essas profecias realmente se concretizaram. A última, cercada de mistério por tantos anos, foi recentemente revelada pelo Papa João Paulo II, e diz respeito ao atentado que o Papa sofrera em 1980.

2.2.2.9 Comunidade São Domingos Sávio

Foto 22 - Capela de São Domingos Sávio (2007).



Data de Fundação: 1960

Localização: Paloma - Fazenda Capão Bonito -
Guassu - Indápolis - Distrito de Dourados

Festa de São Domingos Sávio: 6 de maio

Foto: Arquivo pessoal/2007.

Histórico da comunidade

Eduardo Domingos dos Santos, no ano de 1960, por iniciativa própria construiu a primeira capela em homenagem a Santo Antônio, pois era muito devoto do Santo. Com a construção da capela, as famílias que ali residiam puderam se unir para terços, missas e festas.

Mensalmente, aconteciam as missas, celebradas pelo padre José Pascoal Buzato, que pertencia à Igreja de Fátima do Sul.

Por muitos anos, essa tradição foi mantida pela comunidade, até que no ano de 1975, o proprietário da terra, onde se localizava a capela, vendeu a propriedade, resultando no fim das missas, terços e festas naquele local. O novo dono não permitia a realização desses eventos. Por não terem um lugar para fazer as celebrações, passaram a rezar os terços em algumas casas e assim permaneceu por alguns anos.

A primeira escola da comunidade foi construída em 1960, sendo o terreno doado por Platino Caetano, proprietário da Fazenda Capão Bonito. Muitos puderam ser alfabetizados na escolinha, como assim chamavam. Anos mais tarde, com as condições precárias e por falta de professores, as aulas foram interrompidas.

Em 1977, João Santana, proprietário da Fazenda Santa Terezinha, fez a doação de um terreno para a construção de uma nova escola, ao lado do terreno doado pelo Platino Caetano.

No ano de 1979, os padres de Fátima do Sul novamente começaram a realizar as missas para a comunidade na escolinha. Mas, com a criação da nova Paróquia de São Pedro, no mesmo ano, as missas passaram a serem celebradas pelos padres de Indápolis, e, assim, permanece até os dias de hoje.

Há quatro anos, essa escola “Domingo Barroso” foi desativada, por falta de alunos e encontra-se em péssimas condições, mas mesmo assim, a missa mensal é celebrada, no local.

O padre Osvaldo dos Santos, em todas as missas, vem motivando e orientando que as pessoas que frequentam a celebração para que formem uma coordenação, criando, assim, uma comunidade em termos legais, tendo com isso a possibilidade de se organizar para estruturar melhor o espaço de encontro, tornando-o um espaço sagrado da comunidade.

Quanto à comunidade se chamar Domingos Sávio, que é um santo salesiano, é em homenagem ao doador do terreno Domingo Barroso.

Imagem 10 - São Domingos Sávio.



São Domingos Sávio

São Domingos Sávio nasceu em Riva de Chieri, Itália, no dia 2 de abril de 1842. Filho de um ferreiro e de uma costureira, foi aluno de São João Bosco e um dos primeiros colaboradores da obra salesiana. Morreu aos quinze anos, já amadurecido na fé e no amor que devotava a Deus, a Nossa Senhora e à Eucaristia. Sua morte se deu em Mondônio, no dia 9 de março de 1857. Dom Bosco escreveu sua vida, mostrando como Domingos Sávio

colaborou com a graça de Deus: cumpriu seus deveres e se dedicou ao serviço do próximo com zelo e despojamento de si, desejando ardentemente a santidade de vida. Dom Bosco conta a morte de Domingos Sávio, comparando-o a um pássaro que voa para o céu. Estava ele doente na casa do pai quando disse: “Querido pai, chegou a hora. Pegue no jovem cristão (livro de orações) e leia a ladainha da boa morte [...]’. Domingos repetia com voz clara e distinta todas as palavras [...] Pareceu conciliar o sono. Pouco depois despertou e com voz clara e alegre, disse: - ‘Adeus, pai, adeus! Oh! que coisas tão lindas estou vendo!’ Sorriu com rosto celestial e expirou com as mãos cruzadas sobre o peito e sem fazer o menor movimento”.

2.2.10 Comunidade Santa Terezinha

Foto 23 - Capela de Santa Terezinha, em 2008.



Data de Fundação: 1968

Localização: Estrada Indápolis/Lagoa Bonita - Km 33 - Dourados - MS

Festa de Santa Terezinha: 1 de outubro

Foto: Arquivo pessoal/2008.

Histórico da comunidade

A Comunidade Santa Terezinha surgiu em 1968, mas não havia igreja. As celebrações eram feitas pelo frei Francisco Ricardo Brugger (frei Chico), que vinha, duas vezes por mês, para celebrar as missas aos domingos, havia culto.

Em 1970, o senhor Vergilino dos Santos e sua esposa Zulmira N. Moraes doaram o terreno. Com muita labuta, a igreja foi construída por meio da realização de festas beneficentes, sendo, na época, coordenador o senhor Adalberto Fernandes Ferreira.

A capela foi feita de alicerce e madeira e a comunidade era grande, mais ou menos 40 famílias.

A comunidade era muito fervorosa. Havia muitos participantes, mas devido à tecnologia que chegou à área rural, muitas famílias se mudaram e a comunidade ficou menos movimentada. Com poucos participantes, não houve mais festas, se desfez a diretoria e só havia missa uma vez por mês. A igreja, sem cuidados e sem reformas, ficou em estado precário e quase não vinha mais ninguém participar das missas, apenas umas sete famílias, durante uns três anos.

Com o empenho de algumas famílias, comunidade voltou a crescer. Os filhos e netos do doador, que ali permaneceram, resolveram pedir doações para a construção de uma nova igreja. Com muito esforço, conseguiram derrubar a igreja velha e construir a nova, de alvenaria, no ano de 2003.

Nesses últimos dois anos, a comunidade conta com aproximadamente vinte e duas famílias participantes, com diretoria ativada, missa uma vez por mês e encontro bíblico todas as terças-feiras. Há três turmas de catequizandos e um grupo musical, grupos de missionários, ministros, missas mais animadas e voltou-se a realizar festas. Mas a graça maior que a capela recebeu foi ter a presença do Santíssimo, devido ao empenho e fervor de todos e à boa disposição das senhoras Ângela Maria dos Reis Bilck e Juraci Marques Rodrigues que assumiram o Ministério Extraordinário da Eucaristia.

Quanto ao nome, foi o senhor Vergilino dos Santos quem sugeriu Santa Terezinha, pois ele era muito devoto da Santa e, além disso, o mês de outubro era o mês de seu aniversário e a comunidade acatou.

Imagem 11 - Santa Teresinha do Menino Jesus.



Santa Teresinha do Menino Jesus

Santa Tereza do Menino Jesus e da Sagrada Face, Santa Teresa de Lisieux ou apenas Santa Teresinha nasceu em 2 de janeiro de 1873, em Alençon, França. Filha do relojoeiro Louis Martin e da artesã Zélie Guérmi, ela abraçou a vida religiosa assim como suas cinco irmãs. Próximo de completar 15 anos, no final de 1887, Santa Teresinha entrou para o convento das carmelitas, situado na cidade de Lisieux. Passou nove anos no convento, vivendo a mais intensa fé eclesiástica. Em abril de 1896, descobriu-se que ela estava com tuberculose. Santa Teresinha queria muito ir como missionária para a Indochina, mas a doença não lhe permitiu. Nos últimos dezoito meses de sua doença, passou por momentos difíceis, vindo a falecer em 1897, aos vinte e quatro anos de idade. A santa dissera que uma chuva de rosas (bênçãos) cairia sobre a Terra após a sua morte. E não demorou para os milagres começarem a aparecer. A cura de um seminarista, em Lisieux em 1906, de uma religiosa, nos Baixos Pireneus em 1919, são apenas dois dos vários milagres considerados indiscutíveis pela Igreja. Fato importante da vida de Santa Teresinha, com certeza, foi a sua inclinação aos escritos.

Na autobiografia “História de uma alma” é possível perceber a serenidade de sua alma em várias festas de Maria, Mãe da Igreja: último domingo de maio. Já doente, com tuberculose, não rejeitava qualquer sacrifício: continuava “a jogar para Jesus flores de pequenos sacrifícios”. Ainda escrevia conforme o convite do evangelho de se fazer pequeno como criança: “Eu havia me oferecido a Jesus Menino como um brinquedo, e lhe havia dito que se servisse de mim não como uma coisa de luxo, que as crianças se contentam em guardar, mas como uma pequena bola sem valor, que ele pudesse jogar na terra, empurrar com os pés, deixar em um canto ou também apertar contra o coração, quando isso lhe agradasse. Numa palavra, queria divertir o Menino Jesus e abandonar-me aos seus caprichos infantis”. Santa Teresinha se tornou um símbolo popular nos tempos modernos, porque defendia que a santidade pode ser alcançada por qualquer pessoa, mesmo que “seja obscura, humilde, sem talento e comum, por meio de pequenos atos e pelo desempenho das obrigações diárias num aperfeiçoado espírito de amor a Deus”. A fama de sua santidade e de seus milagres acelerou-lhe a canonização. Após ser beatificada em 1923, recebeu a canonização em 1925, sendo considerada a “Padroeira das Missões” pela sua armadura espiritual.

2.2.2.11 Comunidade Santo Isidoro

Foto 24 - Comunidade de Santo Isidoro, em 2008.



Data de Fundação: 1996

Localização: Estrada Indápolis/Lagoa Bonita - Km 27 -
Dourados - MS

Festa de Santo Isidoro: 9 de maio

Foto: Arquivo pessoal/2008.

Histórico da comunidade

A comunidade começou a ser organizada em outubro de 1996, quando o casal Elida Cardoso Calheiros e Mario Zan Calheiros foram até Indápolis pedir autorização de batismo para seu filho ao padre Slawomiro Bronakowski. Nessa ocasião, o padre mostrou-se interessado em celebrar missas na região, pois até aquele momento ainda não havia iniciado essa atividade ali.

Logo começaram as celebrações, em todos os terceiros sábados de cada mês, nas casas das famílias. O padre Slawomiro Bronakowski ficou por quase dois anos nessa comunidade, mas com a sua transferência, foi substituído pelo padre Eduardo Ambrósio, que continuou a missão. Sempre bondoso nunca mencionou o assunto de formar uma comunidade de práxis, mas continuou assim por sete anos a celebrar as missas.

Com a saída do padre Eduardo Ambrósio, Indápolis recebeu um novo pároco, padre Osvaldo dos Santos, que veio transformar a paróquia. Continuou a celebrar as missas, mas lembrava a necessidade de tornar aquela comunidade mais participante e unida como as demais. Após algumas tentativas, em 14 de outubro de 2006, passou a existir a “Comunidade Santo Isidoro”, composta por mais ou menos doze famílias.

A comunidade recebeu esse nome de Santo Isidoro por ser o padroeiro dos agricultores. Foi a própria comunidade que escolheu o nome, fazendo jus aos trabalhos que realizam no cotidiano.

A comunidade vive um salto de qualidade na fé. Mesmo sendo pequena, participa de todas as atividades da paróquia.

Imagem 12 - Santo Isidoro Lavrador.



Santo Isidoro

Isidoro nasceu em Madri, na Espanha, em 1070, filho de pais camponeses, simples e seguidores de Cristo. O menino cresceu sereno, bondoso e muito caridoso, trabalhando com os familiares numa propriedade arrendada. Levantava muito cedo para assistir à Missa antes de seguir para o campo. Quando seus atos de fé começaram a se destacar, já era casado com Maria Toribia e pai de um filho.

Sua notoriedade começou quando foi acusado de ficar rezando pela manhã, na igreja, em vez de trabalhar. De fato, tinha o hábito de parar o trabalho uma vez ao dia para rezar de joelhos o terço. Mas isso não atrapalhava a produção, porque depois trabalhava com vontade e vigor, recuperando o tempo dispensado às preces. Sua bondade era tanta que o patrão nada lhe fez.

Não era só na oração que Isidoro se destacava. Era tão solidário que dividia com os mais pobres tudo o que ganhava com seu trabalho, ficando apenas com o mínimo necessário para alimentar os seus. Quando seu filho morreu, ainda criança, Isidoro e Maria não se revoltaram, ao contrário, passaram a se dedicar ainda mais aos necessitados.

Isidoro Lavrador morreu pobre e desconhecido, no dia 15 de maio de 1130, em Madri, onde foi enterrado. A partir de então, começou a devoção popular a ele. Muitos milagres, atribuídos à sua intercessão, são narrados pela tradição do povo espanhol. Quarenta anos depois, seu corpo foi transladado para uma igreja.

Esse homem do campo foi humilde e incansável e, somente depois de sua morte, e com a devoção de todo o povo de sua cidade, as autoridades religiosas começaram a reconhecer o seu valor inestimável: a devoção a Deus e o cumprimento de Seus mandamentos, numa vida reta e justa, no seguimento de Jesus.

Foi o rei da Espanha, Filipe II, quem formalizou o pedido de canonização do santo lavrador, ao qual ele próprio atribuía a intercessão para a cura de uma grave enfermidade. Em

1622, o Papa Gregório XV canonizou Santo Isidoro Lavrador, no mesmo dia que os Santos: Inácio de Loyola, Francisco Xavier, Teresa d'Ávila e Filipe Néri.

Hoje, ele é comemorado como protetor dos trabalhadores do campo, dos desempregados e dos índios. Enfim, de todos aqueles que acabam sendo marginalizados pela sociedade em nome do progresso. Santo Isidoro Lavrador é o padroeiro de Madri.

2.2.2.12 Comunidade Santa Isabel³³

Foto 25 - Capela de Santa Izabel, em 2008.



Data de Fundação: na década de 1950

Localização: Rodovia MS 274 - Linha do Laranja Lima.

Festa de Santa Izabel: 20 de abril

Foto: Arquivo pessoal/2008.

Histórico da comunidade

A comunidade de Santa Isabel foi fundada na década de 50 e se localiza na rodovia MS 274, mais conhecida como Linha do Laranja Lima.

As primeiras celebrações realizadas aconteciam em uma escola, nas terras do senhor João Bel. Os padres da Vila São Pedro as celebravam. O padre José Daniel sempre se locomovia em um jipe, que era o carro mais usado da época. Na ausência dele, quem celebrava era o frei Francisco Ricardo Brugger que não sabia dirigir, por isso, percorria as distâncias montado em um cavalo.

A primeira igreja foi construída nas terras do senhor Joaquim Poisé. Com o passar do tempo, este se tornou evangélico, não permitindo que a igreja de Santa Isabel ficasse em

³³ O nome correto da santa é Isabel (com s), mas a comunidade por desconhecimento escreveu Izabel (com z). Existem duas santas de nome Isabel, mas ambas, tanto a Isabel da Hungria como para a Isabel de Portugal, se escrevem com a letra s.

suas terras. Diante da proibição, a igreja foi transferida para a terra do senhor Júlio Franco, próximo à sexta linha³⁴.

Na época, o coordenador da comunidade era o senhor Olavo Domingos. Em mutirão, arrancaram-se as madeiras da igreja e levadas em uma carroça, pelo senhor João Mario, construíram a segunda igreja da comunidade.

As festas da época eram realizadas durante oito dias, acompanhadas das orações. Dava muito trabalho para organizá-las, por isso, resolveram mudar para três dias.

Durante alguns anos, quem coordenou a comunidade foi o senhor André Pereira, que, juntamente com sua família, prestava excelente trabalho em benefício da comunidade, pois cuidavam da igreja com muito zelo e carinho.

Vários foram os coordenadores até o ano de 1995, quando o senhor Barnabé Pereira dos Santos assumiu. Na época, o pároco era o padre Slawomiro Bronakowski, que passou a celebrar, a cada quinze dias, uma missa na igreja e outra, na escola José do Patrocínio, próximo à sétima linha. À missa celebrada na igreja não comparecia quase ninguém participando e, quando celebrada na escola a participação das pessoas era maior, pois a escola ficava mais próxima das famílias. O pároco pediu para o senhor Barnabé construir a igreja mais próxima das famílias. Era preciso, então, mudar a igreja para próximo da sétima linha.

Barnabé procurou um terreno para comprar, mas não encontrou, e se comprasse, o dinheiro em caixa não daria para construir. Diante da situação, resolveu doar um terreno onde, com muito empenho, trabalho, dedicação e ajuda da comunidade e amigos conseguiram construir a igreja que foi inaugurada no dia 30 de novembro de 1997.

Na comunidade moram em torno de 58 famílias, mas nem todas participam das atividades da igreja.

Cada coordenador da Capela Santa Izabel contribuiu de forma importante para o desenvolvimento da comunidade. Atualmente, Rildo Hermes dos Santos, filho do senhor Barnabé, coordena as atividades e o padre Osvaldo dos Santos é o pároco.

³⁴ Cfr. nota de rodapé 34.

Imagem 13 - Santa Isabel.

Santa Isabel

Santa Isabel nasceu em 1271, na cidade de Saragoça, na Espanha, onde reinava o seu avô paterno, Dom Jaime I. A princesa recebeu esse nome por desejo de sua mãe, Dona Constança, em recordação de sua tia, Santa Isabel da Hungria, cujas virtudes deviam servir-lhe de modelo. Com a morte de Dom Jaime, assumiu o trono o pai de Isabel, Dom Pedro de Aragão. Muitos príncipes apresentavam-se a Dom Pedro, como pretendentes à mão dessa admirável menina. Porém, em 11 de fevereiro de 1282, ela foi dada em casamento a Dom Diniz, Rei de Portugal.

Isabel deu ao Rei dois filhos: Constança, futura Rainha da Castela e Afonso, herdeiro do trono de Portugal. As numerosas aventuras extraconjugais de seu marido humilhavam-na profundamente, mas Isabel mostrava-se magnânima no perdão, criando, com igual afeto, os filhos ilegítimos de Diniz.

Sua vida foi marcada por quatro virtudes fundamentais: a piedade, a caridade, a humildade e a inquietude pela paz. Tornou-se uma mulher de grande piedade, conservando em sua vida a prática da oração e a meditação da Palavra de Deus. Buscou sempre a reconciliação e a paz entre as pessoas, as famílias e até entre as nações. Viveu uma profunda caridade sendo sempre sensível às necessidades dos pobres e excluídos.

Após a morte de seu esposo, vestiu o hábito de franciscana para ficar livre e entregar-se inteiramente às obras assistenciais que havia fundado. Isabel faleceu aos 4 de julho de 1336, abatida por uma doença que se agravou durante uma viagem realizada na busca de reconciliar seu filho Dom Afonso IV de Portugal, e seu neto Dom Afonso XI da Castela, que haviam declarado guerra entre eles. Até hoje, a Rainha Santa é venerada com muito carinho e admirada em suas virtudes.

Nos dias de hoje, na Igreja de Santa Clara, na cidade de Coimbra, em Portugal, pode ser visitado o rico sarcófago de prata e vidro, com o corpo incorruptível da Rainha Santa. É dessa forma que o povo chama, carinhosamente, a nossa Padroeira Santa Isabel, que foi Rainha de Portugal.

2.2.2.13 Comunidade Madre Paulina

Foto 26 - Capela Madre Paulina.



Data de Fundação: 1960

Localização: BR 376 - Km 10

Festa de Madre Paulina: 9 de julho

Foto: Arquivo pessoal/2008.

Histórico da comunidade

A comunidade de Madre Paulina existe graças à boa vontade e religiosidade de uma família de origem nordestina que se fixou na região de rio Brilhante na década de 1950, na linha do Barreirão. Tinha como patriarca, o senhor Cândido Francisco Matias de Arruda, casado com a senhora Cecília Matias de Arruda.

A família realizava, anualmente, a santa missa em sua residência, no dia de Santos Reis. Depois de alguns anos, a comunidade participou das Celebrações Eucarísticas realizadas uma vez por mês. A residência já não atendia a todos os que participavam, então, a necessidade de transferi-la para um local maior, e, assim, foi transferida as instalações da escola Antonio João Ribeiro na mesma década.

Atualmente, a comunidade de Madre Paulina congrega em torno de quarenta famílias, que continuam reunindo-se na mesma escola. Já não tem mais atividades escolares no prédio, que passou a ser de uso exclusivo da comunidade.

Por iniciativa e bom senso da própria comunidade, adotou-se esse nome, por ser essa a primeira santa brasileira canonizada.

Imagem 14 - Madre Paulina.

Nasceu aos 16 de dezembro de 1865, em Vígolo Vattaro, Trento, norte da Itália e recebeu o nome de Amábile Lúcia Visintainer. Imigrou para o Brasil, com 9 anos de idade, estabelecendo-se na localidade de Vígolo - Nova Trento - Santa Catarina - Brasil.

Desde pequena, ajudava na Paróquia de Nova Trento, especificamente na Capela de Vígolo, como paroquiana engajada na vida pastoral e social. Em 12 de julho de 1890, com sua amiga Virginia Rosa Nicolodi, deu início à Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, cuidando de Lúcia Angela Viviani, portadora de câncer, em fase terminal, num casebre doado por Beniamino Gallotti. Após a morte da enferma, em 1891, juntou-se a elas a terceira companheira Teresa Anna Maule.

Em 1894, o trio fundacional transferiu-se para a cidade de Nova Trento. Receberam em doação o terreno e a casa de madeira dos generosos benfeitores: João Valle e Francisco Sgrott. Em 1903, Santa Paulina foi eleita, pelas Irmãs, Superiora Geral por toda a vida. Nesse mesmo ano, deixou Nova Trento para cuidar dos ex-escravos idosos e crianças órfãs, no Ipiranga, em São Paulo - SP. Recebeu apoio do padre Luiz Maria Rossi e ajuda de benfeitores, em especial, do conde Dr. José Vicente de Azevedo.

Em 1909, a Congregação cresceu nos Estados de Santa Catarina e São Paulo. As irmãs assumiram a missão evangelizadora na educação, na catequese, no cuidado às pessoas idosas, doentes e crianças órfãs. Nesse mesmo ano, Santa Paulina foi deposta do cargo de Superiora Geral pela autoridade eclesiástica e enviada para Bragança Paulista a fim de cuidar de asilados onde testemunhou humildade heroica e amor ao Reino de Deus.

Em 1918, Santa Paulina foi chamada a viver na Casa Geral onde testemunha uma vida de santidade e ajuda na elaboração da História da Congregação e no resgate do Carisma fundante. Acompanhou e abençoou as irmãs que partiram em missão para outras regiões. Alegrou-se com as que são enviadas aos povos indígenas em Mato Grosso, em 1934. Rejubilou-se com o Decreto de Louvor dado pelo Papa Pio XI em 1933 à Congregação.

Santa Paulina morreu aos 77 anos, na Casa Geral em São Paulo, no dia 9 de julho de 1942, com fama de santidade, pois viveu em grau heroico as virtudes da fé, esperança e caridade e demais virtudes.

O processo de canonização, iniciado em 03 de setembro de 1965, celebrou um momento forte com a beatificação de Santa Paulina, proclamada pelo Papa João Paulo II, no dia 18 de outubro de 1991, em Florianópolis-SC, Brasil. A culminância desse processo deu-se com a canonização, no dia 19 de maio de 2002, em Roma.

A pesquisa privilegiou a paróquia Nossa Senhora Auxiliadora e suas comunidades de forma bem concatenada, identificado as capelas e as relações da Igreja Católica local com seus fiéis. As ações pastorais tiveram importante papel na construção da solidariedade e do sentimento de pertença da paróquia em questão.

3 AÇÕES RELIGIOSAS E SOCIAIS DA PARÓQUIA

A partir do Vaticano II (1962-1965), viu-se a mudança de mentalidade da Igreja Católica. Percebeu-se que, com essa passagem, não se circunscreve mais a um único domínio - o das convicções íntimas e privadas como sendo detentora de toda a verdade - nem se expressa no campo da práxis social e política de forma estritamente remissível às expressões institucionalizadas tradicionais (igrejas). Houve uma inquestionável abertura para com a realidade da sociedade, sendo assim, mais próxima do cotidiano das pessoas. Convictamente, a preocupação deve ser para captar outras modalidades de ação em prol da cidadania, levando as sociedades a uma maior vivência do evangelho a partir da necessidade do processo de alteridade.

Identifica-se que a comunidade da paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, se apresenta-se como um campo multifacético, em que há a necessidade premente de uma maior abertura, integração, solidariedade e companheirismo para que haja melhor qualidade de vida. Trata-se, então, de inquirir, sobre o lugar da vivência cotidiana, as ações sociais e religiosas nos espaços de participação cidadã das famílias, das pessoas beneficiadas ou da comunidade, interagindo com outras fontes de motivação e orientação para a ação coletiva, tendo como foco o desenvolvimento local.

Intui-se que as conexões se forjam no cotidiano e somente assumem visibilidade nos momentos de mobilização em vista de algum desafio ou problema, recorrendo às estratégias altruísticas das ações sociais e religiosas, que despontam como alternativas, um meio para vencer a inércia e a apatia dos cidadãos fazendo com que se saia do marasmo do egoísmo para a conscientização e participação coletiva.

O espaço que as ações sociais e religiosas ocupam representa o reconhecimento do potencial mobilizador, como importante recurso para a implementação do desenvolvimento local (DL), mais instrumentalmente, para a viabilização de certos projetos

que visam ao salto de qualidade da comunidade como num todo. É uma contribuição singular para que haja o desabrochamento das potencialidades.

3.1 APOSTOLADO DA ORAÇÃO

Em Indápolis, pode-se dizer que o Apostolado da Oração iniciou em 15 de julho de 1995 por orientação do padre Slawomiro Bronakowski que convidou as pessoas para uma reunião na igreja, e falou pela primeira vez em Apostolado da Oração. Foi uma novidade. Uns se interessaram mais e outros, por perceberem o compromisso que deveriam assumir, acharam difícil se dedicar à atividade. Dona Maria Araújo, uma senhora de 81 anos na época, tomou a iniciativa, saiu de casa em casa com lápis e papel na mão, convidando e marcando o nome das pessoas que se dispunham a ingressarem no Apostolado do Sagrado Coração de Jesus. A lista continha quarenta e cinco nomes entre homens e mulheres.

Marcada a primeira reunião, as tarefas foram distribuídas e todos tinham muitos trabalhos a realizar para Jesus. Mas ainda não se tinha claro por onde caminhar, assim, o padre Slawomiro Bronakowski relatou a experiência com outros grupos. Aos poucos, esclareceu o sentido de formar um grupo de Apostolado da Oração, quais suas finalidades, colocando as obrigações aos participantes:

- ser missionários, levando a palavra de Deus para as famílias;
- visitar os doentes;
- zelar e orar pela Igreja;
- participar das Missas; e
- adorar e ser fiel ao Sagrado Coração de Jesus e Maria.

Sugeriu ainda que a revista “O Mensageiro” seria muito importante para o grupo aprofundar o sentido da espiritualidade e caminhada e, assim aquela comunidade assumiu a assinatura da referida revista.

Nos primeiros encontros foi formada a primeira diretoria, sendo assim composta:

- Presidente: Luiza de Moura Costa do Nascimento;
- Vice-presidente: Armelinda Garcia;
- Primeira secretária: Márcia Aparecida dos Santos;
- Segunda secretária: Mônica Marafam de Oliveira;

- Primeira tesoureira: Natalina Zanata;
- Segunda tesoureira: Olívia Vaz Xavier;
- Zeladora: Maria de Lourdes Soares.

A reunião mensal foi marcada para toda primeira sexta-feira. Padre Slawomiro convidou dois associados de Dourados para participar, repassando algumas orientações.

O próximo passo foi providenciar as fitas que caracterizam o Apostolado da Oração. Como faltava o dinheiro para comprá-las prontas, o jeito foi adquirir, separadamente, as medalhas e bentinhos, pois assim o custo seria menor. Organizaram uma rifa de um ferro de passar roupas, doado pela comunidade, para adquirir a bandeira.

A imagem do Sagrado Coração de Jesus também foi adquirida por meio de doações.

Além do encontro mensal, todas às terças-feiras, havia orações nas casas seguidas do terço. O grupo visitava os doentes, ajudando os mais necessitados com alimentos, remédios entre outros donativos, limpando, às vezes, algumas casas.

A partir do ano de 1998 a 2005, quem acompanhou o grupo foi o pároco Eduardo Ambrósio que incentivou a reza do terço nas casas aos domingos, antes da celebração da Eucaristia. O Mestre Salesiano Inácio Enaureu Martins da Silva ajudava o padre Eduardo no acompanhamento das pastorais, por isso teve uma presença significativa na vida do grupo, pois nunca faltava às reuniões de formação.

Com a transferência do padre Eduardo, quem assumiu o grupo foi o padre Augusto Isao Kian, que estava sempre presente, aconselhando e orientando o caminhar. Hoje, conta-se com a presença do padre Osvaldo dos Santos como pároco que é conselheiro e incentivador do grupo.

Depois de alguns anos de presença e animação da fé essa comunidade pode-se dizer que essa pastoral tem sua parcela de relação com o desenvolvimento local, pois ajudou esse corpo social a sair de seu *status quo* de comodismo.

3.2 PASTORAL DA CATEQUESE

Em 1956, iniciou-se oficialmente a catequese com a irmã Ângela Cavalcante e os missionários Redentoristas, que vinham até as irmãs e, em pouco tempo, preparavam e realizavam a 1ª Eucaristia, Crisma e Casamento.

O pensamento tradicional da igreja, advindo com o concílio de Trento, pelo qual leigos não eram liberados e nem formados para a evangelização, estava muito acirrado na memória dos leigos. Somente a partir de 1964, com o porvir do Concílio Vaticano II, foi que paulatinamente, os leigos pudessem assumir, de fato, como colaboradores na evangelização. Assim, o povo passou a perceber a responsabilidade de se envolver mais na comunidade (igreja). Mas na realidade da Serraria, o povo não aceitava que os leigos assumissem, achando que a responsabilidade da evangelização era apenas dos padres e das irmãs.

Com a insistência das irmãs e dos padres, foi construída, em 1978, a primeira sala de catequese na comunidade de Indápolis. Assim, também, as outras comunidades foram, aos poucos, sendo despertadas para a construírem locais de encontros catequéticos entre outras atividades.

Em 1980, com a chegada da irmã Elza Lopes Cardoso e da irmã Anaide Barreiros, iniciou-se a formação para catequistas durante dois anos e, nesse mesmo tempo, começaram a conhecer a bíblia e a estudar, nos finais de semana, com o padre Pedro Ferreira, o saudoso Cursilho de Leigos Cristãos (CLC). Com a conscientização, houve crescimento na formação, na participação dos leigos, investimentos para formação e construção de salas e material catequético.

Surgiram pessoas para a consagração sacerdotal e religiosa: pessoas bem-sucedidas na vida profissional que continuam assumindo a fé, despertada com a participação na catequese, lideranças que vivem os ensinamentos adquiridos pela religiosidade.

Por falta de condições financeiras e, o mais grave ainda por não ter totalmente o conhecimento da necessidade, há ainda algumas comunidades sem lugar adequado para a catequese. Isso devido à falta do compromisso das famílias para com os filhos na autenticidade do ser cristão, da ausência de participação na comunidade e, pode-se dizer, da própria catequista por não dar o testemunho de pertença e coesão.

Por outro lado, não se pode esquecer que no cotidiano vive-se um período de profunda crise, porque foram as transformações que afetaram a sociedade, cada vez mais robotizada e egocêntrica, que trouxe consigo uma nova visão de ser humano, de si mesmo. Pode-se dizer, por exemplo, que a multiplicação de bens satisfaz as necessidades mais imediatas do homem, dando a impressão de que a vida de sucesso perpassa nessa dimensão. Assim, a experiência, seja religiosa e com Deus, seja afetiva, e com os outros, fica legada ao segundo plano.

Com tudo isso, sabe-se que a catequese tem um papel fundamental na vida da pessoa, ajudando a educar na fé as diversas dimensões da vida cristã, à luz da palavra de Deus, visando construir comunidades catequizadoras comprometidas com a verdade e a justiça.

3.3 MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DA COMUNHÃO

No contexto do Ministério Extraordinário da Comunhão, deve-se ressaltar o seu surgimento no meio hierárquico da Igreja Católica.

Assim, identificam-se no Concílio Vaticano II, os debates sobre escassez de ministros ordenados e a necessidade de pessoas que pudessem auxiliar os ministros ordenados na distribuição da comunhão em diversas circunstâncias. Com isso, as tarefas que, para muitos padres, se tornavam demasiado extenuantes, devido ao tempo e aos esforços despendidos, ficaram mais distribuídas. A introdução de ministros leigos que pudessem auxiliar na ausência de outros ministros ordenados teve como finalidade trazer mais eficácia à distribuição da Eucaristia.

Essa novidade, contudo, não foi bem aceita por muitos católicos tradicionalistas, que estavam acostumados sempre a receber a comunhão do sacerdote e não por leigos.

Como proceder na escolha desses leigos? Os ministros extraordinários da comunhão devem ser escolhidos entre a comunidade cristã ser pessoas idôneas e com boa prática cristã. Na maior parte das dioceses, os candidatos, antes de assumirem as suas funções, recebem formação litúrgica e doutrinal que lhes permite exercer a função com a máxima dignidade e decoro.

No fim da formação, são admitidos pelo bispo às funções para as quais foram escolhidos, o que, em alguns casos, é feito numa celebração litúrgica. Normalmente, a função é atribuída por um determinado prazo³⁵ que, geralmente, pode ser renovado.

Quais as atribuições que cabem aos ministros?

- Auxiliar os sacerdotes na distribuição da Eucaristia na Missa e em outras celebrações litúrgicas.
- Distribuir a Eucaristia no culto Dominical e nos Cultos nos dias Santos de Guarda.
- Levar e distribuir a Eucaristia aos doentes e idosos.
- Celebrar as exéquias na ausência do sacerdote.
- Expor o Santíssimo Sacramento para a adoração dos fiéis.
- Animar as comunidades para viver a fé.

O serviço altruísta importante dos ministros é que são formadores e animadores de comunidades. As pequenas comunidades podem e devem ser formadas, a partir de reuniões com vizinhos, parentes, amigos. Animadas e estimuladas pelos ministros da Eucaristia e juntos, colaboram essencialmente na construção do Reino de Deus.

O histórico dos Ministros da Comunhão Eucarística da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora registra que, sendo a Paróquia de São Pedro muito extensa e poucos padres para ajudar o pároco, surgiu, então, a necessidade de formar alguns leigos para o ministério da comunhão eucarística auxiliando assim o padre Palmério Taliani em seus trabalhos pastorais. Por iniciativa do pároco, alguns leigos foram engajados na Igreja para participarem do curso de preparação para esse ministério, são eles: Bento Pedro da Silva e João Ramos ambos da comunidade de Vilas Vargas, Basílio Rodrigues de Menezes e Joaquim Ferreira Lima da comunidade Vila São Pedro e Valderéz Ribeiro da comunidade São José.

O curso foi realizado no período de 11 a 13 de março de 1993, quando receberam a formação e o envio³⁶ do então bispo da Diocese, Dom Alberto Forst.

³⁵ Na Diocese de Dourados o prazo é de cinco anos. Pode-se depois assumir outro ministério como de leitor e visitas nas casas.

³⁶ O termo envio é específico para a pessoa que recebe uma determinada missão e se dispõe a cumpri-la. No aspecto religioso a Bíblia apresenta várias histórias de pessoas que foram enviadas para cumprir determinada missão.

Com o coração cheio de fé e entusiasmo, voltaram para suas comunidades onde foram recebidos com muita alegria. Atuaram nas celebrações Eucarísticas e, principalmente, nas visitas aos doentes, levando muita fé e esperança a essas pessoas, dando-se, assim, o marco inicial da atuação dos ministros na Paróquia. Em 1995, padre Palmério Taliani foi transferido, deixando seus paroquianos com muita saudade.

Com a chegada do novo pároco, padre Slawomiro Bronakowski, a Paróquia continuou a crescer e surgiram novas pastorais e novos ministros foram necessários para auxiliar o pároco em sua nova missão. Convocar, assim, novos leigos para a formação, capacitando os novos e atualizando os já então ministros, para que todos pudessem atuar segundo as diretrizes da Diocese e sempre obedientes ao pároco. As comunidades acolhem com carinho os ministros que, com muita fé, se esforçam para servir a Deus, nos trabalhos para os quais são chamados: no altar, em celebrações da Palavra, assistência a doentes e idosos, e outras atividades disponíveis.

Percebe-se que, no exercício do ministério, houve um crescimento na fé dos ministros atuantes e também na comunidade, que passaram a vivenciar no dia a dia a presença de Jesus Eucarístico, principalmente, nos momentos mais difíceis, procurando amar e buscar mais a Jesus na Santa Missa, na adoração e na procissão de Corpus Christi.

No ano de 1999, chegou o padre Eduardo Ambrósio, com 68 anos de idade e muita experiência de vida, zeloso apostólico. Sugeriu as comunidades que era preciso querer e buscar Jesus Eucarístico, ensinando que todos os fiéis devem sair do comodismo e ir ao encontro de Cristo e que o doente e seus familiares devem procurar o pároco para que assim os seus doentes sejam assistidos. Em seu tempo como pároco, devido à sua visão pastoral sobre o exercício do ministério não houve incentivo em introduzir novos ministros.

Aprende-se muito com a sua espiritualidade, aconselhamento e ensinamento, que poderão ficar gravados para sempre na memória daqueles que recebem a educação religiosa católica.

Em 2005, com a necessidade de a Diocese criar um Santuário de adoração e peregrinação, a Vila São Pedro, devido à localização às margens da BR 163, de fácil acesso e passagem dos transeuntes, foi escolhida como ponto referencial. Assim, deu-se o desmembramento da paróquia de São Pedro, criando-se a Paróquia de Nossa Senhora Auxiliadora, com matriz em Indápolis, onde sempre residiram os padres salesianos.

O primeiro pároco, padre Eduardo Ambrósio, foi empossado no dia 12 de janeiro de 2005, aí permaneceu por mais um ano. Em janeiro de 2006, chegou à Paróquia o padre Osvaldo dos Santos, jovem e muito dinâmico, logo percebeu que a nova Paróquia necessitava de reajustes estruturais, econômicos, financeiros e pastorais. Percorrendo toda a Paróquia, reanimando várias capelas nos sítios e fazendas, detectou a necessidade de novos ministros, mais ativos para atuarem nas comunidades e levando suporte espiritual às famílias, aos doentes e assumindo Celebrações da Palavra.

Com o padre Osvaldo, os ministros ganharam vida, pois voltaram a exercer o ministério com maestria e sensibilidade, pois colaboram essencialmente para que a presença de Jesus chegue a todos aos quais são enviados.

Vários ministros exerceram o ministério na Paróquia e deixaram suas marcas de fé e de amor nos corações de cada doente assistido e nas famílias confortadas pela dor da perda de um ente querido. Dois ministros já foram para a casa do pai, Dona Maria da comunidade de Vila Vargas e o senhor Barnabé Pereira dos Santos, da comunidade de Santa Isabel.

“Cada pároco é como um pai para nós, pois nos ensina a caminhar e a superar as dificuldades que surgem no cotidiano”, disse a ministra Cleide Caparroz.

Atualmente, são vinte e seis ministros que buscam conhecimento nos encontros de formação diocesana, foranial e paroquial. Reconhecem que são apenas instrumentos nas mãos d’aquele que tudo faz, são apenas a extensão dos braços de Deus, que acolhem e abraçam todos.

3.4 PASTORAL DA CRIANÇA

Sabe-se que a pastoral da criança é um organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A Igreja Católica, nessa pastoral, tem estruturas bem organizada, separada em níveis: comunitário, setores, territórios e comunidades. Tem como objetivo salvar vidas e contribuir para a criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento das crianças, acompanhando gestantes e crianças até seis anos de idade.

A pastoral na comunidade se iniciou no ano de 2001. Os primeiros passos foram dados com a ajuda do mestre Inácio e da irmã Terezinha Benicá, simultaneamente com os

ajudantes e colaboradores (líderes e coordenadores) que se dispuseram a iniciar os trabalhos. A comunidade aprovou a ideia e muitas famílias cadastraram seus filhos para que fossem acompanhados.

Os voluntários foram paulatinamente se aperfeiçoando, por meio de aprofundamento em cursos e experiências do cotidiano e, assim, tornaram-se líderes, recebendo motivações, apoios e incentivos dos padres e irmãs e continuaram exercendo as atividades, pois sabiam o tamanho da importância dessas ações para as famílias e toda a comunidade.

Com a transferência do mestre Inácio e da irmã Terezinha, a pastoral perdeu dois grandes ajudantes, enfraquecendo-se com isso. Além do mais, a falta de tempo dos integrantes e a desconfiança das pessoas para participar fizeram com que o grupo desanimasse. Pode-se perceber que dificuldades no processo existem, mas são vencidas por meio de novos participantes e colaboradores.

No cotidiano, os trabalhos são divididos em:

- visitas domiciliares uma vez por mês para cada família cadastrada;
- preparação para a celebração da vida;
- preparo do lanche;
- multimistura;
- pesagem das crianças;
- brincadeira com as crianças;
- roda de conversa com as mães.

Uma das grandes conquistas da pastoral averiguada ao longo desses anos foi fazer com que a comunidade participasse, independente da religião de cada família. Esse trabalho, sem sombra de dúvidas, torna as famílias mais fortalecidas para lidar com o desenvolvimento saudável da criança. Portanto, como perspectivas iminentes vislumbram integrar mais pessoas comprometidas ao grupo e acompanhar maior número de gestantes e crianças, restabelecendo a harmonia, a fé e a paz para as famílias.

3.5 A ASSOCIAÇÃO DOS DEVOTOS DE MARIA AUXILIADORA (ADMA)

A Associação dos Devotos de Maria Auxiliadora (ADMA) é um grupo formado por homens e mulheres da comunidade, que tem como objetivo rezar pelas vocações e propagar a devoção à Nossa Senhora Auxiliadora. Os primeiros passos do grupo na paróquia foram dados com o padre Lauro T. Shinorara. O grupo de Vila Vargas foi fundado, posteriormente, no dia 15 de agosto de 2007, por iniciativa do encarregado local da Família Salesiana na época, padre Augusto Issao Kian, com trinta aspirantes.

As primeiras reuniões, sempre dirigidas pelo diretor espiritual, tiveram como objetivo preparar os aspirantes para as promessas de pertença à Associação de Maria Auxiliadora, bem como aprofundar no conhecimento da vida de Dom Bosco e da espiritualidade salesiana.

O grupo se encontra metodicamente em toda primeira quinta-feira de cada mês e faz reflexão sobre temas relacionados à Nossa Senhora e organiza os trabalhos e participações na comunidade, pois é engajado nas ações sociais e pastorais. Tem consciência de que as principais dificuldades encontradas na caminhada são a falta de subsídios para as reuniões e a falta de um diretor espiritual.

A participação constante nos principais momentos de celebração e espiritualidade da comunidade é uma característica peculiar do grupo, expressando assim a devoção a Nossa Senhora Auxiliadora na dimensão do cotidiano. Muito contribui ainda com as visitas aos doentes, com as pessoas com dificuldades materiais (roupas e alimentos), faz orações pelas vocações e anima a Novena Perpétua de Nossa Senhora Auxiliadora toda semana. De modo particular, mas expressando todo o comprometimento de cada pessoa do grupo com a comunidade, contribui com a coleta de materiais recicláveis, cujo lucro é revertido para a Igreja.

Considera-se que a principal conquista é a divulgação e devoção a Nossa Senhora Auxiliadora, que é percebida na missa da Novena Perpétua, cujo número de participantes, principalmente de crianças, é bastante significativo.

3.6 INFÂNCIA MISSIONÁRIA

A infância missionária é constituída de crianças ou adolescentes que estão no mundo inteiro em missão de evangelizar outras crianças, adolescentes e comunidades. Tais crianças se encontram na fase antes da catequese de primeira comunhão ou, antes da catequese para a crisma, pois não possuem idade suficiente para estarem participando da catequese.

Esse trabalho, que acontece semanalmente, é desenvolvido com base no respeito, no compromisso e na união do grupo, vivenciando a realidade da comunidade que demonstra possui sentimentos de pertença no local em que vive.

Existem três grupos na paróquia, um na comunidade de Nossa Senhora Auxiliadora, outro na comunidade de Santa Isabel e outro na comunidade do Senhor Bom Jesus. Cada grupo organiza os trabalhos por visitas, subdividindo em pequenos grupos para exercer as responsabilidades. A cada encontro os grupos se revezam nos trabalhos.

- grupo 1: responsável pela música;
- grupo 2: responsável pela visita nas casas das crianças;
- grupo 3: responsáveis pela oração.

Os primeiros passos da caminhada ainda estão sendo dados de forma bastante lenta, porque há pouco interesse, devido a dificuldades que encontram, pois as crianças e adolescentes não têm incentivo dos pais e ainda existe a falta de disciplina. Nos encontros há uma necessidade de conscientizar os pais sobre a importância desse trabalho.

Pode-se apontar que a grande contribuição do grupo à comunidade é que estão resgatando e mostrando às crianças o valor da família. Assim, essas crianças aprendem evangelizar seus pais, a tornar seus corações mais generosos para ajudar as outras crianças com atitudes e orações.

Mesmo sem ter clara consciência da importância dos trabalhos desenvolvidos para o desenvolvimento local, o grupo tem como meta unir os outros grupos para que a comunidade se torne mais coesa e compromissada em trabalhar evangelizando.

3.7 LEGIÃO DE MARIA

A Legião de Maria é um movimento dentro da Igreja Católica e com sua aprovação. Sob o comando de Maria Imaculada, grupos de pessoas desempenham diversos trabalhos numa batalha contra o mal. É um trabalho silencioso, mas constante. Tem como fim a glória de Deus, por meio da santificação de seus membros, pela oração e por um trabalho de apostolado em favor do próximo.

Esse movimento nasceu em Dublin, na Irlanda, em 7 de setembro de 1921, fundado por Frank Duff e se estendeu por todo o mundo até os dias de hoje. No dia 25 de março de 1995, aconteceu a primeira reunião com o padre Slawomiro Bronakowski que falou sobre a Legião de Maria, pois soube que o grupo já se reunia todas as quintas-feiras para rezar o rosário na Igreja. Trouxe dois representantes da Legião de Maria - Dourados (*Comitium* Imaculada Conceição) que subsídios sobre os trabalhos desse apostolado.

A primeira reunião oficial do grupo em Dourados aconteceu no dia 5 de maio onde foi fundado o *Praesídium* Imaculada Conceição com a presença do padre Slawomiro Bronakowski, Diretor Espiritual. A diretoria ficou assim constituída:

- Presidente: Valdenice Guevara da Silva;
- Vice-Presidente: Terezinha Perpétua dos Reis;
- Secretária: Aparecida Guevara de Souza;
- Tesoureira: Terezinha Alves de Souza.

Os primeiros passos foram acompanhados pelo Diretor Espiritual padre Slawomiro e pelo *Comitium* de Dourados. Os trabalhos foram bem aceitos na comunidade, e em pouco tempo, formou-se um grupo com vinte e dois legionários, inclusive homens. Anos mais tarde, o grupo foi diminuindo devido às mudanças das famílias da comunidade, idade avançada, problemas de saúde e até falecimentos.

Na reunião semanal, a presidente divide os trabalhos entre os membros, que saem de dois em dois às visitas, levando a palavra de Deus, uma conversa amigável ou algo mais, tudo dependendo da necessidade. As visitas são feitas a católicos ou não, indo aonde precisa. É como um exército em ordem de batalha.

As dificuldades que se encontram são: a longa distância para realizar as visitas, falta de meio de locomoção e falta de Diretor Espiritual. Há ainda a dificuldade em encontrar pessoas para serem legionárias, pois temem o compromisso das reuniões e visitas.

Os legionários³⁷ podem e devem fazer muito para o crescimento de uma autêntica comunhão com a paróquia. São zelosos auxiliares, prontos a obedecer ao sacerdote e aproximar-se dos indivíduos e das famílias. Vão ao encontro daqueles que abandonaram ou diminuíram a prática cristã. Participam também de responsabilidades pastorais. Com o fiel cumprimento das tarefas, o legionário percebe o quanto contribui para o crescimento da espiritualidade na comunidade e na ajuda às pessoas.

Averigua-se que, nas práticas mencionadas, há reflexos de um caminhar rumo ao desenvolvimento local, pois se almeja atingir as famílias no todo para que sejam participantes.

Como conquista, observa-se que, da divulgação feita na paróquia sobre o grupo, surgiram dois novos: um na comunidade de Vila Vargas e outro na comunidade de Santa Isabel. Ainda na comunidade surgiu um *praesidia*³⁸ juvenil que caminhou por algum tempo, vindo parar devido à distância e ao compromisso com os estudos.

O sonho que se almeja é o de que as pessoas possam se unir ao grupo, participando de todas as atividades religiosas, sociais e zelando pela Igreja.

Sem dúvida, a Legião de Maria contribui para o desenvolvimento de uma localidade, levando a fé ao conhecimento de todos que vivem fora da Igreja. Fora da Igreja, os homens precisam de alguém lhes esclareça a vivência do cristianismo e lhes aponte o caminho para alcançar tal objetivo. Os legionários devem enfrentar os trabalhos mais difíceis na comunidade. Em cada um daqueles que o legionário trabalha, vê e serve a Jesus Cristo.

Atualmente fazem parte da diretoria:

- Presidente: Guiomar Perpétua Mendes;
- Vice-Presidente: Valdenice Guevara da Silva;
- 1ª Secretária: Maria Aparecida Lima Gomes;
- 1ª Tesoureira: Maria Conceição Barros Silveira;
- 2ª Tesoureira: Helena Otoni;
- 2ª Secretária: Terezinha Otoni.

³⁷ O termo legionário na íntegra, quer dizer um soldado pertencente a uma legião. Assim, como um exército num campo de batalha, os legionários vivem uma batalha constante para o bem.

³⁸ *Praesidia* - O termo que significa, em latim, “presídios”, consiste em subgrupos de legionários, formados para facilitar os trabalhos na paróquia.

3.8 COROINHAS

São crianças, adolescentes e jovens que vivem a fé e têm personalidade de quem ama a Jesus. Assim, ajudam no serviço do altar e na vida da comunidade. Portanto, é um ministério que eles exercem com responsabilidade, servindo a Deus de modo singelo e generoso na comunidade onde estão inseridos.

Não há data precisa de quando começou a existência na paróquia, mas pelo menos há mais de 20 anos, porque certamente, foi com a contribuição dos noviços nos oratórios que foram despertados para tal ministério. Por ser paróquia salesiana, a presença dos coroinhas é uma característica marcante, pois revela a essencialidade do sistema educativo.

Os assessores geralmente são Ministros Extraordinários de Comunhão (MEC) ou até mesmo ex-coroinhas. A faixa etária dos membros é a de crianças e jovens que estão na catequese, é de dez a 16 anos.

Cada ministro extraordinário de comunhão se encarrega da divisão do trabalho na preparação e na participação da celebração. O que não é inerente ao ministro é de competência do coroinha e na falta do ministro os coroinhas preparam a credência³⁹ com os vasos sagrados e alfaias. Cabe também a eles purificar as mãos do presidente da celebração e outras funções que o sacerdote achar que eles podem exercer. O lema sempre é “obedecer ao sacerdote”.

Uma das principais dificuldades observadas é a própria aceitação por parte das crianças, o medo de fazer errado, de ficar perto do padre, de serem vistas pela comunidade, a timidez, o preconceito das outras crianças/jovens e também quanto às vestimentas.

Mas conversando muito, mostrando a necessidade e a importância dessa função na igreja, que conquista gradativamente outras crianças para fazer parte da referida função.. No exercício do ministério, descobrem sua vocação com maior facilidade, comprometidos com o Reino de Deus.

O ministério dos coroinhas é trabalho essencial na preparação de ajudantes dos padres e também de servir a comunidade da paróquia onde estão inseridos.

³⁹ É a mesa onde ficam os objetos litúrgicos a serem utilizados na celebração.

A perspectiva de futuro é ver essas crianças engajadas na vida comunitária, ajudando ou mesmo assumindo pastorais como: da música, da liturgia, descobrindo suas vocações com satisfação e júbilo por estar sendo bem encaminhados no exercício da fé, que leva a cada vez mais a um comprometimento responsável.

3.9 PASTORAL DO DÍZIMO

A pastoral do dízimo visa conscientizar as pessoas a contribuírem com dízimo para satisfazer as necessidades da comunidade, tanto no âmbito material, como espiritual (evangelizar), mostrando a todos que contribuir com o dízimo é devolver a Deus, pela comunidade, uma pequena parcela do muito que Ele dá a cada um. E deve-se fazer com ato de fé.

A pastoral do dízimo na paróquia foi implantada pelo padre Palmério Talliani (1987 - 1994), por não ser favorável às festas e bailes no objetivo de arrecadar dinheiro para as despesas e investimentos pastorais. Sendo assim, organizou nas comunidades com os coordenadores para que as famílias contribuíssem mensalmente.

Quando da presença do padre Slawomiro Bronakowski na paróquia, foi realizado um trabalho de conscientização desenvolvido pelo senhor Azílio Buzanello, que fez vários esclarecimentos sobre o dízimo e, logo após, foram distribuídos para a comunidade livros com o título - Dízimo Expressão de Vida Comunitária. Anos depois, o padre Eduardo implantou o sistema dos envelopes que são entregues mensalmente para cada dizimista e, para uma melhor motivação um dirigente do Pró-Dízimo realizou um trabalho de conscientização aos paroquianos.

Para facilitar às famílias e às pessoas responsáveis, os trabalhos são divididos em setores, cada um assumindo respectivamente o seu setor, ficando o compromisso mensal de entregar às famílias os envelopes onde é depositada a contribuição. As famílias os devolvem sempre no terceiro domingo do mês.

Uma das primeiras dificuldades com que a pastoral se depara é a da conscientização e fidelidade dos dizimistas, pois muitos começam a contribuir e desistem, devido a pouca compreensão e vivência da fé. Pode-se dizer que essas dificuldades estão sendo aos poucos sanadas, em parte pelo trabalho de conscientização dos agentes que

mensalmente percorrem as casas, distribuindo os envelopes e dialogando com as famílias para esclarecer mais sobre a necessidade da contribuição do dízimo. São de suma importância o testemunho e a fidelidade de muitos dizimistas, fazendo com que outros também se conscientizem.

Mesmo tendo a consciência do que se faz, se faz por despojamento. A comunidade sempre espera que dê frutos os trabalhos. Com isso, averigua-se que, com o decorrer do tempo, foram aparecendo novos dizimistas, e está havendo uma boa participação na missa do dízimo, celebrada no terceiro domingo do mês.

A pastoral do dízimo faz um trabalho essencial na comunidade, pois está sempre em contato com as famílias, o que leva a perceber e captar as necessidades e desejos delas e ainda participar de problemas que lhes são confiados.

Há muitas pessoas que estão carentes e necessitam de alguém para conversar sobre os problemas pessoais. Quando os agentes da pastoral do dízimo percebem essa necessidade e na medida do possível dão uma palavra de conforto, entusiasmo e carinho conseguindo uma aproximação muito mais eficaz com as famílias. No gesto de acolher o outro, dizer uma palavra de conforto, entusiasmo e carinho extrapolam o simples distribuir os envelopes para poder fazer com que o outro seja muito mais valorizado e possa responder com otimismo, com maior participação na comunidade.

Parafraseando Ávila et al. (2001, p. 23): “o alvo central é o ser humano como artesão de seu êxito e de seu fracasso, pois se requer que, cada um, ao se tornar responsável pelo seu próprio progresso, de toda ordem e direção, influencie seu entorno como fonte irradiadora de mudanças”.

3.10 PASTORAL DO IDOSO

A Pastoral da Pessoa Idosa tem por objetivo assegurar a dignidade e a valorização integral das pessoas idosas, através por meio da promoção humana e espiritual, respeitando seus direitos, num processo educativo de formação continuada, de suas famílias e de suas comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou

político, para que as famílias e as comunidades possam conviver respeitosamente com as pessoas idosas, protagonistas de sua autorrealização.

Fundada em 5 de novembro de 2004, tem seu registro como associação civil de direito privado, de natureza filantrópica, sem fins econômicos, com atuação em âmbito federal, estadual e municipal, por prazo indeterminado, possuindo ainda um regimento interno.

São considerados agentes voluntários todos aqueles que, livremente, se colocam à disposição para o trabalho da Pastoral da Pessoa Idosa, sem remuneração ou vínculo empregatício e (ou) jurídico de qualquer espécie, dedicando-se à concretização dos objetivos da entidade.

A pastoral do idoso iniciou-se no dia 5 de agosto de 2007, na paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, com as seguintes pessoas:

- Leila dos Reis Silva - Coordenadora Paroquial;
- Luzia Pereira de Carvalho - Coordenadora da Comunidade Nossa Senhora Auxiliadora;
- Maria de Lourdes Soares, Dirce Garcia Vieira e Natalina Zanata - Líderes Comunitárias.

Cada líder atende sob sua responsabilidade, vinte idosos cadastrados fazendo as visitas mensalmente. Nas visitas, uma das maiores dificuldades é a não aceitação por parte da família dos idosos, por não confiar inicialmente nos visitantes.

Como conquista, apontam ser a maior participação dos idosos na comunidade, muitos que saíram da depressão, revigoraram a fé e se tornaram mais alegres. Em vez de serem um peso para a família e para a sociedade se tornam úteis. Somente pessoas que se preocupam com o bem dos idosos são capazes de vislumbrar a grande contribuição dessa pastoral para a comunidade, pois estão de modo singelo fazendo com que os idosos possam descobrir seus valores como pessoas e envelhecerem com alegria.

Sabe-se que a solidariedade é um dos aspectos que movem uma comunidade inserida na vertente de desenvolvimento local, melhorando assim, a qualidade de vida dos idosos.

3.11 PASTORAL DA ESPERANÇA

A Pastoral da Esperança é formada por um grupo de leigos com a missão de levar conforto, amizade, esperança, às famílias enlutadas, projetando a luz do Evangelho sobre os problemas humanos.

Os trabalhos são realizados durante as exéquias, sendo três vigílias (cantos, orações, leituras do Evangelho, meditação), acompanhamento ao cemitério, bênção do túmulo. Depois são realizados sete encontros, chamados encontros da luz, na casa dos familiares do(a) falecido(a). As orações, cânticos e abraços da paz são distribuídos entre os presentes.

Essa pastoral teve início em 2004, quando um pequeno grupo de aproximadamente dez pessoas fazia encontros esporádicos, geralmente em casas dos familiares ou amigos do grupo.

As maiores dificuldades encontradas são o desconhecimento da comunidade, da importância de tal pastoral e horário disponível dos membros do grupo para realizar os encontros, visto que muitas vezes há mais de uma família necessitando do apoio dessa pastoral, ao mesmo tempo. A alternativa encontrada tem sido a flexibilidade de horário e dias dos encontros, não havendo necessidade de serem consecutivos.

A Pastoral da Esperança tem ajudado as famílias a superarem a dor, a tristeza e muitas vezes o desespero e a revolta. As famílias enlutadas recebem apoio e companhia nos primeiros dias da perda do ente querido, sentindo-se fortalecidas e agradecidas a Deus pelos momentos de oração em suas casas.

A expectativa da pastoral é a de que outras pessoas também sintam o desejo de fazerem parte dessa pastoral, que na dor sabe levar amor a quem precisa, pois a missão da Pastoral da Esperança é evangelizar, mostrando que não se está apenas rezando pelos mortos, mas pelos vivos, na certeza da ressurreição e pela vida que continua o seu curso cotidiano.

3.12 PASTORAL DO BATISMO

Segundo o Código de Direito canônico (Cân. 849), “O Batismo, porta dos sacramentos, em realidade, ao menos em desejo, necessário para a salvação, e pelo qual os homens se libertam dos pecados, são de novo gerados como filhos de Deus e se incorporam à

Igreja, configurados com Cristo por caráter indelével, só se administra validamente pela ablução com água verdadeira, juntamente com a devida forma verbal”.

O batismo é o fundamento de todos os sacramentos, e é um direito de todo ser humano. Supõe a fé, pois a salvação vem da fé anunciada pela palavra selada pelo batismo. Está claro que a criança não pode ter expressão pessoal de fé. Essa fé deve existir nas pessoas dos pais e/ ou responsáveis.

É o Sacramento da santificação por excelência e da incorporação à igreja, participantes de sua missão. A pastoral do batismo objetiva preparar pais e padrinhos que irão batizar seus filhos e afilhados. Os conteúdos são baseados nas normas gerais que regem o Direito Canônico obedecendo às regras elaboradas pela coordenação do Batismo da Diocese. O conteúdo aborda:

- a) A vida nova adquirida pelo batismo: sacramento da regeneração pela graça e da incorporação na igreja; o batismo como sacramento; filiação divina;
- b) A necessidade do batismo para a salvação e as condições para se recebê-lo: ouvir e acolher o anúncio da Palavra de Deus, a conversão, a profissão da fé, explicitando-se os mistérios da fé: Santíssima Trindade, Encarnação e Redenção por Jesus Cristo;
- c) A responsabilidade dos pais e padrinhos pelo crescimento dos filhos e afilhados na vida cristã, pela graça, sobretudo pelo exemplo;
- d) A descrição sumária dos ritos batismais e o seu significado: celebração e símbolos;
- e) A importância da participação dos pais e padrinhos na comunidade eclesial: universal e local;
- f) Igreja, comunhão na Trindade e comunidade.

Desde o nascimento da paróquia, a pastoral do batismo está atuando, pois é a primeira a orientar e acompanhar os batizados no crescimento da fé, sendo uma escola de formação contínua. O curso de batismo é ministrado bimensalmente e a média dos participantes é de uns 25 casais.

A pastoral do batismo tem sua importância por estar revendo e avaliando continuamente o sentido da fé do cristão, pois sendo o curso válido por um ano, as pessoas se vêem na eminência de aprofundar o modo de ser cristão e as exigências de um verdadeiro comprometimento com Cristo. O curso traz à tona que é preciso se comprometer com o reino se se quiser ser e testemunhar o viver em Cristo, logo, o modo como aborda os conteúdos

levam os participantes a dedicarem mais o tempo e a vida, para incluir-se em alguma pastoral na Igreja.

3.13 COOPERADORES SALESIANOS

A figura definida do Cooperador Salesiano não saiu unicamente e de modo exclusivo da mente de Dom Bosco. Desde 1841, quando sentiu a necessidade de ser ajudado nos seus oratórios festivos, contou com a colaboração e beneficência de seculares e eclesiásticos. Assim, desde 1874 até 1876, publicou três vezes sob três diversas designações: Associação, União-Salesiana, Associação Cristã de Boas Obras. Mas o texto definitivo recebeu o simples título de “Cooperadores Salesianos” que de outra forma procurava explicar os “modos prático de ser útil aos bons costumes e à sociedade civil”.

Uma coisa é união e outra associação. A primeira ideia que se teve foi a de unir em uma só massa as forças do bem para colocá-las vitoriosamente contra a invasão do mal. Mas no princípio, pareceu que bastava um agrupamento de pessoas, que se entendessem entre si para conseguir um fim, deixando-se levar por sua boa vontade; depois, se viu uma agrupação mais compacta como a de membros que formavam um corpo orgânico. Em efeito, entre a primeira e a segunda etapa percebe-se um elemento novo: um vínculo estável de união, constituído pela Congregação Salesiana, a qual, uma vez alcançada sua plena existência jurídica na Igreja, contraía mais os vínculos de união entre seus colaboradores e ela mesma.

Em que consistia aquele “modo prático”, diziam entre linhas os três programas, mas com a variante de que, se no primeiro se assinala aos Cooperadores como fim principal uma atividade especial “em favor da juventude em perigo”, nos outros dois atribuía-lhes “o exercício da caridade com o próximo e especialmente com a juventude em perigo”. Bem entendido que, como a caridade bem ordenada assinalava aos associados como primeiro objetivo seu próprio aproveitamento espiritual.

O fim proposto assinalava que a congregação deveria:

- promover a piedade do povo;
- favorecer as vocações eclesiásticas;
- opor a boa imprensa à má; e

- interessar-se de todas as maneiras pelos rapazes em perigo.
- considerar-se como irmãos entre si, solicitando uns aos outros ajuda recíproca, sempre que ela for possível, para promover a maior glória de Deus e o bem das almas.
- saber alcançar a perfeição cristã principalmente mediante o exercício da caridade para com o próximo e para com a juventude em particular.

Com efeito, Dom Bosco não quis apenas fazer dos seus Cooperadores e Cooperadoras simples elementos de “apoio material às obras de Deus por meio dos Salesianos”, mas quis, sobretudo, que eles fossem verdadeiros cristãos, exemplares e ativos, que ajudassem a “promover o espírito católico”⁴⁰.

Em 21 de maio de 1861, Dom Bosco reuniu o Capítulo Geral da Congregação para recepção do 1º Cooperador Salesiano: o sacerdote João Ciattino.

De acordo com o pensamento de Dom Bosco, os Cooperadores vivem o espírito salesiano por meio dos vínculos da Congregação: a mesma finalidade, o mesmo Reitor e o mesmo campo de apostolado em uma perfeita igualdade de doutrina e de ação.

Sendo assim:

- De 1859 a 1874, o sentimento de gratidão do santo para com os seus colaboradores o levou a incluí-los na própria Sociedade Salesiana, como “ócio Externos”.
- De 1874 a 1876, aprovadas as Constituições Salesianas pela Santa Sé, Dom Bosco dedicou-se, de corpo e alma, à compilação de um regulamento exclusivo para os Cooperadores Salesianos.

Toda pessoa que deseja ser Cooperador ou Cooperadora deve possuir pelo menos uma ideia geral do Regulamento a que se compromete observar ao ingressar.

As principais atividades recomendadas pelo Regulamento, “Apostolado dos Salesianos Cooperadores” são:

- a) promover novenas, tríduos, exercícios espirituais, catequese, principalmente onde escassearem os recursos materiais e morais;

⁴⁰ Artigo 5 - Constituições da Sociedade de São Francisco de Sales. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1984, p. 17.

- b) cultivar as vocações eclesiais e religiosas;
- c) espalhar a boa imprensa;
- d) velar pelos jovens que estejam em perigo moral;
- e) cooperar, com orações ou auxílios materiais.

Na paróquia, existem três núcleos de Cooperadores/Cooperadoras: o primeiro na Comunidade de Santo Antônio, o segundo na Comunidade do Senhor Bom Jesus e o terceiro na Comunidade de Nossa Senhora Auxiliadora. Todas as pessoas estão engajadas nas pastorais que existem na comunidade, permeando, assim, um toque especial, o jeito peculiar da presença salesiana.

Durante o ano todos os núcleos pastorais da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, reúnem-se em duas ocasiões (24 de maio e 16 de agosto) para se confraternizarem e partilharem as experiências vividas na festa de Nossa Senhora Auxiliadora.

A presença dos Salesianos Cooperadores na Paróquia atesta o sentido de pertença, pois expressam e denotam no cotidiano a peculiaridade de uma obra salesiana.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

A presente pesquisa analisou as ações pastorais e sociais da Paróquia de Nossa Senhora Auxiliadora - Distrito de Indápolis - Município de Dourados - Estado de Mato Grosso do Sul.

A ação do pesquisador como agente e interlocutor foi colocar para os paroquianos a importância do trabalho em comunidade, valorizando o sentimento de pertença, a solidariedade e a cooperação mútua.

A metodologia de análise neste estudo foi de natureza quali-descritiva, pois de acordo com Cavalcanti (1995), o método de pesquisa qualitativa propõe que o investigador veja o mundo por meio dos olhos dos atores que o interagem e dos significados que estes atribuem às situações às quais agem. A análise se baseia na cosmovisão do investigador sobre a realidade, pois ele presenciou o cotidiano da comunidade, sendo, às vezes, co-participante dos fenômenos. Já no aporte de Masini (1999), o enfoque fenomenológico constitui-se, como etapas de compreensão e interpretação do fenômeno que pode ser retomado e visto sob nova interpretação.

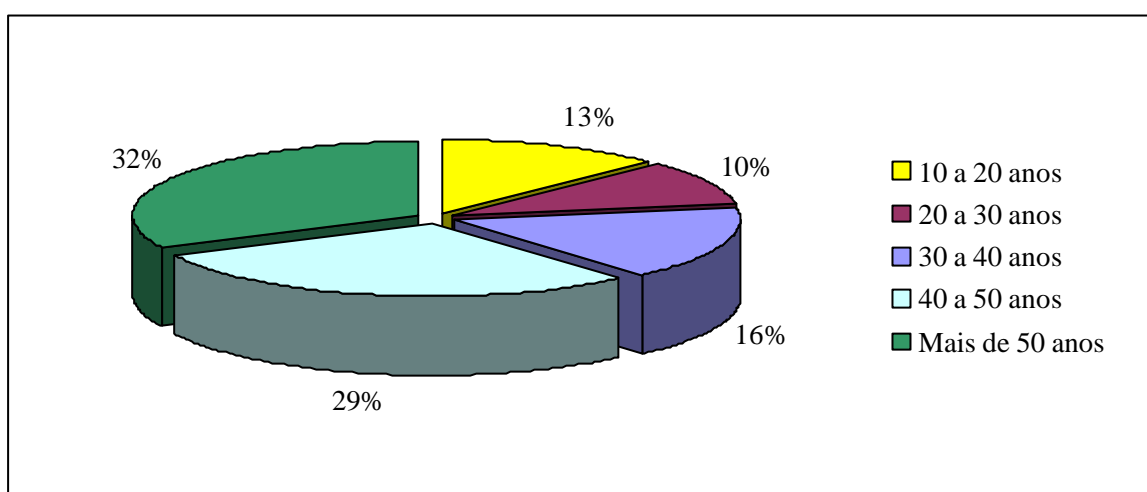
O trabalho foi pautado por meio de questionários aplicados a 31 dirigentes de pastorais vinculados à Paróquia Matriz e entrevistas (cinco) que foram realizadas com coordenadores dos movimentos comunitários, cuja ação envolve matriz e todas as capelas (comunidades do território da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora). Também foram realizadas observações *in loco*, destacando as ações realizadas no dia a dia do trabalho comunitário como um todo.

A seguir, pode-se verificar a análise e interpretação dos dados, apresentados em forma de gráficos, tabelas e textos significativos coletados durante o trabalho de pesquisa.

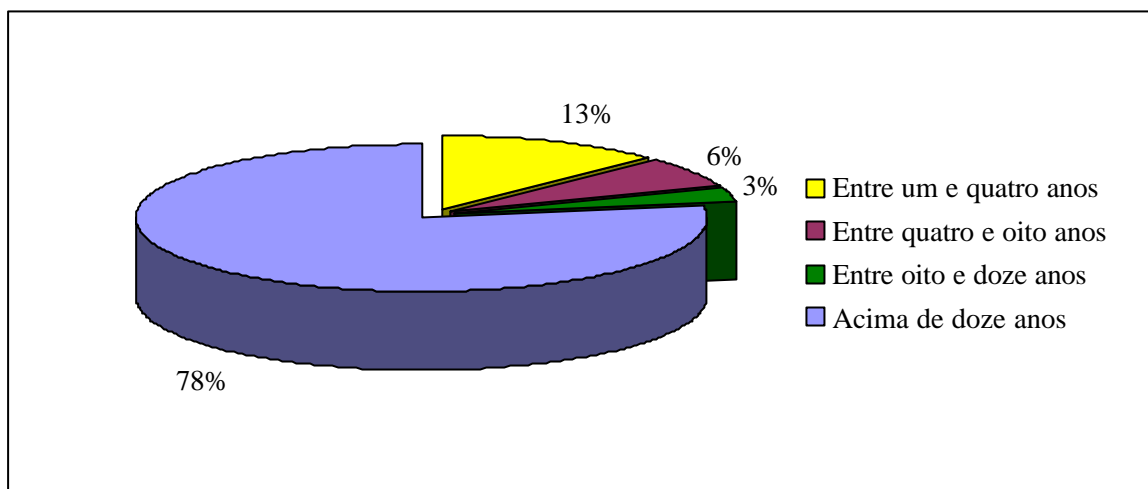
Os gráficos são apresentados de acordo com alguns aspectos do questionário respondido pelos membros da comunidade que participam de ações pastorais.

Assim, o gráfico a seguir assinala a idade dos membros que participam das ações pastorais da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora e das comunidades pertencentes à referida paróquia.

Gráfico 1 - Idade.

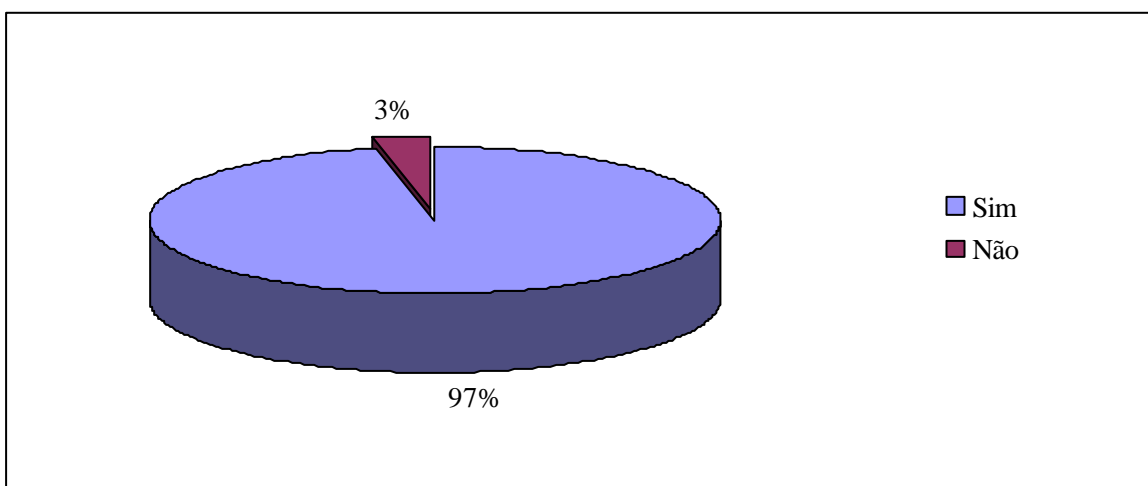


A comunidade mostra uma potencialidade de participação daqueles paroquianos que têm mais de 50 anos (32%). Por outro lado, identificou-se também, a participação daqueles que têm idade superior a 40 anos (29%), demonstrando que a juventude tem uma participação bastante reduzida. Pode-se ressaltar que entre os católicos, os homens são apontados como sendo mais devotos que as mulheres (GRILO, 2009). Em relação à idade, segundo a pesquisa, o maior número de fiéis está concentrado no grupo acima de 40 anos. Estudos recentes (SOUZA, 2008), apontam que a participação ativa de idosos nas atividades religiosas de sua comunidade tem garantido o aumento da autoestima e diminuído a depressão entre eles, melhorando de forma visível a qualidade de vida desses idosos.

Gráfico 2 - Tempo de residência na localidade.

Essa representação gráfica demonstra que as famílias que se deslocaram para esse território, confirmando o sentido de pertença a uma comunidade e um apego ao seu passado. A pesquisa revelou, que ao contrário do que se pensava que o índice da rotatividade era muito mais acentuado naqueles que residem há mais de 12 anos no território (78%), tornando evidente o comprometimento e fixação dos mesmos nesse local.

O índice aponta que a terraflilia faz parte da vida da comunidade, pois pertencer a uma comunidade por muito tempo revela o gosto e o prazer de viver nela, e, com isso, as relações interpessoais vão se estreitando tornando, a comunidade muito mais unida e capaz de exercer o empoderamento.

Gráfico 3 - Residência própria.

Pela demonstração do gráfico 3 quanto à residência própria, observa-se que 97% possuem residência própria, estabelecendo-se de forma quase definida no território de Indápolis-MS. Segundo a Secretária de Gestão Administrativa de Brasília, Cecília Landim, ter casa própria significa a melhoria da qualidade de vida. “Estamos buscando alternativas que melhor atendam os servidores, para que todos realizem o sonho de ter sua moradia própria” (LANDIM, 2005).

Fixar residência em determinado local é confirmar o sentido de arraigamento, revelando o sentido de pertença à comunidade e o nível de satisfação das pessoas quanto à qualidade de vida.

No sentido estrito, quando se faz referência ao termo - possuir residência, objetiva-se demarcar o espaço no seio da comunidade a que pertence, ou seja, ter uma posse e ser reconhecido como cidadão do lugar.

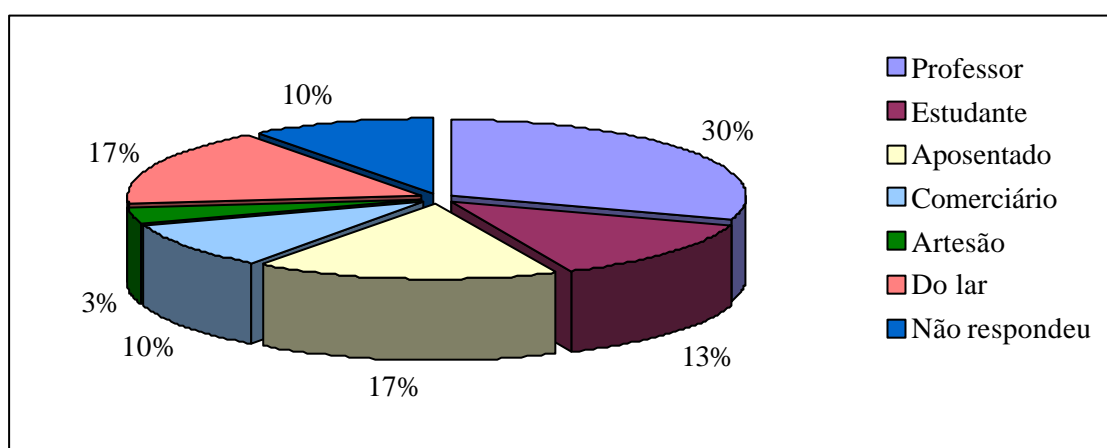
O estudo, baseado nas respostas dos questionários, aponta a diversificação de pastorais em percentuais significativos, de acordo com a tabela a seguir.

Tabela 1 - Participação em pastorais.

Nome da pastoral	Percentual
Apostolado da Oração	6%
Cenáculo com Maria	3%
Cooperadores Salesianos	3%
Coordenador de Comunidade	3%
Coroinhas	3%
Educação	6%
Pastoral da Catequese	9%
Grupo de jovens	3%
Infância Missionária	9%
Legião de Maria	3%
Liturgia	6%
Ministro Extraordinário da Comunhão	10%
Oratório	3%
Pastoral da Música	6%
Pastoral do Batismo	3%
Pastoral do Dízimo	9%
Pastoral do Idoso	6%
Pastoral da Esperança	3%
Pastoral dos Vicentinos	3%
Rede Econômica Solidária	3%
Total	100%

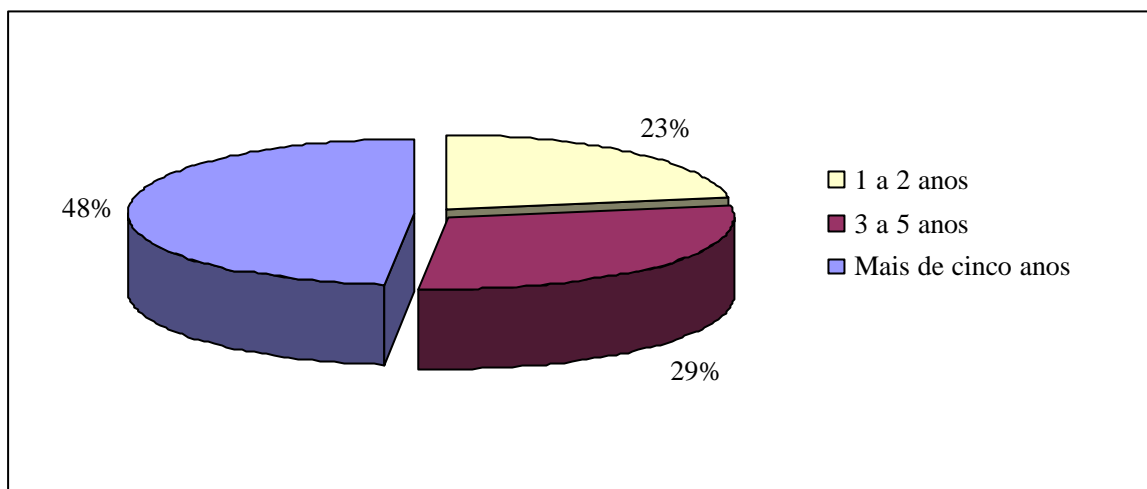
Percebe-se que a participação dos membros vai além das pastorais elencadas anteriormente, isso porque novas pastorais foram sendo criadas à medida que os membros da paróquia solicitavam sua inserção para melhorar a vivência dos membros comunitários locais. Dessa forma a Tabela 1 mostra também outras pastorais (embora de forma embrionária) voltadas para a música, para a rede econômica solidária, para o cenáculo com Maria, para a coordenação de comunidade, para a educação, para o grupo de jovens, para a liturgia, para o oratório, para a pastoral dos vicentinos, demonstrando que as ações paroquiais das comunidades podem inserir outras ações que correspondam aos anseios dos católicos de cada comunidade vinculada à matriz.

Gráfico 4 - Formação profissional.



As informações extraídas do gráfico possibilitam afirmar que por ser uma comunidade agrícola não significa que somente da agricultura advém o sustento das famílias. Apenas os aposentados manifestaram a qualificação profissional como agricultores.

Sabe-se que a agricultura em si traz muitas preocupações e incertezas e isso reflete no sustento da família, logo nem todos os filhos dos agricultores seguem o mesmo ofício dos pais buscam alternativas que venham a implementar a renda da família, por isso o gráfico apresenta uma situação de diversidade quanto à formação profissional.

Gráfico 5 - Tempo de participação na pastoral.

A pesquisa detectou que há um comprometimento na efetiva participação nas pastorais. Estas revelam um sentido intrínseco muito forte na essência da pessoa. Explicitar a religiosidade significa a preocupação com o próximo, melhor percepção do outro, mais empatia e mais ação, fazer algo para ajudar.

O sentido oblato que há por parte das pessoas na pastoral, está ligado à qualidade de vida, apontando uma maior satisfação e autorrealização de cada um. Portanto, a pastoral tem um papel específico a desempenhar na sociedade civil, oferecendo a sua contribuição para o bem-comum, transcendendo interesses políticos, busca do poder e a coesão social, dando o seu apoio específico para a construção de uma sociedade estável e próspera⁴¹.

Verifica-se que as atividades desenvolvidas nas pastorais (de acordo com as respostas dos questionários) atingem um percentual de 3% a 12%, conforme demonstra a Tabela 2, a seguir.

⁴¹ Conforme rádio Vaticana (2009).

Tabela 2 - Atividades desenvolvidas na pastoral.

Nome da pastoral	Percentual
Visita às famílias	10%
Oração nas famílias	5%
Visita aos doentes	10%
Organizações de novenas	3%
Diálogo nas famílias	10%
Encontro semanal com as crianças	8%
Eucaristia aos doentes	7%
Visita aos idosos	11%
Coordenação da comunidade	3%
Recolher alimento aos pobres	8%
Animar a comunidade com as músicas	8%
Animação do oratório	12%
Preparação dos pais e padrinhos para o batismo	5%
Total	100%

A Tabela 2 revela que a pastoral pretende atingir a comunidade no seu todo, desde criança, jovens, adultos, famílias e sociedade em geral, pois o papel fundamental da pastoral é trazer perspectivas, participação e comprometimento de todas as pessoas que ali residem. Esse envolvimento de toda a sociedade desperta o sentido da coesão e reforça os laços de unidade entre as pessoas, tornando-as muito mais sensíveis às necessidades da comunidade e por consequência muito mais responsável.

Na medida em que vai havendo uma maior participação das pessoas, novas realidades se apresentam, o que ocasiona uma nova possibilidade de pastoral. Sempre se pode iniciar uma nova pastoral, desde que seja para o crescimento não só do cristão, mas também da comunidade como um todo. O importante é que todos, de uma forma ou de outra, estejam comprometidos com o bem da comunidade.

Sempre se buscam envolver todos e isso ficou visível, pois, quando questionados sobre a cooperação de outras pessoas para desenvolver o trabalho na comunidade, responderam que sempre se tem o auxílio de outros membros para desenvolvimento das ações. A solidariedade é muito forte entre os comunitários.

Na pastoral (serviço religioso), há a comunhão de homens com homens que é o viver na dimensão do cotidiano a comunhão fraterna.

Quanto às entrevistas realizadas identificou-se que os entrevistados puderam expressar livremente suas opiniões, pois a intenção era saber se a pastoral tem potencialidades para melhorar a qualidade de vida da comunidade.

Na fala dos entrevistados, ficou claro que na pastoral da família a ação comunitária faz com que as famílias se sintam mais confortadas, acolhidas e entrosadas na comunidade, possibilitando uma maior abertura do aspecto primário ao secundário. Isso reflete na convivência do lar trazendo uma maior vivência dos pais com seus filhos, respeitando-se mais, convivendo mais em harmonia e partilhando a alegria. Quanto mais se tem afinidade com as famílias sobre questões de higiene e saúde mais elas participam da comunidade, pois são tomadas por uma maior esperança e consolo. Fazer com que as famílias vivam, saiam do marasmo e vivam com ânimo é uma contribuição de grande valia para que busquem a qualidade de vida.

Na comunidade vinculada à religião católica, os benefícios se sobressaem de muitos modos, pois se averigua mais a alegria no rosto das pessoas, o que faz com que os relacionamentos sejam mais abertos, havendo maior integração; percebem com muito mais facilidade as dificuldades, necessidades e solidariedade aos menos favorecidos; são mais esclarecidos levando a uma maior organização administrativa das comunidades; são levados e a procurar maiores crescimentos espirituais, mais aprofundamentos da fé o que se traduz numa liturgia mais rica em participação, símbolo e rito; as crianças se sentem mais acolhidas e integradas à comunidade.

Sobre o que a coordenação geral das pastorais poderia fazer para melhorar as ações desenvolvidas por cada pastoral, todos responderam que há benefícios, mas ainda há muita coisa que pode ser feita e estruturada na comunidade para melhorar as ações desenvolvidas pela pastoral, tais como: motivar, buscando uma maior participação e apoio das pessoas que ainda não estão presentes; incentivar de modo que tenham mais comprometimento e disponibilidade os que estão mais presentes; investir mais em cursos e capacitação dos agentes para que tenham mais percepção da solidariedade e cooperação. A coordenação e o pároco precisam estar mais presentes dando um maior assessoramento e acompanhamento espiritual na busca de líderes; equacionar uma integração das pastorais

fazendo com que o diálogo e as conversas com as famílias venham a acontecer de modo mais abrangente, levando e incentivando a participação como num todo.

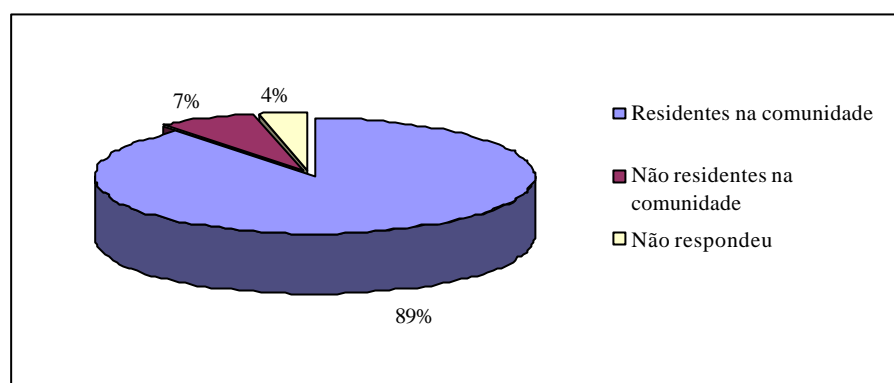
Identificou-se na pesquisa de campo realizada em todas as pastorais da comunidade católica que de 4% a 21% participam de diversas pastorais, como mostra a Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 - Pessoas da comunidade que participam da pastoral.

Pastoral	Percentual
Apostolado da Oração	4%
Pastoral da Catequese	4%
Ministro Extraordinário da Comunhão	9%
Pastoral da Criança	11%
Legião de Maria	7%
Coroinhas	7%
Pastoral do Dízimo	21%
Pastoral do Idoso	16%
Pastoral da Esperança	7%
Pastoral do Batismo	7%
Cooperadores Salesianos	7%
Total	100%

Na Tabela 3, pode-se averiguar que o compromisso pastoral é maior com a questão do dízimo, isso revela que a comunidade é bem esclarecida e compreende sua importância e razão de ser para que outras atividades sejam mantidas e criadas. É com a devolução do dízimo que se torna possível amparar outras frentes de trabalhos que se fazem necessárias. O boletim informativo da paróquia São João Batista expressa que “dízimo é compromisso de cada cristão. É uma forma de devolver a Deus, num ato de agradecimento, uma parte daquilo que se recebe. Representa a aceitação consciente do dom de Deus e a disposição fiel de colaborar com seu projeto de felicidade para todos”.

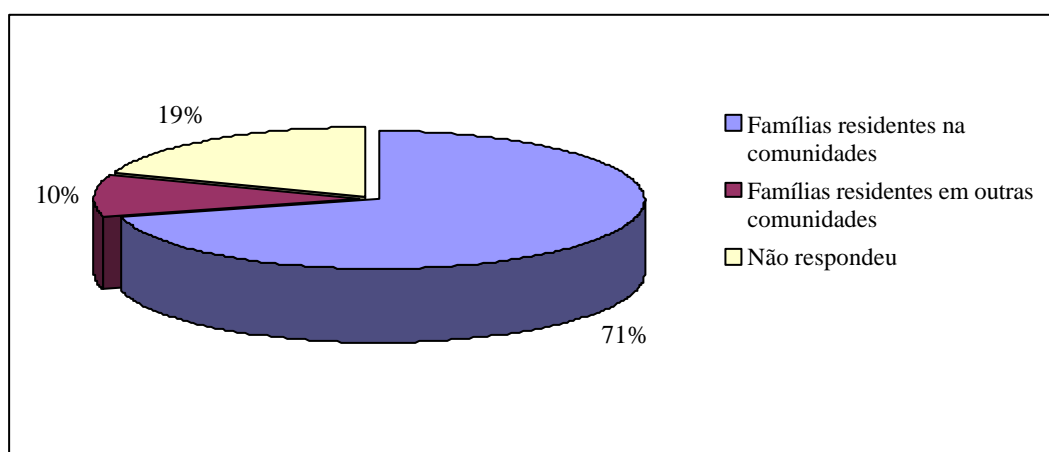
Gráfico 6 - Dirigentes da pastoral da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora que residem na comunidade local.



Essa questão procurou certificar se a comunidade é que está empenhada nos trabalhos pastorais ou se recebem outras pessoas que vêm colaborar ou mesmo ensinar a desenvolver os trabalhos pastorais, por isso a pergunta sobre o local da residência. O contingente de 89% revela que a comunidade com suas próprias forças e conhecimentos estão assumindo as rédeas da comunidade nos trabalhos pastorais. A pesquisa mostra que a comunidade está consciente dos seus deveres, pois estão dando, de certa forma, soluções e direcionamentos para seus problemas e dificuldades.

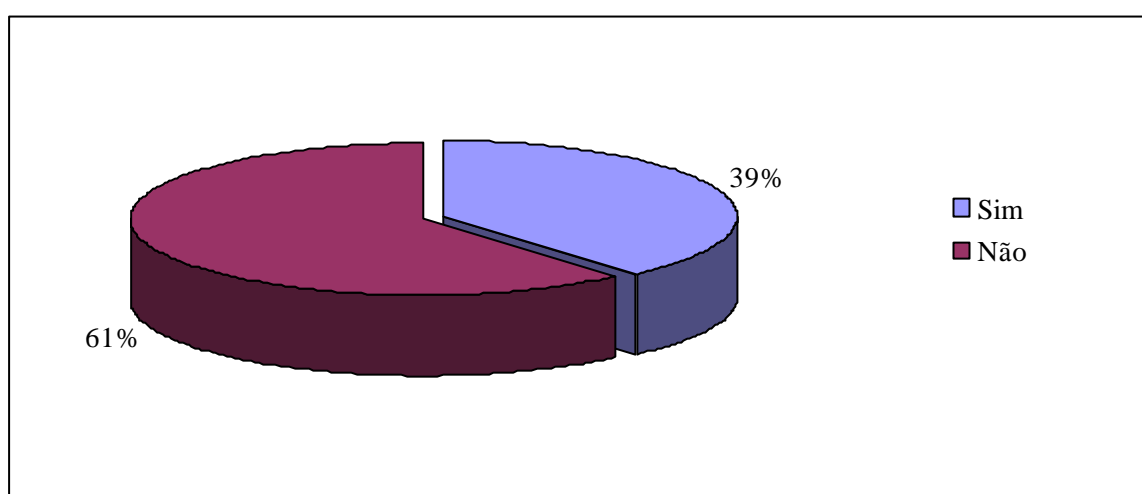
Os 7% que residem em outras localidades que não essa comunidade, mostram que a própria comunidade está aberta a acolher outras experiências que venha proporcionar uma qualidade de vida.

Gráfico 7 - Residência das famílias católicas atendidas pela Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora.



O Gráfico 7 expressa as famílias católicas que são atendidas nas pastorais, perfazendo um total de 71% das famílias. Isso demonstra que muitas famílias estão sendo atendidas por uma determinada pastoral. Se o número de famílias é considerável isso aponta que as pastorais precisam ser muito mais coesas, estruturadas e alicerçadas para desenvolver suas atividades para que haja muito mais retorno das famílias na comunidade com os benefícios imateriais ou materiais que estão recebendo.

Gráfico 8 - A solidariedade na visão dos dirigentes⁴² da pastoral da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora.



A partir desse gráfico, observou-se que 39% das pessoas entrevistadas (dirigentes) afirmam que nas pastorais há certa solidariedade. O índice indica que falta uma compreensão do que seja a solidariedade já que 100% das ações da pastoral estão ligadas ao outro, ou seja, o outro é a causa motriz da pastoral. Esse baixo índice é justificado por compreender a solidariedade somente no patamar social do fazer para o outro como: doações de cestas básicas, vicentinos, novena em família, pastoral da saúde, pastoral da criança, ação comunitária com os mais necessitados, solidariedade nos trabalhos da igreja, a união em torno de festas sociais (preparação), campanha para comunidades em dificuldade entre outros.

O termo solidariedade não expressa só ao fazer para o outro, o que revela certa ignorância no aspecto do ser para o outro. Estar, participar, comprometer-se com uma pastoral parte de uma pré-disposição interior de ser para o outro.

⁴² Entrevistas realizadas com dirigentes da pastoral da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora.

Constatou-se que as ações das pastorais abrem novas possibilidades para que o desenvolvimento local possa ser potencializado junto às comunidades católicas de Indápolis - MS, transformando-se em uma nova proposta pastoral para a Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da crise econômica mundial no final dos anos 70 e limiar dos anos 80, instaurou-se um novo paradigma sobre o desenvolvimento, de uma visão global para a visão local, mais adequada e incisiva para as comunidades. Com novos paradigmas, há também a preocupação de se construir movimentos e ações pastorais e novas maneiras de conceber o desenvolvimento que fosse proporcionar uma melhoria na qualidade das comunidades.

As ações com potencialidades de desenvolvimento local em uma determinada comunidade religiosa católica podem possibilitar condições significativas para o implemento de ações que possam transformar a realidade social em uma manifestação coesa da comunidade, em uma convivência saudável do dia a dia do cristão que vive em sociedade.

Sabe-se que comunidade é o agrupamento de pessoas com interesses e necessidades comuns ou semelhantes. É a interação do sentimento, do pensamento, da tradição, da participação que são identificados ou encontrados nas expressões simbólicas: religião, nação, profissão e outros. Percebe-se que a família católica ocupa lugar predominante na comunidade em que vive, daí ser a família o embrião das pastorais. Se se quer mudar a realidade da comunidade local há de se trabalhar a mudança de mentalidade das famílias, no sentido de que elas possam iniciar uma caminhada para a inovação.

Considerando que o desenvolvimento brota do ser humano, para se abrir para o mundo de modo interativo, na perspectiva do progresso, seja individual ou coletivo, o desenvolvimento passa a ser a busca de conquistas das pessoas que compõem a comunidade, a qual é incitada, de modo direto ou indireto, por agentes internos (as pastorais) ou externos, que aí residem, se comunicam, trabalham, rezam e compartilham valores na iminente ânsia de soluções dos problemas, necessidades e angústias para estratificar a qualidade de vida.

Os princípios do desenvolvimento local sinalizam ações permanentes na comunidade, por meio do conhecimento, de conceitos, tais como: identidade, solidariedade,

coesão e comprometimento. Nesse processo, as pastorais apresentam meios capazes de vislumbrar as mudanças no seio da comunidade, estando em contacto direto com os interlocutores, pois são esses que precisam ser alavancados, sensibilizados e mesmos incitados a buscarem melhoria.

Em se tratando de pessoas, atitudes, comportamentos e comprometimento na comunidade localizada, sabe-se que nada muda lepidamente, pois tudo está ligado ao subjetivo, cabendo a cada um impor seu ritmo e respeitar o do outro. O *feedback* é um processo de médio e longo prazo que, na dimensão da práxis, vai aos poucos aparecendo como oportunidade e chance plausíveis de desenvolvimento. Entretanto, verificou-se com o estudo que a comunidade necessita: a) identificar as oportunidades que respondam as suas perspectivas, sejam elas na área da saúde, da cultura, da educação, da agricultura; b) agregar valores e diminuir custeio na produção (comercialização); c) organizar grupo para o trabalho em comunidade; d) esclarecer mais às pessoas para a solidariedade, cooperativas e grupos de discussão dos problemas da comunidade; e) construir uma creche para que as mulheres tenham também condições de ajudar na renda familiar.

No contato direto com os interlocutores identificou-se que o agente local (padre), pode incisivamente, fomentar a cooperação, a união e despertar um número maior de pessoas que assumam com responsabilidade e compromissos com a comunidade.

Primordial se faz acentuar que o processo de desabrochamento dessa comunidade tem seu elã nas atividades pastorais capaz de promover os passos e os meios para tornar o ambiente favorável ao desenvolvimento. Não se trata de desfocalizar os trabalhos pastorais, mas de reorganizá-los de modo que venham transformar a realidade em caminhos concretos de qualidade de vida. Pois, assim, queria Jesus Cristo: “eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância” (Jo10, 10).

REFERÊNCIAS

- ÁVILA, Vicente Fideles de et al. *Formação educacional em desenvolvimento local*: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. Campo Grande: UCDB, 2001.
- AZEVEDO, Marcelo C. Cristianismo, uma experiência multi-cultural: como viver e anunciar a fé cristã nas diferentes culturas. Texto apresentado no 5º Congresso Missionário Latino-americano, COMLA V, Belo Horizonte, 18-23/07/1995, xérox; idem, *Contexto geral do desafio da inculturação* in FABRI DOS ANJOS, Marcio. *Teologia da inculturação e inculturação da teologia*. Petrópolis, Vozes-SOTER, 1995, p. 13-27.
- BASTOS FILHO, Jenner B. (Org). *Cultura e desenvolvimento*: a sustentabilidade cultural em questão. Maceió: PRODEMA/UFAL, 1999.
- BAUMAN, Z. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Tradução de Medeiros, C. A. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BRICOMANIA. *Bricolagem*. Disponível em: <<http://www.bricomania.com.br/sobre/bricolagem.html>>. Acesso em: 1 set. 2008, 9h25min.
- CAPRA, F. *O ponto de mutação - a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1982.
- CAVALCANTI, Clovis. *Desenvolvimento e natureza*: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; recife: fundação Joaquim Nabuco, 1995.
- COSTA, Damarci Olivi. *Colonização, especulação fundiária e terra de índio*: a colônia agrícola nacional de Dourados e a Aldeia de Panambi. Fronteiras - **Revista de História da UFMS**, Campo Grande, v.2, n.4, p. 77-102, jul./dez. 1988.
- DOWBOR, Ladislau. *Requisitos para um projeto de desenvolvimento local*. Brasil: BNDES, 2005. Disponível em: <<http://federativo.bndes.gov.br/dicas/D053.htm>>. Acessado em: 10 set. 2005.
- DUFOURMANTELLE, A. *Convida Jaques Derrida a falar da hospitalidade*. (A. Romane, Trad., pp. 4-134 pares). São Paulo: Escuta, 2003.
- ELIADE, Mircea. O espaço sagrado e a sacralização do mundo. In: *O sagrado e o profano*: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Cap. 1. p. 25-61.
- EICHER, Peter. *Dicionário de conceitos fundamentais de teologia*. São Paulo: Paulus, 1993.
- ENTREVISTAS. Realização de entrevistas com dirigentes da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora e de pastorais da matriz e capelas. Indápolis - MS, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Grahal. 1999.

FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil*. Trad. de Maria J. Goldwasser. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FUKUYAMA, Francis. *A grande ruptura: a natureza humana e a reconstituição da ordem social*. Trad. de Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

GADAMER, H. G. *El estado oculto de la salud*. Barcelona: Gedisa, 1996.

GRILO, Livia. *Catolicismo é a religião com maior número de fiéis*. Canção Nova Notícias. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://noticias.cancaonova.com/noticia.php?id=229341>>. Acesso em: 2 mai. 2009.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, v. 2, 1992. (Coleção Série - Interpretações da História do Homem).

JORNAL O Estado de São Paulo, domingo, 3 de dezembro de 1995, p. A28.

KLIKSBERG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento local*. Trad. Sandra Trabucco Valenzuela, Silva Cobucci Leite. 2.ed. São Paulo: Cortez, 20003.

LANDIM, Cecília. *Secretaria de Gestão Administrativa (SGA) lança o Programa de Incentivo à Moradia Própria*. Governo do Distrito Federal - Centro de operações. 2005. Disponível em: <http://www.df.gov.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=20214>. Acesso em: 2 mai. 2009

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford, UK: Blackwell, 1994. 454p.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Unicamp, 1986. 99 p.

LÉVINAS, E. *Humanismo do outro homem*. Trad. P. S. Pivatto. Petrópolis: Vozes, 1993.

MACHADO, M. S. *Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade*. 2005. Disponível em: <www.bdmdl.ucdb.br>. Acesso em: dez., 2007.

MANCE, Euclides Andri. *A revolução das redes - a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista a globalização atual*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. 220p.

MARTÍN, José Carpio. *Sobre la edad jovem Del Mato Grosso do Sul*. **Interações** - Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande: UCDB, v. 1, n. 1, set. 2000.

MARQUES, Heitor Romero e MARTÍN, José Carpio. *Territorialidade e o desenvolvimento sustentável*. Campo Grande: UCDB, 2003.

MARTINS, S. R. *Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas*. **Interações** - Revista internacional de desenvolvimento local, Interações. Campo Grande: UCDB, v. 3, n. 5, set. 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Edição digitizada, s/d (redimidos pelos autores em 1947). Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/img/obras/manifesto.doc>>. Acesso em: 15 ago. 2007.

MASINI, Elcie F. Salzano. Enfoque fenomenológico de pesquisa em educação. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 61-67.

MAX-NEEF, Manfred A. *Desarrollo a escala humana: Conceptos, Aplicaciones y algunas Reflexiones*. Montevideo, Noraan Comunidad/ICARIA, 1994.

MELUCCI, Alberto: *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*, Centro de Estudios Sociológicos, México, 1999, p. 232. In: WARREN, Ilse Scherer. *Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información*. Artículo aparecido en Nueva Sociedad 196, marzo-abril, p. 77-92, 2005.

MICHAELIS Moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998. 2267 p.

MOREIRA, Regina Heloíza Targa. *Memórias fotográficas de Dourados*. Campo Grande: ed. UFMS, 1990. 173 p.

NEVES, Gervásio Rodrigo. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades: algumas notas. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia D. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

NISBERT, Robert. *Comunidade, sociología e sociedade*. São Paulo: LTC, 1978.

PIERSON, Donald (Org.). *Estudos de organização social*. São Paulo: Martins, 1968.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, ano XIII, n.2, agosto/dezembro, 1999.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SOUZA, Patrícia de. *Idosos e religião*: Até que ponto a religião faz parte da vida de um idoso? 2008. Disponível em: <<http://blogvivermais.wordpress.com/2008/05/13/idosos-e-religiao>>. Acesso em 2 mai. 2009.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço & lugar*: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VARGAS, Getúlio Dorneles. *A nova política do Brasil*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista Tribunais. Rio de Janeiro: Livraria José Olimpo, 1938. 306 p. v.8.

VIGANÓ, Egídio (Padre - Reitor Mor). *Constituições e regulamentos da Sociedade de São Francisco de Sales*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1984.

Sites consultados:

SANTUÁRIO SANTA PAULINA. *Santa Paulina - uma santa para o nosso tempo*. Disponível em: <http://www.santuariosantapaulina.org.br/modules/xt_conteudo/index.php?id=9>. Acesso em 5 jul. 2008.

SANTUÁRIO DO BOM JESUS DA LAPA. Disponível em: <<http://www.bomjesusdala.org.br/>>. Acesso em 5 jul. 2008.

APÊNDICE
QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DAS PASTORAIS

Assinale apenas uma opção

1. Qual a sua idade?

- ☐ 10-20 anos ☐ 20-30 anos ☐ 30-40 anos
☐ 40-50 anos ☐ Mais de 50 anos

2. Há quanto tempo reside na comunidade?

- ☐ menos de 1 ano ☐ entre 8 e 12 anos
☐ entre 1 e 4 anos ☐ acima de 12 anos
☐ entre 4 e 8 anos

3. Você possui casa própria?

- ☐ Sim ☐ Não

4. Qual é a sua profissão?

- ☐ Professor ☐ Estudante ☐ Aposentado
☐ Comerciante ☐ Artesão/artesã ☐ Do lar

5. De qual pastoral você participa?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Apostolado da Oração | <input type="checkbox"/> Liturgia |
| <input type="checkbox"/> Cenáculo com Maria | <input type="checkbox"/> Ministro Extraordinário da Comunhão |
| <input type="checkbox"/> Cooperadores Salesianos | <input type="checkbox"/> Oratório |
| <input type="checkbox"/> Coordenador de Comunidade | <input type="checkbox"/> Pastoral da Música |
| <input type="checkbox"/> Coroinhas | <input type="checkbox"/> Pastoral do Batismo |
| <input type="checkbox"/> Educação | <input type="checkbox"/> Pastoral do Dízimo |
| <input type="checkbox"/> Pastoral da Catequese | <input type="checkbox"/> Pastoral do Idoso |
| <input type="checkbox"/> Grupo de jovens | <input type="checkbox"/> Pastoral da Esperança |
| <input type="checkbox"/> Infância Missionária | <input type="checkbox"/> Pastoral dos Vicentinos |
| <input type="checkbox"/> Legião de Maria | <input type="checkbox"/> Rede Econômica Solidária |

6. Há quanto tempo você participa da pastoral

- ☐ de 1 a 2 anos ☐ de 3 a 5 anos ☐ mais de 5 anos

7. Quais as atividades que desenvolve na pastoral?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Visita às famílias | <input type="checkbox"/> Visita aos idosos |
| <input type="checkbox"/> Oração nas famílias | <input type="checkbox"/> Coordenação da comunidade |
| <input type="checkbox"/> Visita aos doentes | <input type="checkbox"/> Recolher alimento aos pobres |
| <input type="checkbox"/> Organizações de novenas | <input type="checkbox"/> Animar a comunidade com as músicas |
| <input type="checkbox"/> Diálogo nas famílias | <input type="checkbox"/> Animação do oratório |
| <input type="checkbox"/> Encontro semanal com as crianças | <input type="checkbox"/> Preparação dos pais e padrinhos para o batismo |
| <input type="checkbox"/> Eucaristia aos doentes | |

8. Você recebe cooperação de outras pessoas para desenvolver seu trabalho na pastoral?

- ☐ Sim ☐ Não

9. A comunidade recebe benefícios com as atividades desenvolvidas pela pastoral?

- ☐ Sim ☐ Não

Justifique: _____

10. O que a coordenação geral das pastorais poderia fazer para melhorar as ações desenvolvidas por cada pastoral?

11. Quantas pessoas trabalham nas ações da pastoral da qual você está envolvido (a)?

12. As pessoas que trabalham nas ações realizadas pela pastoral da qual você participa residem na própria comunidade?

- ☐ Sim ☐ Não

13. Quantas famílias são atendidas pela pastoral que você participa?

- ☐ 0 a 50 ☐ 51 a 100 ☐ 101 a 150 ☐ Mais de 150

14. As famílias atendidas residem na própria comunidade?

- ☐ Sim ☐ Não

15. O que deveria ser feito para a melhoria da qualidade de vida da comunidade?

16. Existe solidariedade nas pastorais?

() Sim () Não

17. Você já ouviu falar em Desenvolvimento Local?

() Sim () Não

18. Na sua concepção o que é Desenvolvimento Local?

ANEXOS

ANEXO A - Decreto-Lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941 - Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais - CAN

1941
MINISTERIO DA AGRICULTURA
Serviço de Informação Agrícola

Decreto-lei nº. 3.059, de 14 de Fevereiro de 1941

Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
MINISTERIO DA AGRICULTURA
RIO DE JANEIRO
BRASIL

DECRETO-LEI Nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo 1.º - Alameda dos núcleos coloniais a que se refere o Decreto-lei nº. 2.009, de 9 de fevereiro de 1940, o Governo Federal, em colaboração com os Governos estaduais e municipais e todos os órgãos da administração pública federal e por intermédio do Ministério da Agricultura promoverá a fundação e instalação de grandes Colônias Agrícolas Nacionais, as quais serão destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros.

Parágrafo único. - Todas as despesas decorrentes da fundação, instalação, o manutenção das colônias, inclusive a conservação das vias principais de acesso, serão custeadas pela União, dentro dos créditos que forem destinados a esse fim.

Art. 2.º - As colônias serão criadas por decreto executivo e fundadas em grandes glebas de terra que deverão reunir as seguintes condições:

- a) situação climatérica e condições agrológicas exigidas pelas culturas da região;
- b) cursos permanentes d'água ou possibilidade de captação para irrigação.

Art. 3.º - Na escolha da região para a fundação da colônia, ter-se-á em vista a existência de quedas d'água para a produção de energia hidro-elétrica.

Art. 4.º - Escolhida a região para a colônia proceder-se-á elaboração de plano geral de colonização e orçamento dos respectivos trabalhos, os quais deverão ser submetidos à aprovação do Presidente da República.

Art. 5.º - A área de cada lote variará de 20 a 50 hectares.

Art. 6.º - Tratando-se de regiões de florestas naturais em cada lote será mantida uma reserva florestal não inferior a 25% da sua área total.

Art. 7.º - Sempre que possível será mantida uma grande reserva florestal típica da região em torno da colônia.

Art. 8.º - Na elaboração do plano geral de colonização serão respeitadas as belezas naturais da região, bem como cuidará-se da proteção à sua flora e fauna.

Art. 9.º - Fixada a região onde a colônia deverá ser fundada, será projetada a sua futura sede, escolhendo-se para isso a zona que melhores condições oferecer.

Parágrafo único. No projeto da sede serão observadas todas as regras urbanísticas, visando a criação de um futuro núcleo de civilização no interior do país.

Art. 10.º - Na sede da colônia será fundado um aprendizado agrícola destinado a instruir aos filhos dos colonos instrução rural adequada, dotado de oficinas para trabalhos de ferro, madeira, couro, etc. onde colono e seus filhos farão aprendizagem desses mister necessários ao homem rural.

Parágrafo único. Poderão ser instituídos cursos rápidos, para menores e para adultos com caráter eminentemente prático.

Art. 11.º - Serão mantidas perto de montes com reprodutores selecionados; instalação para beneficiamento dos produtos agrícolas.

Art. 12.º - Serão mantidas ainda escolas primárias para alfabetização de todas as crianças em idade escolar.

Art. 13.º - Os colonos serão reunidos em cooperativas de produção, venda e consumo.

Art. 14.º - Em cada lote será construída pequena casa-residência do colono e sua família, do tipo mais conveniente à região.

Art. 15.º - Aprovado o plano geral de colonização e executados os respectivos trabalhos, será organizada a relação dos candidatos aos lotes, dando-se preferência, na distribuição, aos elementos locais e dentre estes os de mais numerosa família e considerados os chefes de família que tenham, no mínimo, cinco filhos menores que vivam sob a sua dependência.

Art. 16.º - Os lotes, casas e quaisquer benfeitorias nele existentes, serão concedidos gratuitamente, observa-

ANEXO A - Continuação ...

das as seguintes condições:

a) o colono terá o domínio útil do lote, nele residindo e recebendo, para a sua exploração agrícola, semente e material agrícola mais urgente;

b) de acordo com a região e possibilidades de estabelecimento da produção agrícola para as culturas de consumo será marcado o prazo em que o lote deverá ser utilizado agronomicamente, em condições satisfatórias de produtividade e extensão;

c) sendo o prazo a que se refere o item anterior e preenchidas as demais condições constantes deste decreto-lei, o colono receberá em plena propriedade o lote, a casa e o material agrícola em seu poder, independentemente de qualquer pagamento;

Art. 13. Aos colonos serão facultados os seguintes auxílios a partir da data de sua localização no núcleo.

1) trabalho a salário ou empreitada em obras ou serviços da colônia, pelo menos durante o primeiro ano;

2) assistência médica e farmacêutica e serviços de enfermagem até a emancipação da colônia;

3) empréstimo, durante o primeiro ano de colonização na colônia, de máquinas e instrumentos agrícolas e de animais de trabalho;

4) transporte da estação ferroviária, porto marítimo ou fluvial até a sede da colônia.

Art. 14. Na região em que for fundada a colônia, os lotes em que existirem riquezas naturais exploráveis ou quedas d'água utilizáveis em benefício coletivo, não serão concedidos.

Art. 15. Na área em que for fundada a colônia, transferida por qualquer título ao domínio da União, os Estados e Municípios não poderão praticar atos que importem na cobrança de impostos e taxa sobre o lote, culturas, veículos destinados ao transporte do colono e o de sua produção, instalação para beneficiamento dos produtos agro pecuários, bem como sobre o valor da terra, enquanto a colônia não houver sido emancipada.

Art. 16. Os lotes serão rurais e urbanos, segundo a delimitação do artigo 14 do decreto-lei 2.009 de 9 de fevereiro de 1940.

Art. 17. Os lotes urbanos serão concedidos gratuitamente ou vendidos mediante condições estabelecidas para cada colônia e submetidas à aprovação do presidente da República.

Art. 18. Até a expedição do título definitivo de propriedade, o ocupante do lote não poderá vender, hipotecar, transferir, alugar, dar em anticomenda, permutar ou alienar, de qualquer modo, direta ou indiretamente o lote, ou parte e as parcelas, ficando vedado aos ocupantes passar escrituras e produções de qualquer natureza, desde que os documentos não exibam o respectivo título definitivo de propriedade.

Art. 19. Ao colono, a partir de um ano da sua localização na colônia, caberá a limpeza das vaías e valetas, até dois metros, inclusive, de largura e a conservação das estradas de rodagem e caminhos, com menos de um metro de plataforma, que atravessarem as referidas terras.

Art. 20. Os lotes rurais serão concedidos a cidadãos brasileiros maiores de 18 anos, que não forem proprietários rurais e reconhecidos como pobres, desde que revelem aptidão para os trabalhos da agricultura e se comprometam a residir no lote que lhe for concedido.

§ 1º. Excepcionalmente poderão ser concedidos lotes a agricultores estrangeiros qualificados, que, por seus conhecimentos especiais dos trabalhos agrícolas, possam servir como exemplo e estímulo aos nacionais.

§ 2º. É vedada a concessão de lotes a quem quer que exerça função pública, federal, estadual ou municipal.

Art. 21. Os títulos definitivos de propriedade serão passados pela Divisão de Terras e Colonização, deles constando os elementos indispensáveis à sua individualização, e serão assentados pelo presidente da República.

Art. 22. No caso de falecimento do chefe da família ocupante do lote este passará aos herdeiros ou legatários, nas mesmas condições em que lhes foi passado.

Conclua no verso

ANEXO A - Continuação ...

Art. 23. Qualquer dóbito que por ventura, haja contraindo o obelo da família que falecer, deixando viúva e filhos, será considerado extinto.

Art. 24. Será excluído o lote que ocupar, o colono que:

a) deixar de cultivá-lo dentro do prazo estabelecido para cada colônia, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, a julgo da administração da colônia;

b) desvalorizar o lote, explorando males sem o intuito aproveitamento agrícola do solo e o respectivo florestamento, em desacordo com o plano previamente aprovado;

c) por sua má conduta torna-se elemento de perturbação para a colônia.

§ 1.º A exclusão por motivo das alíneas a e b, deste artigo, será feita depois de intimado o colono e de procedido a visita ao lote, de que se lavrará o termo.

§ 2.º No caso da alínea (c) será feito inquérito administrativo.

§ 3.º Cabe ao Diretor da Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, de acordo com os documentos comprobatórios, autorizar a exclusão, de cujo ato cabe recurso ao Ministério de Estado.

§ 4.º Autorizada a exclusão, será o colono notificado administrativamente para, no prazo de dez (10) dias, a partir da notificação, desocupar o lote respectivo. Não sendo cumprido depois de decorridos dois dias, a exclusão será feita notificação por edital publicado no Diário Oficial da União e no jornal editado na região mais próxima, no mesmo prazo de dez dias.

§ 5.º Ao decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior não for o lote desocupado pelo colono, a União retomará-o administrativamente.

Art. 25. Ao colono excluído nenhuma indenização

saberá pelas benfeitorias após existentes no lote.

Art. 26. A emancipação da colônia será declarada pelo Governo, mediante decreto executivo, quando houver sido expedidos a todos os colonos os títulos definitivos de propriedade, ou, antes do conveniente.

Art. 27. Emancipada a Colônia, o Governo poderá a cooperativa organizada pelos colonos, as instalações, máquinas agrícolas, animais de trabalho e reprodutores sula existentes.

Art. 28. A concessão dos remanescentes das colônias emancipadas será regulada por Instruções baixadas pelo Ministério da Agricultura.

Art. 29. Os edifícios existentes na sede das colônias emancipadas poderão ser transferidos para os Estados ou Municípios, mediante prévio acordo com o Governo da União, ou vendidos em concorrência pública.

Art. 30. Emancipada a Colônia a cooperativa nela existente tornará a seu cargo o salário do agrônomo encarregado da assistência técnica aos colonos.

Art. 31. As Colônias Agrícolas Nacionais, fundadas em observância às disposições deste decreto-lei, serão administradas por agrônomos de reconhecida capacidade profissional e reputação ilibada, nomeados em comissão, com o vencimento que for fixado.

Art. 32. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, de 14 fevereiro de 1941. 120. da Independência e 83. da República.

Getúlio Vargas

F. Negrão de Lima

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

de Souza Costa

ANEXO B - Criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND - sob o Decreto Lei n. 5.941, de 1943

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Art. 8.º O serviço de fiscalização estabelecido neste decreto-lei e no de n. 5.807, de 13 de setembro de 1943, constitui serviço de guerra e deverá ser feito com as cautelas que a atual situação exige, sem empecilho à navegação o sacrifício dos interesses fiscais.

Art. 9.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.941 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1943

Cria a Colônia Agrícola Nacional "Dourados", no Território Federal de Ponta Porã, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada a Colônia Agrícola Nacional "Dourados", no Território Federal de Ponta Porã, (C. A. N. D.), na região de Dourados, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. A área a ser demarcada não será inferior a 300.000 (trezentos mil) hectares.

Art. 2.º As despesas decorrentes das obras de fundação e instalação da Colônia, correrão por conta da dotação de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) atribuída à Colônia de Mato-Grosso, compreendida na Verba 5 — Obras, desapropriação, etc. Consignação I — Obras — Subconsignação 02 — Prosseguimento e conclusão de obras, etc. 21) D. N. P. V. — 04) D. T. C. — a) Prosseguimento de obras das Colônias Agrícolas Nacionais — d) Mato-Grosso, do orçamento geral da União para o corrente exercício e observadas as disposições do decreto-lei n. 5.562, de 9-6-1943.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

ANEXO C - Escritura de doação

República dos Estados Unidos do Brasil



ESTADO DE MATO GROSSO
COMARCA DA CAPITAL

Terceiro Tabelionato

TABELIAO

Pedro d'Abbadia Maciel

Escritura de DOAÇÃO

Data DOZE DE NOVENBRO DE 1.959 -

Outorgante doador : O ESTADO DE MATO GROSSO -

Outorgado donatário : INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E
COLONIZAÇÃO (INIC) -

Propriedade situada à - Dourados - It -

Valor fiscal : Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzei-
ros) -

ANEXO C - Continuação...

			CARTÓRIO MACIEL 3º OFÍCIO DE NOTAS TABELIAO <i>Pedro d'Abbadia Maciel</i> RUA CEL. PEDRO CELESTINO, 54 CUIABÁ - MATO GROSSO		
Livro nº 89	Traslado	Fls. 3v a 8			
Escritura pública de doação que entre si fazem e assinam os abaixo declarados:					
<p>SAIBAM quantos esta pública escritura virem que, no ano de mil novecentos e cinquenta e nove, nos doze dias do mês de Novembro do dito ano, nesta cidade de Cuiabá, Capital do Estado do Mato-Grosso, em meu Cartorio compareceram, como outorgante doador, o ESTADO DE MATO GROSSO, neste ato representado por seu Consultor Geral, o Dr. JOSE JAYME FERREIRA DE VASCONCELLOS, conforme Portaria nº 540/59, de 3-11-959, adiante transcrita, e, como outorgado donatario, o INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO (INIC), representado neste ato pelo engenheiro TACITO PACE, Administrador-Núcleo Colonial de Dourados, devidamente autorizado pela resolução nº 564, de 31 de Julho de 1.959, de sua Diretoria-Executiva, constante do processo Inic 10.327/58 e credenciado pela Portaria nº 352, de 20 de Agosto de 1.959, a qual agente se transcreve, representantes conhecidos do p.m., Es-reventa Autorizado e das testemunhas no fim nomeadas e assinadas, e, estas e aqueles, conhecidos do Tabelião. E, perante as mesmas testemunhas, pelo outorgante doador me foi dito:</p> <p>1ª) que, sendo o Estado do Mato-Grosso senhor e possuidor de uma área de, aproximadamente, 300.000 Hectares de terras devolutas, situada no município de Dourados; o Poder Executivo-Estadual foi autorizado, pelas Leis 87 e 187, respectivamente de 20 de Julho de 1.948 e de 16 de Novembro de 1.948, a doar dita área à União para instalação de uma Colônia Agrícola Nacional; 2ª) que, dita área de, aproximadamente, 300.000 Hectares, foi assim descrita naqueles diplomas legais: "Partindo da confluência do Córrego "Picada", no rio Dourados; pela margem esquerda e subindo pelo referido Córrego "Picada" até a sua cabeceira, deste ponto, segue pelas divisas das propriedades de Cyro Kello e outros até encontrar a cabeceira do Córrego "Laranja Lima"; pelo Córrego "Laranja Lima" abaixo até a barra com o Córrego "Laranja Doce" daí, pelo "Laranja Doce" abaixo até a sua confluência com o "Rio Brilhante"; pelo rio "Brilhante" acima até a barra do Córrego "Panambi"; pelo Córrego "Panambi" acima, dividindo com terras do Patrimônio de Dourados, até a sua cabeceira; daí, pelas divisas das terras do Aral Moreira, até a confluência dos Córregos "Barreirinho" e "Saltinho"; daí, pelo "Saltinho" acima até encontrar a linha do Patrimônio de Dourados e seguindo por esta divisa até a cabeceira do Córrego "Engano"; pelo Córrego "Engano" abaixo até a sua barra no rio "Dourados"; daí, pelo rio "Dourados" abaixo até a confluência do Córrego "São Francisco", pela margem direita; daí segue pelo Córrego "São Francisco" acima até ao entroncamento dos Córregos "Bovari" e "Oculto" e por este último acima até a sua cabeceira; daí, por uma linha seca até encontrar a cabeceira do Arroio "Formoso"; daí, por este arroio-abaixo até sua barra com o Arroio "Catorze de Maio"; deste ponto, pelo rio "Guirai" abaixo até a barra do Arroio "Pirajui"; pelo Arroio "Pirajui" acima até sua cabeceira; daí, por uma linha seca até encontrar a cabeceira do Arroio "Pira-</p>					

ANEXO C - Continuação...



CARTÓRIO MACIEL

3º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO

Pedro d'Abbadia Maciel

RUA CEL. PEDRO CELESTINO 54
CUIABÁ - MATO GROSSO

continuação - fls. 2 -

Pirababe" ; por este abaixo até sua confluência com o rio "Ivinhema" ; pelo "Ivinhema" acima até a sua confluência com o rio "Brilhante" ; pelo rio "Brilhante" acima até a sua confluência com o rio "Lourados" ; pelo rio "Lourados" acima até a barra do Córrego da "Picada" , pela margem esquerda, ponto de partida ; 3o) que, anteriormente às citadas Leis Estaduais a União instalou em ditas terras a Agrícola, digo, a Colônia Agrícola Nacional de Lourados , criada pelo Decreto - Lei-Federal de nº 5.941, de 28 de Outubro de 1.943, iniciando a extinta Divisão de Terras e Colonização, do Ministério da Agricultura, a colonização de ditas terras, dividindo-as, em grande parte, em lotes rurais e urbanos, colonização esta que vem sendo prosseguida pelo ora outorgado donatário, Instituto Nacional de Imigração e Colonização, sucessor daquele Órgão - Federal de acordo com a Lei Federal nº 2.163, de 5 de Janeiro de 1.954, que, dita área total acha-se dividida em duas zonas distintas, sendo que a área conhecida como segunda zona, objeto desta escritura, com a área de 199.113 Ha (CENTO E NOVENTA E NOVE MIL CENTO E TREZE HECTARES) , excluídas e respeitadas as concessões anteriormente feitas pelo outorgante, tem as seguintes confrontações, tudo conforme planta que fica fazendo parte integrante desta escritura, devidamente assinada pelas partes contratantes : partindo do marco [ZERO] (0) - colocado a margem esquerda do rio Lourados, no Porto do Barreiro, que se acha na posição geográfica de 22º22'19", 60 de Latitude Sul e 54º25'13", 28 de Longitude WG, alcança-se a margem direita do dito rio e desse ponto segue a divisa descendo o rio Lourados, pela margem-direita, até alcançar a barra do córrego Lagoa Bonita, pela margem esquerda, onde se acha um marco com as coordenadas retangulares : Y- 20.999,50 e X- 26.624,35 ; desse marco segue a divisa pela margem esquerda do córrego Lagoa Bonita acima, na confrontação com terras da fazenda " Cupão Ralo " , até alcançar o marco colocado a 450,00 metros acima do Agude do Delfino, com as coordenadas retangulares : Y- 13.130,81 e X- -33.805,40 ; desse marco segue a divisa ainda confrontando com referida fazenda, por três alinhamentos : 1o) - 22º43'50" NE com a distância de 3.227,00 metros ; 2o) - 67º16'10" NW com a distância de 1.260,00 metros ; 3o) - 22º43'50" NE com a distância de 2.665,00 metros, até alcançar o marco colocado a margem direita do córrego Azul ; desse marco segue a divisa pela margem direita do córrego Azul abaixo, na confrontação com terras da fazenda " Cupão Ralo " até a confluência do córrego Iretã ; pelo córrego Iretã abaixo, segue a divisa pela margem direita até encontrar o marco inicial das terras dos Irmãos Buckner, assinalado na planta pela letra [A], com as coordenadas retangulares : Y- 26.040,10 e X- -32.111,01 ; desse marco, confrontando com as ditas terras dos Irmãos Buckner, segue a divisa com o rumo de 12º53'50" N com a distância de 6.820,00 metros até encontrar o marco [B] ; desse marco " B " , confrontando com as terras do lote " Malagueta " , segue a divisa com o rumo de 67º16'10" e a distância de 11.560,00 metros até encontrar o marco [C], colocado a margem esquerda da " Estrada Tapessuão da Vila Glória " ; desse marco " C " , confrontando com terras do dito lote " Malagueta " , segue a divisa com o rumo de 22º43'50" NE e a distância de 3.425,00 metros, ao lan-

ANEXO C - Continuação...



CARTÓRIO MACIEL

3º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIAO

Pedro d'Abbadia Maciel

RUA CEL. PEDRO CELESTINO, 54
CURITIBA - MATO GROSSO

continuação- fls. 3-

longo da referida estrada até encontrar o marco [D], colocado na margem direita do córrego Felix-cué; desse marco "D", confrontando com terras do lote "Malagueta", pela outra margem, segue a divisa pela margem direita do córrego Felix-cué até encontrar o marco [E], colocado ainda na margem direita do mesmo córrego, tendo as coordenadas retangulares: Y= 34.540,10 e X= -43.905,00; desse marco "E", confrontando ainda com terras do lote "Malagueta", segue a divisa com o rumo de: 22°43'50" NE e a distância de 6.405,00 metros até encontrar o marco [F]; desse marco "F", confrontando com terras da Cia. Colonizadora Continental S/A, segue a divisa com o rumo de: 86°41'50" NE e a distância de 14.250,00 metros até encontrar o marco [G], o qual tem as coordenadas retangulares: Y= 41.315,08 e X= -60.580,15; desse marco "G", segue a divisa com o rumo de: 22°43'50" SW e a distância de 18.390,00 metros até encontrar o marco [H], colocado na margem esquerda do córrego Pirabebê, com as coordenadas: Y= 23.865,00 e X= -54.615,30; desse marco "H", subindo o córrego Pirabebê pela margem esquerda, até encontrar o marco [I], colocado na cabeceira do córrego Pirabebê, que se acha na posição geográfica de 22°10'16",80 de Latitude Sul e 53°55'01",11 de Longitude WG; desse marco "I", confrontado com terras de Geremia Lunardelli, segue a divisa com o rumo de: 24°03'20" SW e a distância de 19.342,00 metros até encontrar o marco colocado na cabeceira do córrego Pirajui, que se acha na posição geográfica de 22°19'51",00 de Latitude Sul e 53°59'33",51 de Longitude WG; desse marco segue a divisa pela margem direita do córrego Pirajui abaixo até encontrar o marco situado na mesma margem do dito córrego, início das terras de João Alencar e outros; segue a divisa, digo, desse marco, confrontando com terras de João Alencar e outros, segue a divisa com o rumo de: 73°51'10" SW e a distância de 7.835,00 metros até encontrar o marco do canto; desse marco, confrontando ainda com ditas terras, segue a divisa com o rumo de: 13°08'50" SE e a distância de 5.057,15 metros até encontrar o marco colocado na margem esquerda do rio Guirai, com as coordenadas retangulares: Y= -21.335,62 e X= -42.706,75; desse marco, segue a divisa pela margem esquerda do rio Guirai acima até encontrar o marco colocado na confluência do córrego Formoso, com as coordenadas retangulares: Y= -23.785,88 e X= -20.396,91; desse marco, segue a divisa pela margem esquerda do córrego Formoso acima até encontrar o marco colocado na cabeceira do dito córrego, que se acha na posição geográfica de 22°37'04",03 de Latitude Sul e 54°20'39",28 de Longitude WG; desse marco, confrontando com terras particulares de diversos proprietários, segue a divisa com o rumo de: 30°52'03" NW e a distância de 4.233,17 metros até encontrar o marco colocado na cabeceira do córrego Oculto, que se acha na posição geográfica de 22°35'05",95 de Latitude Sul e 54°21'55",27 (54°21'55",27) de Longitude WG; desse marco, segue a divisa pela margem direita do córrego Oculto abaixo até encontrar o marco colocado na sua confluência com o córrego São Francisco, com as coordenadas retangulares: Y= -8.129,94 e X= -782,43; desse marco, segue a divisa pela margem direita do córrego São Francisco abaixo até encontrar

ANEXO C - Continuação...



CARTÓRIO MACIEL

3º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO

Pedro d'Abbadia Maciel

RUA CEL. PEDRO CELESTINO, 54
CUIABÁ - MATO GROSSO

continuação - fls. 4.

encontrar o marco colocado na sua confluência com o rio Dourados, com as coordenadas retangulares: $Y = -3.864,15$ e $X = -124,46$; desse marco segue a divisa pela margem direita do rio Dourados abaixo até encontrar o ponto de partida, relacionado com o marco "ZÉRO" (O), ponto inicial e ponto final do presente roteiro. A área inscrita no perímetro descrito acima corresponde à denominada 2a. (segunda) zona do Núcleo Colonial de Dourados, unidade de colonização do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, com sede e fóro no Distrito Federal, no Largo de São Francisco nº 24 e correio - ponde a 199.113 Hectares de terras destinadas à colonização, excluídos os ocupantes titulados pelo Estado de Mato Grosso. Essa área foi calculada pelo método analítico de coordenadas retangulares, todos os rumos são verdadeiros e a declinação magnética observada em 12-10-955 era de $7^{\circ}59'40''$ W $\pm 5''$ que, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, dou, como doado tem, ao outorgado donatário o imóvel descrito no item anterior destas declarações, dá, outorgante doador, sob a condição, de nele prosseguir e outorgado donatário a atividade colonizadora que vem empreendendo no mesmo imóvel, e especialmente do outorgado donatário, com relação aos lotes rurais, concedê-los gratuitamente aos colonos ali já localizados ou por localizar, cabrando aos mesmos, apenas, a título de indenização pelas benfeitorias realizadas, taxa que não exceda a Cr\$15.000,00 (quinze mil cruzeiros) por lote de colono até 50 (cinquenta) hectares, e assumindo o donatário plena responsabilidade em relação aos concessionários referidos na cláusula quarta, inclusive por indenizações a que o Estado doador possa ser condenado em ações ajuizadas ou que o venham a ser, referente as terras desta doação. Serão reservados pelo INIC, nas zonas urbanas, formadas ou a serem formadas futuramente, os lotes onde já existirem prédios escolares e os destinados a construção de edifícios de escolas e outros serviços do Estado ou dos Distritos ou Municípios que por lei venham a ser criados, concedidos a estas áreas para os respectivos patrimônios. O INIC poderá promover e realizar a permuta de áreas constantes de títulos definitivos expedidos pelo Estado, dentro da área do Núcleo Colonial de Dourados, com outras áreas desta doação, ficando o Estado na obrigação de ressarcir ao INIC, concedendo-lhe, também como doação, outras áreas, nas regiões em que o Estado possua terras devolutas e que se prestem à colonização, mediante as convenientes pesquisas feitas pelo INIC e a necessária autorização legislativa. Pelo outorgado donatário foi dito, ante as mesmas testemunhas, que era verdade o exposto e que, aceitava esta escritura em seus expressos termos comprometendo-se a bem e fielmente cumpri-la. Pelos outorgante e outorgado foi-me, ainda, dito que a presente escritura está isenta de impostos estaduais por força de disposições do Código de Tributos do Estado, e isenta de selos e demais impostos federais por força do artigo 11, da Lei nº 2.163, de 5 de Janeiro de 1.954. / - " Transcrição das Portarias acima referidas :- Portaria nº 540/59 - (Braço d'Armas do Estado de Mato Grosso) - Estado de Mato Grosso - O Governador do Estado de Mato Grosso, tendo em vista o que consta do processo nº 2.576/59, resolve designar o Consultor Geral do Estado Dr. José Jayme Ferreira de Vasconcellos para... "

ANEXO C - Continuação...

CARTÓRIO MACIEL
3º OFÍCIO DE NOTAS
TABELIÃO
Pedro d'Abbadia Maciel
RUA CEL. PEDRO CELESTINO, 54
CUIABÁ - MATO GROSSO

continuação - fls. 5 -

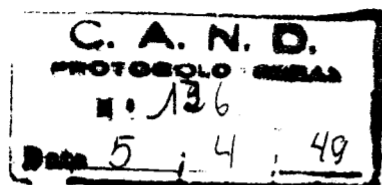
a escritura de doação da área de terras cedidas ao Ministério da Agricultura, para a instalação da então Colônia Agrícola - Nacional de Dourados, pelas Leis ns. 87 e 187, - de 20 de Julho de 1.948 e 16 de Novembro de 1.948, hoje Núcleo Colonial de Dourados, do Instituto Nacional de Imigração e Colonização - Cumpra-se. Palácio Alencastro, em Cuiabá, 3 de Novembro de 1.959. (ass) J. Ponce de Arruda. - "Portaria nº 352, de 20 de Agosto de 1.959 - (Brasão d'Armas da República) - Instituto Nacional de Imigração e Colonização - Rio de Janeiro, D. F. - O Presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, no uso das atribuições que lhe confere o arts 14, item XII, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 36.193, de 20 de Setembro de 1.954, combinado com o artigo 104 do Regimento aprovado pela Portaria nº 84, de 27 de Janeiro de 1.955, do Sr. Ministro da Agricultura, e tendo em vista o que consta do processo nº 10.327/58, Resolve delegar competência a Tacito Pace, Administrador do Núcleo Colonial de Dourados, para, em nome do INIC, assinar a escritura de doação da área de 199.113 Hectares, 2a. zona daquele Núcleo, que faz o Estado de Mato-Grosso a este Instituto. (ass) Walter Cechella. - E assim, perfeitamente acordes, pediram-me lhes lavrasse esta escritura, a qual depois de lida, na presença das testemunhas, acharem-na conforme, ratificaram e assinam juntamente com as testemunhas presenciais: Ana Benedita Pinto e Ana Luiza de Magalhães, comigo Arcy de Moraes, Escrevente Autorizado, que a escrevi. Dá-se á presente, para os efeitos fiscais, o valor de Cr\$2.000.000,00, (dois milhões de cruzeiros). E eu, Pedro d'Abbadia Maciel, Tabelião, fiz escrever, subscrevo e assino. (ass) - Pedro d'Abbadia Maciel. Cuiabá, 12 de Novembro de 1.959. (ass) - Jo se Jayme Ferreira de Vasconcellos. Tacito Pace. Ana Benedita Pinto. Ana Luiza de Magalhães. //

TRASLADADA em seguida, do que dou fé. Eu, *Pedro d'Abbadia Maciel*, Escrevente Autorizado, a datilografar, subscrevi e assino em público e rezo.

Em test *[assinatura]* da verdade -
[assinatura]
ARCY DE MORAES
ESCREVENTE AUTORIZADO ..

PEDRO D'ABBADIA MACIEL
3º Tabelião de Notas
ARCY DE MORAES
Substituto
CUIABÁ - M. GROSSO

ANEXO E - Continuação... verso



Averbado na ficha competente (30 hect's)
Ignaz M. de Oliveira - Ass. Administração
10-10-53

ANEXO F - Lei Municipal nº 1103, de 7 de janeiro de 1981, delimita o perímetro urbano do Distrito de Indápolis



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE DOURADOS

LEI Nº 1103 DE 07 DE JANEIRO DE 1981

EMENTA: Delimita o perímetro urbano do Distrito de Indápolis

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADOS, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica delimitado o Perímetro Urbano da sede do Distrito de Indápolis, criada pela Lei Estadual nº 2101 de 20 de dezembro de 1963.

Parágrafo único. O Perímetro a que se refere o artigo anterior é o compreendido pelo quadrilátero formado pelos Lotes de nº 5 (cinco), 6 (seis), 7 (sete) da quadra nº 30 (trinta). Lotes nºs. 1 (um) e 2 (dois) da Quadra nº 31 (trinta e um), Lotes de nºs. 30 (trinta), 29 (vinte e nove), 28 (vinte e oito) e 26 (vinte e seis) da Quadra nº 53 (cinquenta e três) e Lotes de nºs. 31 (trinta e um), 33 (trinta e três) e 39 (trinta e nove) da Quadra nº 52 (cinquenta e dois) do Núcleo Colonial de Dourados.

Art. 2º. Fica revogada a Lei nº 1.054 de 14 de setembro de 1979.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dourados, em 07 de janeiro de 1981.

JOSÉ ELIAS MOREIRA
Prefeito Municipal

CONFERE COM ORIGINAL



Valdenir N.
Chefe Div. Administrativo

ANEXO G - Ereção Canônica da Paróquia São Pedro, 15 de junho de 1979



Bispado de Dourados
Mato Grosso

A.R.Pe. José Winkler, S.D.B.
D.D. Inspetor Salesiano,
Caixa Postal, 415
Campo Grande, MS

Dourados, 15 de junho de 1979

Vossa Reverendíssima,

Pax et bonum.

Atendendo a solicitação de V.Revma. referente à Paróquia de São Pedro, nesta Diocese de Dourados, tenho a honra e satisfação de determinar o seguinte:

Fica a Paróquia de São Pedro, Vila São Pedro, Diocese de Dourados entregue, sine die, à administração dos Padres Salesianos da Sociedade de Dom Bosco com sede em Campo Grande, MS, com todos os direitos e deveres que são de praxe na Diocese de Dourados e em conformidade com a legislação canônica que ~~rege~~ rege a matéria.

Para melhor determinação, seria bom fazer, oportunamente, um convênio entre a Diocese de Dourados e a Congregação Salesiana. Para tanto, V.Revma. poderá enviar à Cúria Diocesana de Dourados uma proposta sua que será devidamente estudada para ulterior assinatura.

In caritate D.N. Jesu Christi,



+ Teodardo Leitz, O.F.M.
Bispo de Dourados.

ANEXO H - Termo de posse do primeiro pároco - padre Felipe Zentner, de 11 de fevereiro de 1979



Exmo. e Revmo. Snr.

ASSUNTO
Nomeação de pároco
para

São Pedro e
Douradina (anexo)

DOM FREI TEODARDO LEITZ
da Ordem dos Frades Menores
por Mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica
BISPO DE DOURADOS
e os que esta nossa Portaria virem,
saudação, paz e bênção no Senhor.

Fazemos saber que, achando-se vaga a Paróquia de São Pedro, se torna necessária a nomeação do Vigário para a mesma.

Tendo em consideração a aptidão e mais partes que concorrem na pessoa do revmo. Pe. FELIPE ZENTNER, da Congregação Salesiana, e sendo o mesmo apresentado, por seu Superior Provincial, para preencher a referida vaga,

Havemos por bem, confiado na prudência e integridade do mencionado sacerdote, nomeá-lo Pároco de São Pedro, Distrito de Dourados, com todas as honras, prerogativas, faculdades e atribuições que são de praxe nesta nossa Diocese.

Esperamos que nesse cargo se haverá com zelo e dedicação, cumprindo e fazendo cumprir todos os mandamentos e disposições relativos aos párocos, bem como o regimento da nossa Cúria.

Mandamos, portanto, a todos os fiéis da Paróquia de São Pedro que reconheçam o revmo. Pe. Felipe Zentner por seu legítimo pároco, obedecendo-lhe e prestando-lhe todo o acatamento a que estão obrigados.

Por falta de sacerdote para a Paróquia de Nossa Senhora Aparecida de Douradina, fica esta paróquia anexa à de São Pedro e entregue aos cuidados do mesmo Pe. Felipe Zentner.

Dada e passada na Cúria Diocesana de Dourados, sob o sinal e selo de nossas armas, aos 10 de fevereiro de 1979.

+ Teodardo Leitz
Dom Frei Teodardo Leitz
Bispo de Dourados.

E eu, Pe. Frei Adalberto Kornfeld, O.F.M.
Chanceler da Cúria, o subscrevi.

Pe. Frei Adalberto Kornfeld

ANEXO H - Continuação... - verso

TERMO DE POSSE

Aos onze dias do mês de fevereiro de 1979, à estação da missa dominical, na igreja-matriz de São Pedro, Distrito de Dourados, foi lida a Portaria de nomeação do revmo. Pe. Felipe Zentner, S.D.B. para pároco de São Pedro, Diocese de Dourados. Logo em seguida foi o mesmo empossado, no referido cargo, pelo exmo. e revmo. Sr. Bispo Diocesano Dom Frei Teodardo Leitz.

E para constar, lavrou-se este termo de posse que vai assinado pelos seguintes:

Bispo Diocesano:

Pároco empossado:

Testemunhas:

Teodardo Leitz
Pe. Felipe Zentner
João Roberto
João Roberto dos Santos
Adão Pereira Lutz
Adelina Aparecida C. Pereira
Adelina
Adair Lima da Silva
Margina Maria de Souza
Heitor Lopes de Souza
Manoel Rodrigues Dourado
Ernesto Augusto
Francisco Francisco de Souza
Volteirado Lino

ANEXO I - Limites da paróquia da Paróquia São Pedro

LIMITES DA PARÓQUIA DE SÃO PEDRO.

Partindo da redevia Dourados - Rio Brilhante (BR 163), no meio entre a linha de Barreirinho e o prolongamento da linha de Petreirito, segue em linha reta entre a travessa de Castelo e a travessa de Almeida até encontrar a Estrada de Espigão no Alto Café. Daí segue a Estrada de Espigão até encontrar o correjo Laranja Dece na proximidade da embocadura do correjo Hum no Laranja Dece. Segue o Laranja Dece abaixo até a altura da fazenda do Baiano. Daí segue em linha reta até encontrar a grande curva da redevia entre Vila Sapé e Cruzaltina. Segue a redevia em direção Cruzaltina até encontrar, a direita, a Travessão Norte. Seguindo a Travessão Norte até a Travessão Oeste, segue este até a ponte sobre o correjo Cruz. Daí segue o correjo Cruz acima até encontrar a ponte da estrada Indápolis - Macauba. Daí segue em linha reta até a nascente do correjo Guanandi. Segue o correjo Guanandi abaixo até a sua embocadura no rio Dourados. Daí segue o rio Dourados abaixo acima até a desembocadura do correjo Picada. Segue o correjo Picada acima até a Travessão de Guilherme. Seguindo a Travessão de Guilherme vai até o encontro dos lotes entre a linha de Barreirinho e a linha de Petreirito. Daí segue até a ponte de partida na redevia Dourados - Rio Brilhante.

Indápolis, aos 20 de junho de 1980

Pe. Filipe Zentner, Vigário

ANEXO J - Termo de Posse do padre Fortunato Favaro, 17 de fevereiro de 1985



Exmo. e Revmo. Sr.

ASSUNTO
Nomeação de Pároco
para a paróquia
de São Pedro
na Vila São Pedro.

DOM FREI TEODARDO LEITZ
da Ordem dos Prades Menores
Por Mercê de Deus e da Santa Se Apostólica
BISPO DE DOURADOS
aos que esta provisão viram
saudação, paz e benção no Senhor.

Achando-se vaga a Próquia de São Pedro, por transferência do seu titular, torna-se necessária a nomeação de um novo pároco para a mesma paróquia. Para este cargo foi apresentado, por seu Superior Religioso, o revmo. Sr. Pe. FORTUNATO FAVARO, da Congregação dos Padres Salesianos.

Tomando-se em consideração a aptidão e demais qualidades que concorrem na pessoa do revmo. Sr. Pe. Fortunato Favaro, fica o mesmo nomeado PÁROCO DE SÃO PEDRO, sediada na Vila São Pedro, com todas as prerrogativas, faculdades e atribuições que lhe são concedidas pelas leis eclesiásticas e pelas determinações diocesanas.

Espero que se haverá, neste cargo, com zelo e dedicação, cumprindo e fazendo cumprir todos os mandamentos e disposições relativos aos párocos, bem como ao regime da Cúria Diocesana de Dourados.

Mando, por conseguinte, a todos os fiéis da Paróquia de São Pedro que reconheçam o revmo. Pe. Fortunato Favaro como seu legítimo pároco, obedecendo-lhe e prestando-lhe todo o acatamento e toda a colaboração a que estão obrigados.

Ao mesmo tempo ficam confirmados, no seu cargo de vigários paroquiais, os revmos. Padres André, Ludovico e Pedro Ferreira, residentes na Comunidade Salesiana de Indápolis, cabendo-lhes, inclusive, o direito de assistir a todos os casamentos que se lhes apresentarem na paróquia de São Pedro.

Dada e passada na Cúria Diocesana de Dourados,
aos 15 de fevereiro de 1985.



+ Teodardo L
+ DOM FREI TEODARDO LEITZ,
Bispo Diocesano de Dourados.

ANEXO J - Continuação... - verso

T E R M O D E P O S S E

Aos 17 de fevereiro de 1985, à estação da missa dominical, na igreja-matriz de São Pedro, foi lida a provisão de nomeação do revmo. Sr. Pe. FORTUNATO FAVARO, SDB, para pároco da paróquia de São Pedro, sediada na Vila São Pedro, distrito de Dourados. Em seguida foi empossado, pelo Bispo Diocesano Dom Teodardo Leitz, no referido cargo.

E para constar, lavrou-se esta ata de posse que vai assinada pelos seguintes:

Bispo Diocesano:

Teodardo Leitz

Pároco empossado:

Fortunato Favaro

Testemunhas:

Re Odilo Ehardt

Barbilio Rodrigues de Menezes

João Lopes de Souza

Benedito Ferreira de Souza

Aguida Freire de Paula

Emílio Lopes de Souza

João Joaquim dos Anjos

Antônio Lopes de Souza

Odilo Ehardt

Luiz Estevão dos Anjos

Barbilio Rodrigues de Menezes

João Lopes de Souza

Benedito Ferreira de Souza

Aguida Freire de Paula

Emílio Lopes de Souza

João Joaquim dos Anjos

Antônio Lopes de Souza

Odilo Ehardt

Luiz Estevão dos Anjos

Barbilio Rodrigues de Menezes

João Lopes de Souza

Benedito Ferreira de Souza

Aguida Freire de Paula

Emílio Lopes de Souza

João Joaquim dos Anjos

Antônio Lopes de Souza

Odilo Ehardt

Luiz Estevão dos Anjos

ANEXO K - Termo de posse do padre Palmério Talliani, 15 de fevereiro de 1987



Exmo. e Revmo. Snr.

ASSUNTO
Nomeação de Pároco
para a Paróquia de
São Pedro

DOM FREI TEODARDO LEITZ
da Ordem dos Frades Menores,
por Mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica
BISPO DE DOURADOS,
aos que virem esta provisão,
saudação, paz e benção no Senhor!

Faço saber que, estando vaga a Paróquia de São Pedro, por transferência do seu titular, faz-se necessária a nomeação dum novo pároco. Tendo sido apresentado, por seu Superior Religioso, o revmo. Sr. Pe. PALMÉRIO TALIANI, da Congregação dos Padres Salesianos, e levando em consideração que o mesmo tem a necessária aptidão e idoneidade para exercer o cargo de pároco, n o m e i o o Pe. PALMÉRIO TALIANI PÁRCO DE SÃO PEDRO, com todas as honras, prerogativas, faculdades e atribuições que competem aos párocos e que são de praxe nesta Diocese.

Espero que o Pe. Palmério Taliani se haverá, neste cargo, com zelo e dedicação, cumprindo e fazendo cumprir todos os mandamentos e disposições relativos aos párocos, bem como o Regimento da Cúria Diocesana de Dourados.

Mando, portanto, a todos os fiéis da Paróquia de São Pedro que reconheçam o revmo. Pe. Palmério Taliani por seu legítimo pároco, obedecendo-lhe e prestando-lhe todo o acatamento a que estão obrigados. Faço ainda um veemente apelo à comunidade paroquial de São Pedro e demais núcleos da paróquia que cooperem com seu pároco, para que o mesmo possa cumprir, com pleno êxito, a sua sagrada missão.

Dada e passada na Cúria Diocesana de Dourados, aos seis de fevereiro de 1987.



+ Teodardo Leitz
DOM FREI TEODARDO LEITZ,
Bispo Diocesano de Dourados.

Confere:

Pe. Frei Patrício Salmon
Pe. Frei Patrício Salmon,
Chanceler da Cúria.

ANEXO K - Continuação... - verso

TERMO DE POSSE

No dia 15 de fevereiro de 1987, na igreja-matriz de São Pedro, à estação da missa dominical e na presença do bispo diocesano e de numerosa assistência popular, foi lida a provisão de nomeação do revmo. Pe. PALMÉRIO TALIANI, Salesiano, para PÁROCO DE SÃO PEDRO.

Logo em seguida foi o mesmo empossado, pelo bispo diocesano, no referido cargo.

E para constar, lavrou-se este termo de posse que vai assinado pelos seguintes:

Bispo Diocesano:

+ Teodoro L. Taliani

Pároco empossado:

P. Palmério Taliani

Testemunhas:

João Gonçalves

João Gonçalves

João Gonçalves

João Gonçalves

João Gonçalves

João Gonçalves

João Gonçalves

João Gonçalves

João Gonçalves

João Gonçalves

João Gonçalves

João Gonçalves

João Gonçalves

João Gonçalves

João Gonçalves

João Gonçalves

João Gonçalves

João Gonçalves

João Gonçalves

João Gonçalves

ANEXO L - Termo de posse do padre Slawomiro Bronakowski, 29 de janeiro de 1995



DIOCESE DE DOURADOS
Cúria Diocesana - Fone: 421-5953

Av. João C. Câmara. 400 - Cx. Postal 493
79.800 - DOURADOS - MS.

TERMO DE POSSE.
=====

No dia 29 de Janeiro de 1995

Na celebração da Santa Missa na Igreja Matriz de:

São Pedro - Vila São Pedro ;

nome da Paróquia e localidade

foi lida a nomeação do Pároco: Pe. Slawomiro Bronakowski

_____ e em seguida oficial -

mente empossado no mencionado cargo pelo bispo diocesano ou
o seu delegado:: _____

Para constar, lavrou-se este termo de posse que é assinado
pelos seguintes:

Bispo Diocesano
ou o seu Delegado

+ Alberto José

Pároco empossado

Paulo Mendes Jr.

Testemunhas:

P. Palmério Taliani

Imaculada Rêgina Costa

Expiação

João

João Luiz Soares Barbosa

Wilson Oscar da Silva

Guilherme B. Costa

ANEXO M - Termo de posse do padre Eduardo Ambrósio, 14 de fevereiro de 1999



DIOCESE DE DOURADOS
Cúria Diocesana - Fone: 421-5953
Av. João C. Câmara, 400 - Cx. Postal 493
79.800 - DOURADOS - MS.

TERMO DE POSSE

No dia 14 de fevereiro..... de 1999 na celebração da
Santa Missa na Igreja Matriz São Pedro / Vila São Pedro
(Nome da Paróquia e Localidade)

..... foi lida a nomeação do Pároco: Pe.
Eduardo Francisco O. de Ambrósio e em seguida oficialmente
empossado no mencionado cargo pelo bispo diocesano ou o seu delegado:
..... Frei Joaquim Knoblauch O. Carm. Vigário Geral

Para constar, lavrou-se este Termo de Posse que é assinado pelos
seguintes:

Bispo Diocesano
ou o seu Delegado: *Frei Joaquim Knoblauch O. Carm.*

Pároco empossado: *Eduardo Francisco O. de Ambrósio*

Testemunhas: *Frei Joaquim Knoblauch O. Carm.*

Frei Joaquim Knoblauch O. Carm.

Frei Joaquim Knoblauch O. Carm.

Frei Joaquim Knoblauch O. Carm.

Frei Joaquim Knoblauch O. Carm.

Frei Joaquim Knoblauch O. Carm.

Frei Joaquim Knoblauch O. Carm.

Frei Joaquim Knoblauch O. Carm.

Frei Joaquim Knoblauch O. Carm.

Frei Joaquim Knoblauch O. Carm.

Frei Joaquim Knoblauch O. Carm.

Frei Joaquim Knoblauch O. Carm.

Frei Joaquim Knoblauch O. Carm.

ANEXO N - Termo de posse do padre Osvaldo dos Santos, 26 de fevereiro de 2006



DIOCESE DE DOURADOS

RESIDÊNCIA EPISCOPAL: Rua Monte Alegre, 3275 - Fone (67) 422-4936 / 422-6337

Fax: (67) 422-8144 - E-mail: domedovino@terra.com.br

CÚRIA DIOCESANA: Rua João C. Câmara, 400 - Fone (67) 422-6910

Fax: (67) 422-6911 - E-mail: diocesedourados@terra.com.br - Cx. Postal 493 - 79804-970 Dourados-MS

TERMO DE POSSE

No dia 26 de fevereiro de 2006, durante a celebração da Santa Missa, na Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, em Indápolis, município de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, foi lida a provisão para Pároco do Pe. Osvaldo dos Santos, SDB, e, em seguida, oficialmente empossado no mencionado cargo pelo bispo diocesano, Dom Redovino Rizzardo, CS.

Para constar, lavrou-se este Termo de Posse, que passa a ser assinado pelas seguintes pessoas:

Bispo Diocesano:

+ Dom Redovino Rizzardo

Pároco:

Pe. Osvaldo dos Santos

Testemunhas:

José Bruno Mafael
Jorge Luiz Soares Barbosa
Wilson Moreira da Silva
Márcia das Dores Carneiro Souza

ANEXO O - Criação da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, em Indápolis, 11 de fevereiro de 2005



DIOCESE DE DOURADOS

RESIDÊNCIA EPISCOPAL: Rua Monte Alegre, 3275 - Fone (67) 422-4936 / 422-6337

Fax: (67) 422-8144 - E-mail: domredovino@terra.com.br

CÚRIA DIOCESANA: Rua João C. Câmara, 400 - Fone (67) 422-6910

Fax: (67) 422-8911 - E-mail: diocesadourados@terra.com.br - Cx. Postal 493 - 79804-970 Dourados-MS

Criação da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora no distrito de Indápolis e revisão dos limites da Paróquia São Pedro, no distrito de São Pedro, em Dourados

Fazemos saber que, após ter consultado o Conselho de Presbíteros da Diocese de Dourados o obtido o seu consentimento, havemos por bem criar – e pelo presente decreto criamos – a Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, no distrito de Indápolis (Dourados), Estado do Mato Grosso do Sul.

Como é do conhecimento geral, há 25 anos, os Religiosos Salesianos transferiram a sede da Paróquia São Pedro do distrito de São Pedro para o distrito de Indápolis. O fato não deixou de trazer benéficos frutos para a vida cristã dos fiéis e a dinamização da pastoral paroquial, graças à presença de uma comunidade Salesiana numerosa e atuante.

Contudo, em termos canônicos, criou-se uma espécie de anomalia jurídica, já que, na prática, a Paróquia São Pedro passou a ser vista como uma capela e a capela Nossa Senhora Auxiliadora foi sendo, na verdade, a sede da paróquia.

No Ano Santo de 2000, na Vila São Pedro, anexo à sede da paróquia, foi criado o Santuário Diocesano de Nossa Senhora Aparecida, o que significou um incremento na vida espiritual da população.

Por esses motivos e para aprimorar o atendimento dos fiéis e a organização pastoral das comunidades e do Santuário, julgou-se oportuno dividir o território da Paróquia São Pedro, criando a Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora.

Assim, a partir desta data, a Paróquia São Pedro passa a ser formada pelos distritos de São Pedro e de Panambi (desmembrado do território da Paróquia Santa Teresinha); e a Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, pelos distritos de Indápolis, Vila Vargas e pelas comunidades e fazendas do distrito de Guassu que há mais tempo vêm sendo atendidas pelos sacerdotes de Indápolis.

Registre-se este decreto no livro tombo da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, bem como no livro tombo da Paróquia São Pedro, donde foi desmembrada.

Dado e passado na Cúria Diocesana de Dourados, aos 11 de fevereiro de 2005.


Dom Redovino Rizzardo, cs
Dom Redovino Rizzardo, cs
Bispo Diocesano

Pe. Flavio Silveira de Alencar
Pe. Flavio Silveira de Alencar
Chanceler

ANEXO P - Termo de doação do terreno para construção da Igreja Nossa Senhora Auxiliadora

Livro N.º 95 Fôlhas 219/222

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DE MATO GROSSO Sousa
 COMARCA DE DOURADOS QUEST. 170
 MUNICÍPIO DE DOURADOS Rua João Cândido de Camargo, 300
 DISTRITO DE DOURADOS

Dr. ALCEU SOARES AGUIAR
TABELIAO

TRASLADO da DESCRITURA DE DOAÇÃO =
 que fazem e assinam como outorgan- =
 tes doares ANTÔNIO FRANCISCO ROCHA =
 e sua mulher Dona MARIA FRANCISCA =
 RIBEIRO DA ROCHA e de outro lado co =
 mo outorgado donatário a NITRA DIO- =
 CESANA DE DOURADOS, como abaixo se =
 declara e contem. - - - - -

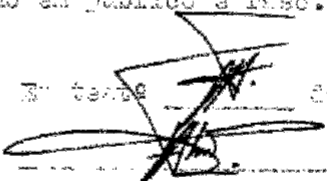
SAIBAM quantos a presente Escritu- =
 ra de Doação virem que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus =
 Cristo de mil novecentos e setenta e três (1.973), aos vinte e oi- =
 to (28) dias do mês de Agosto do dito ano, nesta Cidade e Comarca =
 de Dourados, Estado de Mato Grosso, em Cartório, perante mim escre- =
 vente juramentado, abaixo assinado e das duas testemunhas adiante =
 nomeadas, compareceram partes, entre si, justas e contratadas a sa- =
 ber:- como outorgantes doadores ANTÔNIO FRANCISCO DA ROCHA e sua =
 mulher Dona MARIA FRANCISCA RIBEIRO DA ROCHA, brasileiros, casados =
 proprietários, residentes e domiciliados no Distrito de Indapolis, =
 neste Município, e de outro lado como outorgado donatário a NITRA =
 DIOCESANA DE DOURADOS, com C.G.C. de Nº 03.063.856, neste ato devi- =
 damente representado pelo Reverendíssimo Bispo Diocesano, Dom Teo- =
 dardo Leitz, alemão, religioso, residente e domiciliado nesta Cida- =
 de, portador do C.P.F. de nº 075.059.651, meus conhecidos e das =
 duas testemunhas, dou fé. E perante essas mesmas testemunhas, pelos =
 outorgantes doadores referidos, me foi dito que a justo titulo e =
 por compra feita ao Estado de Mato Grosso, conforme Titulo Defini- =
 tivo devidamente transcrito no Cartório do Registro Geral de Imó- =

S/A - Ord. 84

ANEXO P - Continuação...

do lote 6 (seis) da quadra 30 (trinta) do Núcleo Colonial de Dourados, no Distrito de Indapolis, neste Município, em cujo lote os outorgantes levaram a efeito um loteamento o qual é composto de oito (8) quadras, de número 1 a 8 (hum a oito), e pela presente escritura doavam, como de fato óra doado têm a outorgada donataria MITRA-DIOCESANA DE DOURADOS, a quadra de número 2 (dois) do Loteamento = levado a efeito no lote 6 da quadra 30 do N.C.D., situada no Distrito de Indapolis, neste Município, com 100 x 100 mts., ou sejam = 10.000 mts². (dez mil metros quadrados), encravado dentro das seguintes confrontações: Ao Norte, 100 mts., com uma projetada, Ao Sul, 100,00 metros, também com uma rua Projetada, Ao Nascente, 100 00 metros, ainda com uma rua Projetada e ao Oeste, 100,00 metros, = finalmente com uma rua Projetada, o imóvel acima descrito e confrontado e desde já cedem e transferem ao mesmo outorgado donatário o tãda a posse, domínio, direitos e ação que sôbre o aludido imóvel acima descrito e confrontado e desde já cedem e transferem ao mesmo outorgado donatário tãda a posse, domínio, direitos e ação que sôbre o aludido imóvel óra doado exerciam, para que o mesmo donatário possa dê-lo usar, gozar e livremente dispor como seu que é e ficando de hoje em diante por força desta escritura, obrigando-se = êles doadores a fazer a presente doação sempre boa, firme e valiosa que a doação óra feita o é livre de qualquer cláusula ou condição, e da parte disponível dos bens dêles doadores, razão porque a mesma é livre de encargos, sendo o imóvel óra doado estimado pelo valor de Cr. \$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), em quanto estimam o imóvel óra doado. Foi pago a imposto de transmissão Inter-Vivus conforme Guia de Nº 362211 - Estado de Mato Grosso - Secretária da Fazenda - Departamento de Receita - Guia de Recolhimento de Impostos e Taxas - Exercício de 1.973. Contribuinte Antonio Francisco Rocha Comprador Mitra Diocesana de Dourados - Imposto de 1% s/Cr. \$ 2.000 00 s/transmissão de bens imóveis Cr. \$ 24,00 - Código 111-15.01 = Taxas s/serviços estaduais Cr. \$ 2,00 = Código 112.11.04 - Valor = total desta guia a recolher Cr. \$ 26,00. Importância por extenso = desta guia vinte e seis cruzeiros. Histórico do Recolhimento do = Tributo Ref. a trans. do lote 6 da quadra nº 30 do Núcleo Colonial

ANEXO P - Continuação...

Cartório do 1.º Ofício DOURADOS - MATO GROSSO <i>Dr. Alceu Soares Aguiar</i> TABELIÃO <i>Eudes Ferreira de Souza</i> SUBSTITUTO Rua João Cândido 105 - Dourados	
<p>Pelo outorgado Secretário e ante as testemunhas, me apresentava esta escritura em seus expressos termos, por isso que esta de inteiro e pleno acordo com a doação que ora lhe é feita e me apresento o talão de imposto acima transcrito. E de como assim disseram e outorgaram ante as testemunhas, dou fé, me pediram e eu lhes darei esta escritura que lida e achada conforme vai devidamente e alinhada com as testemunhas que são: Gilce Nogueira de Oliveira e Gilce Nogueira de Oliveira e Jairo de Quadros, brasileiros, maior e capaz, aqui residentes, seus conhecidos dou fé. Eu, a) Theotônio Alves de Almeida, Escrevente Juramentado que o escrevi, conferi, subescrevi e assino. a) Theotônio Alves de Almeida. Escrevente Juramentado. Dourados, 28 de agosto de 1973. a.a) Antônio Francisco de Rocha - Maria Francisca Ribeiro da Rocha - pela 1ª vez Necessária de Dourados: Dom Decídio Leite - Gilce Nogueira de Oliveira - Jairo de Quadros. 1973. Transladada em seguida confere com o original Dou fé. Eu, _____, Escrevente Juramentado que o datilografei, conferi, subescrevi e assino em público e rasco.</p> <p style="text-align: center;">  _____ Escrevente Juramentado </p>	
Número <u>70300</u> Protocolo <u>13</u> Página <u>179</u> apresentado à <u>13</u> horas do dia <u>13</u> de <u>Set</u> de 1973	Transcrito no livro N.º <u>3.39</u> e TR N.º DAS TRANSMISSÕES as fls. <u>154</u> sob N.º <u>49.354</u> . Camarca de Dourados (MT), <u>13</u> de <u>Setembro</u> de 1973.